

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“NOSSOS FILHOS TÊM MÃES!”: as agências das mães e familiares de
vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense**

GIULIA ESCURI DE SOUZA

2021



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“NOSSOS FILHOS TÊM MÃES!”: as agências das mães e familiares de
vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense**

GIULIA ESCURI DE SOUZA

Sob a orientação da Professora

Alessandra Rinaldi

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Seropédica; abril de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719" Souza, Giulia Escuri de, 1997-
"NOSSOS FILHOS TÊM MÃES!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense / Giulia Escuri de Souza. - Nova Iguaçu, 2021.
130 f.

Orientadora: Alessandra de Andrade Rinaldi.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado. 2. Baixada Fluminense. 3. Violência de Estado. 4. Maternidade. 5. Luto. I. Rinaldi, Alessandra de Andrade, 1971-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GIULIA ESCURI DE SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/04/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Dra. Alessandra de Andrade Rinaldi (orientadora/PPGCS/UFRRJ)

Dr. José Claudio Souza Alves (UFRRJ)

Dra. Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu/ Unicamp)

Dra. Moema de Castro Guedes (PPGCS/UFRRJ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
RIO DE JANEIRO SISTEMA
INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS**

**FOLHA DE
ASSINATURAS**

Emitido em
03/05/2021

TERMO Nº 428/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

*(Assinado digitalmente em
04/05/2021 08:29)*

**ALESSANDRA DE ANDRADE
RINALDI**

*PROFESSOR DO
MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS
(12.28.01.00.00.00.83)*

Matrícula: 1280272

*(Assinado digitalmente em
04/05/2021 17:47)*

JOSE CLAUDIO SOUZA ALVES

*PROFESSOR DO
MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS
(12.28.01.00.00.00.83)*

Matrícula: 387677

*(Assinado digitalmente em
03/05/2021 19:09)*

MOEMA DE CASTRO GUEDES

*PROFESSOR DO
MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS
(12.28.01.00.00.00.83)*

Matrícula: 1865097

*(Assinado digitalmente em 06/05/2021
15:34)*

**JULIANA DE FARIAS MELLO
E LIMA**

*ASSINANTE
EXTERNO*

*CPF:
097.251.917-*

30

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **428**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/05/2021** e o código de verificação: **342e11f610**

Em homenagem a todas as vítimas de
violência de Estado na Baixada
Fluminense. Em especial à: Daniel;
Raphael Silva, Rodrigo Tavares,
Renato, Vitor, Vitor Oliveira; Victor
de Jesus Pires;

AGRADECIMENTOS

Essas páginas não foram escritas sozinhas, elas foram feitas através de orientações, leituras, aulas e debates. Esse trabalho só foi possível de ser feito por meio do apoio que recebi de muitas pessoas queridas.

Começo a lista de agradecimentos com minha orientadora, Alessandra Rinaldi. Tive uma sorte enorme em ter sido acolhida e orientada por essa professora tão inspiradora. Muito obrigada pelo apoio, pelas correções e incentivos. Nossa caminhada não termina aqui, só está começando. Sou muito grata ao José Claudio Alves, cujo me acompanha desde a graduação. Além de ser minha maior referência nos estudos sobre o território, é uma grande influência pelo seu engajamento com a Baixada.

Agradeço à Juliana Farias, que mesmo sem nos conhecermos, foi uma grande motivadora da minha escolha de pesquisa. Seu trabalho é inspirador em muitos aspectos para mim. Sou grata à Moema Guedes. Pelo acaso, nossos encontros sempre se dão em bancas, e, em todas as vezes, suas considerações acerca do meu trabalho me proporcionaram novas ideias.

Também deixo meu carinho e agradecimento à Adriana Vianna, que é uma fonte de inspiração para meu trabalho. Sou muito grata em ter cursado sua disciplina e em tê-la presente em minha banca de qualificação. Agradeço também à Mani Tebet pelas contribuições em minha qualificação. Não posso deixar de agradecer à Flora Daemon que me guiou pelas mãos até o mestrado. Muito obrigada por sempre ter sido tão solícita e incentivadora.

Muito obrigada aos professores e trabalhadores do PPGCS que sempre estiveram dispostos a ajudar, além das maravilhosas aulas. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Graças à bolsa de mestrado pude me dedicar integralmente à pesquisa e ao curso. Também sou muito grata à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que por anos foi minha segunda casa. O presente trabalho também foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

Agradeço às minhas interlocutoras da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, em especial, Elisabete Farias, Ilsimar de Jesus, Luciene Silva, Maria, Nivia Raposo, Rozinete Santana, e Sylvania Azevedo. Muito

obrigada pelo carinho, pela confiança e por toparem participar desse trabalho, mesmo que virtualmente.

Minha família é parte fundamental para a produção desse trabalho. Sou muito grata pelo apoio da minha mãe, Joz, e do meu pai, Marcos. Eles sempre buscaram me motivar para que eu seguisse meus estudos. Desde criança, quando passávamos em frente à Rural em Seropédica, meu pai dizia que um dia eu estudaria ali. O sonho foi realizado por meio de muita luta e dedicação. A primeira graduada em universidade pública da família, em breve, será mestre, quiçá doutora! Tudo isso é por causa de vocês.

Sou muito grata ao meu irmão Junior, pelas conversas, pelas inúmeras ajudas com o computador e pela paciência e disponibilidade. Agradeço à minha avó, Jardini, pelo seu amor demonstrado em pequenos gestos, como as dezenas barras de chocolate que ela me deu durante o processo de escrita desse trabalho. Muito obrigada à minha avó Célia e ao meu avô Paulo. Também sou grata aos meus tios e primas. Agradeço ao meu namorado, Andrey, pelos incentivos e inúmeras correções no texto. Obrigada por ter me amparado nos diversos momentos de ansiedade, por ter sido meu refúgio e ter me acalmado incontáveis vezes.

Agradeço aos meus amigos. Ainda que distantes, dado o isolamento, continuam sendo presentes e acreditando em meu potencial, mesmo quando eu não acredito. Obrigada Ananda, Allan, Beatriz, Karen, Úrsula, Matheus, Mariana, Larissa e Vitória. Sou especialmente grata à Laryssa, que me levou de mãos dadas durante o curso de mestrado. Se não fossem seus conselhos, suas dicas e nossas conversas, minha caminhada seria muito mais difícil e solitária. Agradeço à Laís, que é alguém com quem eu sei que posso contar há mais de 10 anos. Sou muito grata ao Wyllian por me apoiar, ter estado ao meu lado nos momentos mais difíceis e ainda ter me ensinado a olhar as estrelas de outra forma.

*“Apesar de você; Amanhã há de ser
outro dia; Inda pago pra ver; O jardim
florescer; Qual você não queria”*

(Chico Buarque, *Apesar de você*, 1978)

RESUMO

ESCURI, Giulia. “NOSSOS FILHOS TÊM MÃES!: as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021

Este trabalho explora as relações entre território, dor, sofrimento e parentesco manejadas pelas mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. Debruçada sobre o tema da violência praticada por agentes do Estado, que compreende policiais militares e também grupos de extermínio e milícias, analiso as mobilizações de mulheres familiares das vítimas. As mães Luciene Silva, Nivia Raposo, Ilsimar de Jesus, Elisabete Farias, Maria e Rozinete Santana e a irmã Silvania Azevedo, integrantes da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, são as principais interlocutoras desta pesquisa. Através de atos protagonizados pela Rede que foram acompanhados em 2019 e de entrevistas virtuais concedidas por essas mulheres no fim de 2020 e início de 2021, percebo categorias centrais para um estudo acerca dessas agências femininas que seguem um *evento crítico*. Desse modo, trabalhei a especificidade da atuação do coletivo de mães e familiares no território da Baixada Fluminense, que além de ser historicamente associado ao estigma da criminalidade, convive com a exaltação de grupos poderosos responsáveis pelo assassinato, em massa, de jovens negros. Em seguida, ao colocar o gênero enquanto elemento central, examino a conexão entre emoções, luto e maternidade na luta por justiça e memória dos mortos. Além disso, também considero os encerramentos nas trajetórias das mães após a morte de um filho e o modo de como suas vidas e seus corpos são afetados pelo sofrimento. Encerro esta dissertação com um estudo sobre o lugar do parentesco na ausência de filhos e familiares vitimados pelo Estado e o exercício da maternidade em territórios periféricos. Também me interesse em conhecer os meios que as mães têm em se relacionar com um filho que não existe mais em um sentido físico. Dessa maneira, meu trabalho versa sobre categorias que contribuem com estudos sobre o tema, de modo que acrescente percepções sobre a Baixada Fluminense, as dinâmicas individuais e coletivas ante o luto, a manutenção e as transformações na rede de parentesco.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Maternidade; Parentesco; Luto; Dor; Violência Estatal; Mães e familiares de vítimas de violência do Estado.

ABSTRACT

This paper explores the relationships between territory, pain, suffering, and kinship handled by mothers and family members of victims of State violence in the Baixada Fluminense. Looking at the theme of violence practiced by state agents, which includes military police officers, death squads, and militias, I analyze the mobilizations of the family members of the victims. Mothers Luciene Silva, Nivia Raposo, Ilmar de Jesus, Elisabete Farias, Maria, and Rozinete Santana, and the sister Silvania Azevedo, members of the Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, are the main interlocutors of this research. Through acts carried out by the Rede that were followed up in 2019 and virtual interviews granted by these women in late 2020 and early 2021, I perceive central categories for a study about these female agencies that follow a *critical event*. In this way, I worked on the specificity of the performance of the collective of mothers and family members in the Baixada Fluminense territory, which besides being historically associated with the stigma of criminality, coexists with the exaltation of powerful groups, responsible for the mass murder of young blacks man. Then, by placing gender as a central element, I examine the connection between emotions, mourning, and motherhood in the struggle for justice and memory of the dead. Besides, I also consider the closings in the trajectories of mothers after the death of a child and how their lives and bodies are affected by suffering. I close this dissertation with a study on the place of parenting in the absence of children and family members victimized by the State and the exercise of motherhood in peripheral territories. I am also interested in knowing the means that mothers have in relating to a child that no longer exists in a physical sense. In this way, my work deals with categories that contribute to studies on the topic, so that it adds perceptions about the Baixada Fluminense, the individual and collective dynamics in the face of sorrow, the maintenance and transformations in the kinship network.

Keywords: Baixada Fluminense; Motherhood; Kinship; Sorrow; Grief; State Violence; Mother and Family of victims from State violence

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Nivia veste a blusa da Rede e segura o banner (CARTA CAPITAL, 2019).	41
Figura 2: Capa do O Globo em 2 de abril de 2005. Fonte: (ESCURI, 2018, p. 55)	48
Figura 3: Texto da chamada na capa do jornal. Fonte: (ESCURI, 2018, p.56)	49
Figura 4 Mães carregam o banner principal da Rede no início da caminhada. (ESCURI, 2019).....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Objetivos.....	14
Justificativa e revisão teórica.....	15
Pandemia	18
Metodologia e relação com o campo:.....	21
Divisão dos capítulos:.....	27
CAPÍTULO I: MÃES E FAMILIARES DA BAIXADA FLUMINENSE: UM RECORTE DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO	29
1.1. Baixada Fluminense: a constituição do espaço e das dinâmicas de violência	29
1.2.31 de março de 2005: a Chacina da Baixada	35
1.3. Do luto à luta: mães e familiares ressignificam suas perdas	39
1.4. Para além das fronteiras: a diferenciação da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense	45
CAPÍTULO II: “SÓ AGUENTO, PORQUE TEMOS UMAS ÀS OUTRAS”: O PAPEL DAS EMOÇÕES E DO GÊNERO NAS DINÂMICAS DO LUTO E DA LUTA.....	53
2.1. A generificação e a sociabilização das emoções	56
2.2. “Companheira me ajuda”: o luto enquanto feminino e social.....	61
2.3. O fim de duas vidas em uma morte: as trajetórias de vida	68
2.4. Narrar a própria dor: a linguagem, o corpo e o sofrimento	74
2.5. A resistência pelo sofrimento	81
CAPÍTULO III: “A SAUDADE É ARRUMAR O QUARTO DO FILHO QUE JÁ MORREU”: A MATERNIDADE DIANTE A VULNERABILIDADE E A PERDA	86
3.1. Maternidade e periferia: a mãe possível e a idealizada	87

3.2. Caminhadas, girassóis e objetos: a conservação da memória e a relação com os mortos através dela	97
3.3. O parentesco diante a perda: as transformações em uma família pelo luto e as relações com fantasmas	103
3.4. Resistir para existir: a importância da união das mulheres na vivência do luto....	110
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

Diante o lugar em que nasci e cresci se faz necessário, cada vez mais, escrever e debater sobre suas limitações e potencialidades. A Baixada Fluminense¹ é uma das regiões mais violentas do país. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Fórum Nacional de Segurança Pública (FNSP), divulgados em 2018, Queimados obteve a primeira posição em número de mortes de letalidade violenta do Brasil. Foram 134,9 óbitos para cada 100.000 habitantes. Enquanto isso, outros 11 municípios da Baixada estão entre as 100 cidades mais violentas² do país. Ao mesmo tempo, floresce muita luta na Baixada. Como tenho observado, ao longo dos últimos anos tem se desenvolvido grupos e coletivos que se reúnem para fazer arte, discutir violência, memória, justiça racial e tantos outros temas.

Desse modo, meu objetivo central é perceber como os efeitos da morte de uma pessoa próxima afetam a vida cotidiana. Portanto, assim como Veena Das (2020) analisou a forma em que suas interlocutoras reformulam seus projetos de vida a partir de um *evento crítico*³, proponho um estudo sobre o modo no qual as mães e as famílias são impactadas pela perda de um filho ou parente próximo. Sendo assim, tenho como questão principal analisar as trajetórias das *lutas* das mães e familiares de vítimas de violência letal pelo Estado, incluindo grupos de extermínio e milícias, que historicamente, no contexto da Baixada Fluminense, compõem dinâmicas políticas poderosas.

Até recentemente o conceito de vida foi pouco discutido dentro do campo da etnografia. O antropólogo João de Pina-Cabral (2018) tentou trazer para sua pesquisa a vida enquanto uma ferramenta analítica, olhando para além de uma divisão posta entre biologia e cultura. Sendo assim, a vida, como uma categoria analítica, para Pina-Cabral, deve estar apta a capturar a continuidade entre os diferentes sentidos que ela encontra na literatura etnográfica. De acordo com o autor, a vida é abordada em diferentes modos por seres vivos, ou seja, a vida se apresenta como uma questão de escala. A primeira seria biológica, em um processo de auto-organização de sistemas que mantém os estados

¹ No primeiro capítulo discuto as delimitações espaciais da Baixada Fluminense. No entanto, para dar início as análises deste trabalho, tendo a considerar a Baixada como composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e São João de Meriti. Optei por utilizar essa delimitação como forma de simplificar a metodologia deste trabalho, já que muitos órgãos de pesquisa fazem essa consideração da região

² Disponível em: <<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/a-baixada-fluminense-grita-paz>>

³ Esse conceito, dado pela autora, tende a ser discutido mais a frente neste trabalho.

sensoriais dentro de limites fisiológicos. A segunda estaria relacionada à sociabilidade, tendo o *habitus* como aspecto central na constituição da personalidade de uma pessoa. Enquanto a última categoria tem a ver em não somente gerenciar o que comer ou onde habitar, mas também em ter uma vida honrável, moral e “boa”. O autor, portanto, diz que o terceiro conceito tem a ver com a expressão portuguesa de “fazer-se à vida”. Desse modo, ele conclui que a etnografia deve capturar esses três modos de pensar a vida.

A partir da reflexão das “formas de vida”, que Pina-Cabral (2018) traz em seu texto, analiso que nenhum sujeito existe em situação isolada, mas que a vida se faz por meio de interações, não estando separada do mundo e nem sendo única ou abstrata. Essa vida, que é social e articulada entre indivíduos, é preenchida de precariedade. A filósofa Judith Butler (2018a), reflete sobre a vida estar sempre, de alguma forma, nas mãos de outro. Portanto, a precariedade é tomada como uma condição generalizada, na qual o corpo é dependente e condicionado por um mundo, não estando isolado ou sendo altamente capaz de sobreviver por conta própria.

Através dessa concepção de vida, que engloba bem mais do que a individualidade do ser, levando em conta as dinâmicas dadas pela sociedade, que meu estudo pretende ser conduzido. Desse modo, minha pretensão não é estudar a morte, mas a forma de se fazer vida quando nem todos os processos sobre ela podem ser conduzidos. Como uma mãe pode cuidar de um jovem em uma região marcada pelo assassinato de meninos negros? Como ela pode fazer sua vida após o assassinato de um filho? De que forma sua família será reconfigurada?

Tenho como interlocutoras a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense. Seu surgimento se deu no ano de 2005, quando policiais militares e membros de grupos de extermínio assassinaram 29 pessoas entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A chacina da Baixada é conhecida como a maior já noticiada da história do Rio de Janeiro. Esse é um acontecimento com muita importância dentro do coletivo, sendo geralmente citado por alguns membros do grupo. Duas integrantes fundamentais para Rede, a Luciene Silva e a Sylvania Azevedo, perderam familiares nessa chacina.

Por alguns motivos, considero que esse evento é relevante para meu trabalho. A partir da chacina, grupos de defesa pelos direitos humanos começaram a ter uma mobilização

maior pela Baixada Fluminense. Além disso, a Rede foi originada por meio desse acontecimento. Apesar desse trabalho não ter como foco a chacina da Baixada, como minha monografia teve, acredito que é necessário fazer uma breve reconstituição no primeiro capítulo sobre o acontecimento, de modo que as histórias e mobilizações narradas em sequência a esse evento sejam melhor compreendidas.

A Rede é formada majoritariamente por mães de vítimas da violência do Estado na Baixada. Apesar das mães serem as principais integrantes do grupo, já observei a participação ativa de irmãs e tias. O coletivo conta com profissionais parceiros que prestam suporte jurídico e psicológico. A Rede está alocada no município de Nova Iguaçu, desde 2017, mas existe uma articulação por toda a Baixada. Além disso, entre as ações que realizam estão: visitação de mães e familiares de vítimas em comunidades periféricas da região; mobilização e articulação de atos públicos pelo direito à memória e justiça; realização de debates e rodas de conversa; exibição do documentário “Nossos Mortos têm Voz”⁴, entre outras.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos causados pela perda de um familiar próximo para a violência estatal. Tendo em vista que as mães são a maioria na Rede e minhas principais interlocutoras, vale estudar o papel da maternidade e do gênero diante o trabalho cultural do luto. Desse modo, intenciono trabalhar o modo de como a dor e o sofrimento pela perda de um filho afetam as trajetórias de vida, os corpos e as maneiras de resistência. A *luta* dessas mulheres vai além de uma batalha por justiça pelo assassinato dos filhos, estar na *luta* é uma forma de sobreviver diante o luto e a devastação na própria vida, além de configurar uma estratégia pela preservação da memória de seus mortos.

Esse trabalho também busca compreender as transformações sofridas pelas mães e seus familiares após essas mortes. O luto é um agente modificador das mães e das famílias. Após a morte de um filho ou irmão, a casa não terá mais as conversas animadas de antes, os cheiros e os lugares à mesa nunca mais estarão completamente preenchidos. No entanto, essas faltas não significam um abandono do exercício do parentesco, as mães continuam exercendo suas maternidades, através da *luta* e da memória. Portanto, além de

⁴ O documentário, dirigido por Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, é extremamente relevante para a Rede. Sua importância será discutida mais adiante.

analisar as emoções, o luto e o sofrimento, viso um estudo das mudanças na rede de parentesco.

Também pretendo trabalhar a forma particular de lidar com essa dor na Baixada Fluminense. Apesar da Rede ter uma articulação com coletivos de mães e familiares do Rio de Janeiro, existe uma necessidade de atuação na Baixada. Conforme as integrantes do coletivo, as distâncias entre Rio e Baixada tornam a luta um pouco mais difícil. Além disso, existe uma necessidade de promover mobilização pelos direitos humanos na região, pois a questão da violência de Estado no território é gritante. Com base no que percebi e analisei em campo, ser mãe, negra e periférica na Baixada Fluminense, assume outras dinâmicas que podem não ser frequentes no Rio. Como exemplo, eu noto que a blusa que elas vestem durante atos, com a marca da Rede, sempre é trocada por outra roupa nos momentos de dispersão das manifestações. Elas não transitam com a blusa por medo, principalmente, por algumas habitarem regiões que contam com a forte presença de milícias e grupos de extermínio.

Considero que existe uma especificidade da violência de Estado na Baixada Fluminense, e também no modo em como as mães e familiares de vítimas compõem práticas e dinâmicas ante essas violações. Tal como Alves (1998), analiso que na Baixada a violência “ilegal”, ou seja, os grupos de extermínio e as milícias, fazem parte das políticas de Estado. Além da pesquisa de Alves corroborar para minha ideia, a Rede traz essa concepção mais ampla do que significa a violência estatal, como as ameaças e a falta de estruturas básicas que permitam uma melhor qualidade de vida. Segundo Araújo (2014), o trabalho das mães e familiares é simbólico e político na restituição da humanidade de seus mortos. Na Baixada essa tarefa é amplificada a outras dimensões, diante do contexto das violências e da metáfora de *faroeste fluminense* (ENNE, 2004) associada à região, a violência policial e de grupos de extermínio ganhou uma grande aceitação ao longo dos anos.

Justificativa e revisão teórica

Um estudo publicado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) indica que dos 5 Batalhões de Polícia Militar que mais matam no Rio de Janeiro, 4 estão na Baixada:

Queimados, Belford-Roxo, Duque de Caxias e Mesquita⁵. Outro trabalho lançado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), que coletou informações do ano de 2010 a 2015, aponta que a taxa de letalidade violenta – homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção policial, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte – foi de 80 mortes para cada 100 mil habitantes na Baixada Fluminense, enquanto na cidade do Rio de Janeiro ficou em torno de 40 para cada 100 mil. Desses dados, a quantidade de mortes decorridas de autos de resistência é de 672 negros, para 145 brancos⁶ ou seja, 82,3% dos atingidos por esse tipo de morte são negros.

Diante esses números, que crescem a cada dia mais, essa pesquisa justifica-se na possibilidade de alargar o campo de reflexão sobre a violência de Estado. Tendo em vista que além de dialogar com trabalhos realizados anteriormente sobre violência institucional e policial na cidade do Rio de Janeiro, a relevância dessa pesquisa é em analisar a forma de como esses casos acontecem na Baixada Fluminense, proporcionando também uma discussão acerca do efeito da violência nas relações familiares, levando em conta uma gramática das emoções.

Com base nessas mortes crescentes na Baixada Fluminense, percebemos o extremo valor da vida e das desigualdades. Agamben (2002) nos oferece uma análise acerca da produção de uma vida “matável, porém insacrificável”. Essa vida corresponde à *zoé*, *vida nua*, que seria o fato de estar vivo, ao contrário da vida plena que corresponde a uma presença social no mundo, a *bios*. De acordo com Agamben, a biopolítica moderna define continuamente a fronteira entre o que separa o que está dentro do que está fora.

A ‘vida indigna de ser vivida’ não é, com toda a evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é sobretudo um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre o qual se baseia todo o poder soberano (AGAMBEN, 2002, p.148).

Sendo assim, o poder da *biopolítica* moderna está também na produção da *vida nua*. Dessa forma, a diferenciação entre uma vida digna de direitos e da outra que não é, torna-se parte fundamental para a criação da operação *biopolítica*, de modo a elaborar quais vidas não valem a pena. Podemos observar a prática desse conceito nos dados trazidos

⁵ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1QCULW6AgWzpbvYWK73g0koduI45jz5Ev/view>>

⁶ Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/2018-08-06-publicacao71-iser-WEB.pdf>>

pelo ISP e ISER, com a taxa de assassinatos na Baixada Fluminense duas vezes maior do que no Rio de Janeiro.

Essa *vida nua*, a qual Agamben (2002) trata, pode ser relacionada à vida precária que Butler (2018a;2018b) traz em seus estudos. A autora analisa que a condição precária é induzida politicamente em determinadas populações, que passam a sofrer com “redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2018a, p.46). Essa insuficiência direcionada ao acesso às políticas sociais coloca esses grupos mais expostos a doenças, pobreza e fome. Portanto, tanto a *vida nua*, quanto a precariedade, podem ser vistas no cotidiano da Baixada Fluminense. No ato que marcou os 14 anos da chacina da Baixada, uma das mães se queixou das diversas formas que se pode ser exterminado na região, na falta de políticas públicas ou pelas ameaças.

Contudo, ao contrário de Agamben (2002) que analisa a *vida nua* como sacra, portanto, “matável, porém insacrificável”, Butler (2018a) considera que a condição precária de uma vida a coloca como “perdível”, podendo ser sacrificada. Uma vez essas vidas “foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaça à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias” (BUTLER, 2018a, p.53). Dessa forma, a autora compreende que essas vidas não são passíveis de luto, são *enlutáveis*, pois nunca contaram como vida de fato.

No entanto, na teoria de Butler (2018b) ter uma vida *enlutável* não quer dizer que ela não seja motivo de luto para outras pessoas. A partir da noção de que a própria vida não tem determinado valor, essa questão se torna mais dramática, “qualquer um, que já entende a si mesmo como um tipo de ser dispensável, que registra em um nível afetivo e corporal que sua vida não é digna de ser salvaguardada, protegida ou valorizada (...) entende que não será passível de luto quando perder a vida” (BUTLER, 2018b, p.132). Sendo assim, diante as desigualdades produzidas pela *biopolítica* e pelas *políticas da vida*, notamos a valoração que algumas vidas têm diante outras através do luto.

Portanto, diante essa *vida nua e precária*, esse trabalho nos permite aprofundar estudos sobre a mobilização política e social das mães e familiares de vítimas de violência do Estado. Além desse trabalho possuir uma relevância social, em fazer pensar sobre as

práticas e dinâmicas que tendem a ser incorporadas nas estratégias de *luta* dos familiares para que as mortes sejam validadas e saiam do campo dos *enlutáveis*, minha pesquisa busca compreender o modo de como a violência praticada por agentes do Estado, considerando também as milícias e grupos de extermínio, produz efeitos na Baixada Fluminense, analisando a dimensão social e coletiva do luto e da *luta* através da Rede.

Pandemia

Não só esse trabalho foi cortado pela pandemia de covid-19, como também a vida da minha família, das minhas interlocutoras e as dinâmicas da Baixada Fluminense. Acredito que essa dissertação seria incompleta se não levasse em conta os efeitos da covid-19 nas periferias. Desse modo, tenciono analisar brevemente o cenário pandêmico na Baixada, na sequência relato como minha metodologia e trabalho de campo foram impactados.

Em fevereiro de 2020 nos deparamos, pela televisão, com a notícia do primeiro caso de covid-19 no Brasil. Era um homem de 61 anos que havia voltado da Itália recentemente. Se inicialmente acreditei que a doença se atribuiria com mais força às classes médias, pelas suas viagens internacionais, as primeiras mortes pelo vírus provaram o contrário. Entre os dias 12 a 17 de março de 2020, oito mortes foram notificadas, sendo a primeira localizada em um hospital municipal paulista, e outra no Rio de Janeiro, com o falecimento de uma empregada doméstica que trabalhava no Leblon, um dos bairros mais caros do país.

Tendo início nos casos de coronavírus nos bairros de classe média, não demorou muito para que a covid-19 atingisse as periferias⁷. Sendo assim, de acordo com uma nota técnica lançada pelo Ipea, que analisou os aspectos socioeconômicos da doença até julho do ano passado, existe uma taxa maior de letalidade nos bairros menos desenvolvidos do Rio de Janeiro. Como mostra a tabela disponibilizada pelo documento, os bairros que compõe o grupo com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS), naquela época, possuíam 6.210 casos para 1.219 mortes, já o agrupamento com maior IDS englobava

⁷ De acordo com Batista et al. (2020), o espalhamento da doença de fato se deu das regiões mais para as menos desenvolvidas. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>>. Acesso em 04 jan. 2021.

14.510 casos para 1.455 óbitos. Ou seja, existe uma maior letalidade nas populações mais pobres da cidade.

Se dentro de um município, a covid afeta mais bairros em detrimento de outros dependendo do seu IDS, que leva em conta as condições de moradia, educação e renda, o mesmo movimento é observado em relação macro. No início do mês de abril, 21 municípios foram considerados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) como de alto risco para o coronavírus. No topo da lista estão quatro municípios da Baixada Fluminense: Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados. Em janeiro deste ano, quando a SES ainda divulgava⁸ a quantidade de óbitos e casos de covid no estado, apurei que a taxa de mortalidade do vírus em São João de Meriti chegava a 11,6% e de Nova Iguaçu a 8,9%, enquanto a da cidade do Rio de Janeiro estava em 9%.

Levando em consideração os estudos de Foucault sobre a produção da *biopolítica* e do racismo atrelado ao *biopoder* que “faz viver e deixa morrer”, Márcia Leite (2020) pondera que esse “fazer morrer” não está apenas ligado ao assassinio direto, mas a exposição à morte e na maximização dos riscos para uma parcela da população. Portanto, “o biopoder opera também pela produção de vidas precárias, aquelas que não merecem atenção e políticas destinadas a reforçar sua capacidade produtiva e proteger sua existência” (Leite, 2020, p.4). Desse modo, a autora sugere o conceito: *biopolítica da precariedade*, cujo faz viver uns precariamente, mas os expõem ao risco de morte pela ausência do Estado, enquanto faz-se morrer outros pela sua presença ativa. Sendo assim, conforme percebemos, o coronavírus expôs de modo mais atenuante essa *biopolítica da precariedade*.

Dessa maneira, a letalidade do coronavírus na Baixada Fluminense pode ser pensada a análise de Agamben (2002) que trouxemos anteriormente sobre a produção da *vida nua*. Podemos observar na prática esse conceito quando percebemos que o valor das vidas nas periferias está associado à economia, algumas vidas podem ser resguardadas através do isolamento social e outras precisam se expor e voltar ao trabalho para que a economia não

⁸ A não divulgação de dados sobre a covid-19 pelo Estado é recorrente desde o início da pandemia. Os boletins que a SES que divulgava semanalmente desde maio do ano passado com a quantidade de óbitos e casos, não estão mais disponíveis no site da Secretaria. Apesar de se tratar de ficção, Gabriel García Márquez (2020) fala que a pandemia de cólera tratada em seu livro “Amor nos Tempos de Cólera” era difícil de ser mensurada, não pela dificuldade de estabelecer o número de casos, mas, pelo próprio pudor às próprias desgraças.

pare. De acordo com Leite (2020), o governo federal atua em um pêndulo entre a necessidade da quarentena para proteger a vida e a volta ao trabalho para proteger a economia⁹.

Se a porcentagem de negros assassinados pelo Estado é alta, a quantidade de mortos pela covid não é diferente. O vírus consegue expor a inequidade racial brasileira. Segundo a pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde¹⁰, da PUC-Rio, enquanto 55% de negros falecem devido ao coronavírus, 38% de brancos vão a óbito. Em relação à vacinação, a Publica¹¹ apurou que 3,2 milhões de pessoas brancas receberam a primeira dose da vacina, contra, apenas 1,7 milhão de pessoas negras.

A crise sanitária que estamos vivendo nos revela, conforme Magalhães (2020), a dimensão das desigualdades urbanas que se atravessam e se acumulam ao longo do tempo. Além disso, como o autor escreve, a suposta ineficiência do Estado para lidar com o combate aos efeitos do coronavírus nas favelas e periferias “não se deve apenas a uma gestão ineficiente ou à incompetência dos administradores, mas se caracteriza pelo modo mesmo como se efetiva o governo dos pobres” (MAGALHÃES, 2020, p.5). Desse modo, a *necropolítica* é viabilizada. Sendo assim, percebemos não apenas altas taxas de mortalidade em alguns municípios da Baixada Fluminense, mas também o modo de se fazer condições necessárias à vida durante a pandemia.

Viver em pandemia é desafiador tanto para mim, quanto para minhas interlocutoras. Diante a produção de vidas precárias, as mulheres da Rede mostraram uma ampla mobilização por suas comunidades. Elas forneceram diversos tipos de ajudas para pessoas que dividem o mesmo bairro, foram distribuídas cestas-básicas, roupas e produtos de higiene através de parcerias entre o coletivo, o Fórum Grita Baixada e outras organizações, como a ONG Crioula e o Viva Rio. Isso mostra que apesar da pandemia,

⁹ “Assim, se convoca ao trabalho e à circulação na cidade as vidas precárias, aqueles que podem morrer porque são substituíveis, ainda mais com taxas de desemprego crescentes (Leite, 2020, p.8).

¹⁰ Disponível em: <[¹¹ Disponível em: <\[>\]\(https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/#Link1\)](https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/#:~:text=Apesar%20da%20proximidade%20dos%20n%C3%BAmeros,esse%20valor%20ficou%20em%2038%25.&text=Entre%20os%20cerca%20de%2030,%2C%20aproximadamente%2055%25%20tiveram%20alta.></p></div><div data-bbox=)

as movimentações do grupo na *luta* pela vida não foram pausadas, e sim, ampliadas. Esse trabalho das integrantes da Rede será melhor discutido no terceiro capítulo.

Metodologia e relação com o campo:

Tenho me interessado pelo estudo de temas referentes à Baixada Fluminense desde a graduação. Em 2018 para a obtenção do título de bacharel em jornalismo, analisei em minha monografia a chacina da Baixada de 2005 pelo jornal O Globo. Naquela ocasião, meu objetivo foi de estudar o tratamento dado pelo veículo àquelas 29 mortes. Meu trabalho se pautou em quatro categorias que eram frequentemente noticiadas: as vítimas, os policiais, o território e as mães e familiares. O último ponto foi o que mais me chamou atenção, pois as entrevistas com as mães tiveram o valor de legitimar a inocência de seus filhos, assim como de todos os mortos na chacina. Naquela época, o trabalho de Vianna e Farias (2011) me chamou bastante atenção, sendo um dos influenciadores da minha escolha de pesquisa para o mestrado.

Tendo em vista meu interesse pelo tema, enquanto escrevia o trabalho estive em duas exibições do documentário “Nossos Mortos têm Voz”. O filme, que coincidentemente, estava sendo lançado no mesmo período da minha conclusão de curso, em 2018, tem o protagonismo de algumas mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense, que contam sobre o momento em que perderam seus familiares, para abordar uma visão crítica sobre a atuação do Estado na região. A primeira apresentação que estive foi na metade de 2018 no Sesc de Nova Iguaçu. Após o filme, os diretores Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, membros da Rede, e o professor José Cláudio Alves, organizaram uma roda de conversa para debater sobre o assunto proposto. Foi naquela ocasião que tomei consciência da existência da Rede, pois, apesar de viver em Nova Iguaçu, não sabia sobre a atuação do grupo.

Já a segunda exibição que presenciei foi durante uma disciplina de livre escolha que tratava sobre a violência na Baixada ministrada pelo professor José Cláudio Alves na UFRRJ. A apresentação mais intimista na sala de aula, ao contrário da última que tinha sido realizada em um anfiteatro, permitiu uma maior aproximação dos alunos com duas familiares da Rede que promoveram um debate muito interessante. Acredito que as inúmeras reflexões que foram provocadas naquele dia também motivaram minha decisão de elaborar um projeto de pesquisa sobre o tema para o mestrado.

As duas integrantes da Rede que me proporcionaram essa reflexão mais ampla, foram a mãe do Raphael, uma das primeiras vítimas da chacina de 2005, Luciene Silva e Silvania Azevedo, que perdeu seu irmão Renato também na mesma chacina. Após tomar conhecimento da causa e aumentar meu interesse pelo tema, entrei em contato com Luciene a fim de agendar uma entrevista para um trabalho jornalístico, por causa de nossas agendas não conseguimos o encontro. Em 2019, reencontrei Luciene durante a caminhada dos 14 anos da chacina, foi ela quem seguiu com o megafone e gritou o nome das vítimas em cada ponto onde tinham sido assassinadas em Nova Iguaçu. Durante a manifestação consegui conversar um pouco com ela e dizer que tinha seguido nos estudos e acabado de passar para o mestrado, Luciene recebeu a notícia com um abraço e se disse disposta a ajudar. Fomos moradoras do mesmo bairro durante o ano de 2005, mas não nos conhecíamos.

No meu primeiro ano de entrada no mestrado, 2019, tentei fazer uma entrada no campo com certa informalidade, estava presente em atos e reuniões públicas. A única entrevista que realizei nesse primeiro momento não foi individual, em um tom de conversa, sem gravador e anotações extensas, conversei com duas mães, a Luciene e a Nivia¹², sobre como a Rede funcionava e qual era a história do coletivo. Presencialmente, acompanhei uma reunião aberta do Fórum Grita Baixada, na qual algumas mães participaram, a caminhada do dia 31 de março de 2019 e a mobilização do Dia de Finados. Também organizei uma exibição do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”, em parceria com Luciene e Silvania, em uma disciplina ministrada pela professora Alessandra Rinaldi, na qual eu estagiava. Naquela época, em que aglomerações e abraços não significavam contágio pela covid-19, acreditava que meu trabalho seria escrito por meio de percepções nas pequenas subjetividades que se mostravam de forma mais descontraída, do que em entrevistas formais com respostas objetivas.

No início de 2020, com a explosão do coronavírus no país, busquei evitar desconfortos na minha relação com minhas interlocutoras, que assim como eu, estavam enfrentando situações que são gatilhos para ansiedade e depressão, como a contaminação, o isolamento, a morte de pessoas próximas e a doença. Sendo assim, optei em não realizar entrevistas por chamada de vídeo ou telefone. Em primeiro plano porque acreditava que seria extremamente difícil captar análises sobre o luto, memórias e estratégias de

¹² Nivia Raposo é mãe de Rodrigo Tavares assassinado em 2015 por milicianos em Nova Iguaçu

enfrentamento contra o Estado através da tela. Além disso, em face de tantos óbitos na Baixada Fluminense poderia ser muito desconfortável, em ambas partes, falar sobre perdas.

A pandemia não passou ou melhorou, muito pelo contrário, no entanto, o tempo para a produção desse trabalho não foi pausado. Assim, comecei a acompanhar postagens e *lives* do coletivo nas redes sociais, e a partir de agosto de 2020 comecei a realizar entrevistas por videochamada. Para isso, precisei escrever e reescrever perguntas que fossem sensíveis às dores causadas pelo luto da perda de um filho e ao momento em que vivemos. Tinha muito medo de desencadear algum gatilho durante as entrevistas virtuais, por isso, evitei entrar no tema da morte dos filhos e ainda estava aberta a retirar alguma entrevista do roteiro ou alterar a ordem, caso sentisse que a interlocutora estivesse desconfortável ou abalada.

Realizar as entrevistas virtuais não foi tarefa fácil. Levei incontáveis “bolos”. Muitas vezes me senti frustrada e desmotivada com meu trabalho. No entanto, conversar com minha orientadora e colegas sobre a questão funcionou para que eu percebesse que as dinâmicas das vidas das minhas interlocutoras não são similares as minhas e que as demarcações não eram pessoais. Além da atribuição das tarefas domésticas, cuidado com outros filhos, problemas de saúde, elas estavam passando por uma fase de transição ao virtual. As terapias quinzenais que elas fazem, as reuniões dos coletivos que participam e até os atos, foram todos transferidos para as redes sociais e aplicativos de chamadas de vídeo. Sendo assim, além de lidarem com todas as outras funções, elas ainda precisavam encontrar tempo na agenda para conversar comigo. A escolha das interlocutoras foi feita, na maior parte das vezes, por meio de indicações que eu pedia a elas ao fim da entrevista.

Foram seis entrevistadas por videochamada, todas mães de vítimas. Luciene foi minha primeira entrevistada, em agosto de 2020, a conversa durou quase duas horas. Luciene Silva é uma das fundadoras da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, sua militância começou em 2005, a partir do assassinato de seu filho Raphael, 17 anos, na chacina da Baixada em Nova Iguaçu. Em sequência pedi que ela me indicasse a próxima integrante da Rede. Desse modo, em setembro conversei com Ilsimar de Jesus, que me indicou Elisabete Farias. Ilsimar teve o filho, Victor Hugo de Jesus Pires, 17 anos, assassinado junto com o filho de Elisabete, Vitor Oliveira, 18 anos, por policiais militares em 17 de junho de 2018 em São João de

Meriti. Enquanto a conversa com Ilsimar foi muito emotiva e durou bastante tempo, precisando, inclusive, cortar perguntas que havia preparado, com Elisabete foi diferente. Ela havia extraído alguns dentes no dia anterior. Apesar de ter perguntado se preferia adiar, ela optou por manter o dia combinado.

Depois, tentei marcar com Silvania, já que nos conhecíamos e eu tinha seu contato. Marcamos cerca de cinco vezes e só conseguimos conversar, por um acaso, alguns dias antes de fechar esse trabalho. As desmarcações foram feitas por causa dos graves problemas de saúde de Silvania que foram causados pela perda do irmão Renato na chacina da Baixada em Queimados. Assim como Luciene, ela foi uma das primeiras articuladoras da Rede. Como a entrevista estava difícil de sair, enviei uma mensagem para Nivia, também a conhecia. Levei dois meses para conseguir agendar um horário, pois ela participa ativamente de muitos grupos de militância. Ela perdeu seu filho Rodrigo Tavares, de 19 anos, em outubro de 2015, o jovem foi assassinado em frente ao portão de casa a mando de milicianos do seu bairro em Nova Iguaçu.

Em sequência, conversei com Rozinete Santana, indicada por Luciene. A entrevista com Rozinete foi breve e ela falou muito pouco sobre seu filho Vitor, assassinado aos 22 anos em Duque de Caxias. Acredito que se tivesse perguntado, ela teria respondido, no entanto, optar por não vocalizar a dor narrando esse acontecimento trágico, é um dado considerável para este trabalho. Por último, em janeiro, entrevistei Maria, a única mãe que preferiu não ter seu verdadeiro nome identificado, afinal, ela vive em uma região controlada pela milícia e é muito conhecida pela comunidade. Apesar da conversa com Maria ter durado quase duas horas, ela, assim como Rozinete, falou muito pouco sobre seu filho Daniel, assassinado por policiais milicianos em 2018.

Desse modo, diante a pandemia de covid-19 que enfrentamos, esse trabalho foi realizado em dois períodos diferentes e por meio de duas metodologias. Em 2019, ano da minha entrada no mestrado, acompanhei atos, reuniões e realizei uma entrevista com Luciene e Nivia. Já, em 2020 e 2021 realizei entrevistas por chamadas de vídeo através do aplicativo Meet do Google e acompanhei postagens e *lives* nas redes sociais. A partir disso, realizo uma etnografia da Rede de Mães e Familiares de Violência do Estado na Baixada Fluminense.

Portanto, assim como Geertz (2008) define no clássico “A interpretação das culturas”, a etnografia consiste em “tentar ler, no sentido de ‘construir uma leitura de’” (GEERTZ, 2008, p.7). Além disso, pretende-se colocar em foco as experiências variadas da vida cotidiana, como forma de “verificar a dimensão da própria subjetividade” (GEERTZ, 2008, p.211). Dessa forma, aspiro produzir uma leitura das gramáticas relacionadas à maternidade, aos usos políticos das categorias de vítima e familiar de vítima, assim como dos discursos produzidos sobre memória, justiça, território e violações de direitos pelo Estado.

A chacina da Baixada além de possuir um grande impacto na criação da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, marcou a minha vida. Aos oito anos de idade, ouvi o som do carro e dos tiros em uma rua muito próxima a minha. Os policiais, que percorreram vários quilômetros nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, deixaram 12 mortos no meu bairro. A minha relação e da minha família com esse evento será mais detalhada a frente. Tendo em vista minha proximidade com o tema estudado, proponho apresentar uma breve história da vida da minha família e minha relação com o território. Contar uma fração dessas vivências, esclarece minha relação com o território e com acontecimentos próximos que me levaram ao trabalho de campo. Além disso, é um método de inserir a minha subjetividade enquanto habitante e pesquisadora da região.

Minha avó veio de Alagoas aos três anos de idade. Viveu no morro do Urubu, Zona Norte do Rio de Janeiro, com os pais e 11 irmãos até os 23 anos, quando se casou. Com o marido, comprou um terreno na cidade de Nova Iguaçu. Assim, como era *Macondo*¹³ no início de sua construção, o bairro contava com pouquíssimos moradores, cercas de madeira ao redor das casas, chão de barro, árvores e o armazém São João, que demarcava o seu centro comercial. Desse modo, minha avó e avô foram os primeiros habitantes da Cerâmica.

Tal como Úrsula Iguarán¹⁴ se encarregou de aumentar sua casa para que a família coubesse nela, minha avó fez o mesmo. Já separada do meu avô, trabalhando como

¹³ “Macondo era então uma aldeia de vinte casas de pau a pique e telhados de sapé construídas na beira de um rio de águas diáfanas” (MÁRQUES, Gabriel Garcia, 2019, p.7). Macondo é o nome da cidade fictícia criada por Gabriel García Márquez em seu livro “Cem anos de solidão”.

¹⁴ Úrsula Iguarán é uma das fundadoras de Macondo, junto com o marido José Arcádio, no livro de García Márquez.

doméstica em São Conrado, Zona Sul do Rio, durante toda a semana, com três crianças em casa e sem um centavo de pensão, teve a ideia de aumentar a residência naquele terreno comprado durante o casamento. Construiu outra casa nos fundos, que abrigou seu irmão e a esposa, como um jeitinho de garantir que alguém olhasse as crianças. Com os filhos um pouco mais velhos, a casa extra, passou a auxiliar na renda do mês sendo alugada para pessoas de “confiança”, mas também não durou muito. Tempos depois, a casa foi derrubada, para dar lugar ao lar que sua filha gostaria de construir. Em 1992, meus pais se casaram e o espaço passou a abrigar duas casas confortáveis.

Moro na Cerâmica a vida toda. Cresci tomando banho de mangueira no quintal com meu irmão, ou mergulhando na piscina de plástico montada pela minha mãe nos dias mais quentes do verão. A lembrança do bairro que minha avó viu na década de 1960 não se encaixa na sua versão atual. O armazém São João foi substituído por um aviário, uma ótica, uma loja de roupa e apartamentos na parte superior. O centro do bairro conta também com um uma rede de supermercados famosa, pizzarias, farmácias, e o que mais couber. Enquanto carros passam anunciando produtos. Todos os sábados, há mais de uma década, passa o “moço do cloro”, como ele se intitula no alto-falante sobre o carro, que anda abarrotado com garrafas pets para reciclagem e outras tantas cheias de cloro ou desinfetante colorido. Em outros dias passa a Kombi das frutas, com caqui, banana, jambo e o que mais estiver na estação. Ainda se tem o hábito de sentar na calçada e observar o movimento da rua, saber da vida dos vizinhos e fofocar. As minhas memórias e vivências sobre o bairro e o município em que cresci não fazem, contudo, que a região seja ideal.

Em sua tese, Ana Lucia Enne (2002), buscou estudar a relação entre a memória e a história em uma construção das identidades sociais, percebendo o modo em que ela se relaciona com a Baixada Fluminense. Dessa forma, Enne (2002) notou, por meio de seus interlocutores, uma busca por identidades positivas para a região, confrontando as narrativas estigmatizantes da mídia, ao mesmo tempo em que existe um movimento de fala dos moradores que a associam à uma terra “sem lei”, violenta e miserável. Sendo assim, com base na autora, devemos considerar a Baixada em um processo polissêmico, com uma produção múltipla de sentidos. Dessa forma, o meu objetivo não é desenhar uma Baixada Fluminense idealizada em minhas histórias de infância românticas, tampouco fortalecer o discurso usado pelos meios de comunicação que rotulam o território como “faroeste”.

Divisão dos capítulos:

O primeiro capítulo da dissertação apresentará as discussões iniciais do tema, propondo a análise de problemáticas necessárias para compreender a especificidade da violência na Baixada Fluminense e da atuação da Rede. Desse modo, pretendo utilizar como base estudos que abordem a história da Baixada Fluminense de maneira ampla, focando as práticas de violência perpetuadas ao longo dos anos. Já para compreender a Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada utilizarei como base reconstituições narradas pelas próprias integrantes do coletivo.

Além disso, incluo no texto a minha relação com o território. Como Clifford e Marcus (2005) analisaram, etnógrafos nativos têm a capacidade de enxergar novos ângulos e com profundidade de entendimento. Sendo assim proponho, situar as minhas condições enquanto pesquisadora *nativa*. Além de perceber as diversas nuances que se formam sobre meu objeto de estudo.

No segundo capítulo busco responder as seguintes inquietações: “por que só vejo mulheres se mobilizando? ”; “por que elas são as fontes de jornais quando um jovem é assassinado? ”; “por que a maternidade é uma categoria tão essencial na luta? ”; “de que modo suas trajetórias de vida são alteradas? ” e “no que o luto resulta, além da luta? ”. Por isso, busco analisar a generificação e a sociabilização das emoções. No sentido de problematizar a associação das emoções enquanto um atributo feminino, principalmente, diante a maternidade. Desse modo, é interessante perceber o acionamento político da maternidade e das emoções. Também visio estudar o compartilhamento do sentimento do luto e a sua atribuição ao feminino, através de uma etnografia do Dia de Finados de 2019.

A ainda nesse capítulo, busco perceber os “encerramentos” de vida que são ocasionados por uma morte. Após realizar as entrevistas, percebi que enquanto algumas mães encerravam a narrativa sobre suas trajetórias de vida com o evento da morte do filho, outras acabavam misturando o acontecimento em uma ordem cronológica desmontada de suas vidas. Isso me fez perceber que para além do “fim” de uma vida, a partir da morte de uma pessoa, existe uma reconstrução do sujeito por meio do luto. A partir disso, estudo o papel da dor e do sofrimento nas narrativas que contam sobre a morte do filho, mesmo quando não eram requeridas durante as conversas. Encerro esse capítulo com uma discussão sobre sofrimento sentido, inclusive, no próprio corpo e a

forma de como isso pode agenciar aprendizados, seja no campo da militância, seja nas investigações sobre o assassinato do filho.

As análises do segundo capítulo nos permitem pensar na última parte deste trabalho, que irá propor uma reflexão acerca dos arranjos e rearranjos familiares que se formam diante da perda de um ente querido para a violência estatal. Gostaria de trazer uma concepção abrangente de parentesco para essa seção. Conforme percebi no trabalho de campo, é criada uma relação muito próxima de carinho e cuidados entre as integrantes da Rede. De acordo com Butler (2003), os laços de parentesco podem ser a intensificação de laços comunitários, podendo consistir em relações entre amigos ou membros de uma comunidade. Portanto, meu objetivo não é apenas perceber como uma família é reorganizada pela perda de um membro, mas também a dimensão que essa dor toma na criação de uma nova configuração de parentesco.

Para além dessa análise, tenho a intenção de levar em consideração que a morte de um filho não implica em uma abdicação da maternidade. Pois, como percebo, em reuniões, conversas e atos, elas têm uma *parentalidade* viva com os que se foram, apresentando-se, por exemplo, como mães em exercício e não em um passado. Dessa maneira, o terceiro capítulo pretende trazer as práticas da convivência nas ausências e o modo de como se produz a presença a partir das memórias de parentesco com fantasmas. Sendo assim, apreendo a conservação da memória e da convivência sendo mãe de um filho que já não existe mais em um sentido físico, mas com quem se interage através de conversas e de sonhos, além do acionamento das lembranças por meio de fotografias, cartas e documentos. Ademais, também existe uma percepção da temporalidade nas relações de parentesco, como aponta Sahlins (apud Carsten, 2014), nas quais se tem a capacidade de evocar relacionamentos do passado e do futuro. Estando, portanto, na comemoração dos aniversários e nas lembranças cotidianas, mas também na queixa sobre os netos que não nasceram. Dessa forma, o último capítulo discutirá para além de uma modificação na estrutura familiar a partir da perda, as dinâmicas utilizadas na prática do luto e da tentativa de manter a memória dos mortos.

CAPÍTULO I: MÃES E FAMILIARES DA BAIXADA FLUMINENSE: um recorte das práticas de violência no território

O objetivo deste capítulo é perceber o modo no qual as violências estatais são aplicadas na Baixada Fluminense, como forma de compreender a atuação da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense. Para cumprir a proposta desta seção pretendo dividi-la em quatro partes. A primeira busca trazer uma delimitação espacial do que essa pesquisa compreende como Baixada Fluminense. Existem muitas divergências entre pesquisadores sobre quais municípios fazem ou não parte da região. Desse modo, a importância dessa tarefa para além da metodologia, é em contextualizar uma breve parte da sua história, incluindo o início de uma associação midiática relativa a um território violento. Em seguida, trago uma análise sobre o modo de como a violência estatal foi sendo legitimada ao longo dos anos na região.

As reflexões dessa seção nos permitem analisar na segunda parte desse capítulo, a relação simbiótica entre agentes do Estado e grupos de extermínio na chacina da Baixada. A discussão acerca dessa chacina é muito cara para meu trabalho de campo, visto que a partir dela a Rede de Mães e Familiares começou a ser construída. Após a descrição da noite de 31 de março de 2005, faço uma etnografia da Rede através de uma remontagem da construção feita através das entrevistas com as integrantes do grupo. Por último, busco compreender qual é a especificidade da Rede e o modo no qual sua luta pauta uma diferenciação a partir da relação com o território.

1.1. Baixada Fluminense: a constituição do espaço e das dinâmicas de violência

Existem muitas formas de considerar a delimitação espacial da Baixada Fluminense. Diversos pesquisadores admitem alguns municípios e outros não, com base em uma série de justificativas. De acordo com Ana Lúcia Enne (2002), a Baixada Fluminense é construída por seus atores sociais em diferentes maneiras. Segundo a autora, as fronteiras e os limites da região são negociados por meio de práticas e interações cotidianas, “sendo reconstruídos na experiência diária de seus moradores, em situações de contato com outros moradores ou com pessoas de fora e mesmo a partir do discurso oficial, da mídia e das manifestações culturais” (ENNE, 2002, p.49). Desse modo, Enne (2002) chega a listar oito combinações diferentes na composição da região.

Esse modo de enxergar o espaço como não sendo inerte e constantemente em constituição, remete à discussão que Certeau (1990) propõe acerca dos conceitos que fundamentam as cidades. De acordo com o autor, ao observá-las de cima, enquanto as vidas cotidianas se fazem embaixo, os fragmentos de trajetórias e as alterações de espaços podem ser percebidos. Segundo Certeau (1990), a vida urbana sempre remonta aquilo que o projeto urbanístico excluía, servindo de baliza às estratégias socioeconômicas e políticas. Portanto, as práticas de espaço tecem as condições determinantes da vida social.

De acordo com o sociólogo José Claudio Alves (1998), há também uma delimitação do território da Baixada construída pelos meios de comunicação de acordo com as práticas de violência. O uso foi percebido por ele quando uma Deputada Federal lamentou no rádio que a chacina de Vigário Geral, ocorrida em 30 de agosto de 1993, na qual 21 pessoas foram assassinadas pela Polícia Militar, ocorreu em uma “favela da Baixada Fluminense”. A confusão da deputada ao noticiar uma favela do Rio de Janeiro como da Baixada revelou, para Alves, os problemas dos limites da região¹⁵, que seriam maleáveis de acordo com o grau da violência.

Apesar de compreender que as fronteiras não são estáticas, tendo a considerar, metodologicamente, a constituição da Baixada em 13 municípios. Essa definição também é de ordem político-institucional, sendo utilizada pelo Governo do Estado. Sendo assim, as cidades que compõe a região são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e São João de Meriti. Outro motivo que levei em conta ao optar por essa delimitação é porque ela é utilizada por alguns órgãos de pesquisa que são importantes na confecção desse trabalho, como o Instituto de Segurança Pública (ISP) por exemplo.

Uma breve contextualização da história da Baixada Fluminense nos permitirá produzir uma análise mais aprofundada sobre as violências de Estado na região. Além disso, também nos auxilia a contextualizar o modo de como as demandas feitas por mães e familiares vitimados pela violência estatal são feitas. Com base no panorama histórico da Baixada podemos refletir acerca da força que as milícias e grupos de extermínio exercem nesses municípios.

¹⁵ “O aspecto geográfico acaba se relacionando com o político e com o social na construção de fronteiras não muito precisas” (ALVES, 1998, p.14)

De acordo com Alves (1998), ao longo da formação histórica da Baixada, o apoio popular aos grupos políticos locais vinculados a grupos de extermínio foi se mostrando como uma alternativa imposta construída pelas relações de poder que se estabeleceram na região. Segundo o autor, não se trata da ignorância popular, do autoritarismo e nem de uma cultura da violência, mas “corresponde à manipulação da violência dentro de diferentes níveis que vão do local ao nacional, correspondendo também à combinação de diferentes fases dessa violência” (ALVES, 1998, p.187). Essa utilização política da violência foi sendo empregada ao longo da história da Baixada na resolução de conflitos gerados nas disputas do poder local. Desse modo, Alves considera que apesar das políticas de segurança adotadas, os elevados índices de homicídio na Baixada tendem a permanecer estáveis, o que não confirma uma incapacidade ou ineficiência do Estado, mas sua permeabilidade a esse padrão que tem a violência como base de sustentação.

Portanto, essa parte da pesquisa tem como foco um estudo da Baixada pautando a instrumentalidade das violências na configuração de sua história. A partir da Primeira República, de 1889 a 1930, a Baixada começou a ganhar notoriedade pelo estado do Rio de Janeiro. A diversificação da produção agrícola, como forma de recuperar a economia estadual, passou a incentivar a citricultura que se desenvolvia nas terras de Iguaçu. De acordo com Alves (1998), isso criou um novo grupo econômico e perpetuou chefes locais, através do coronelismo na região. Essa atividade econômica teve grande destaque no setor de exportações nacionais entre os anos de 1920 e 1930.

Já durante a década de 1940, a exportação passou a enfrentar uma forte crise. O fim das atividades agrícolas, segundo Enne (2004), resultou em um intenso processo de loteamento das antigas fazendas e chácaras, o que produziu uma transformação social na Baixada. Os baixos preços dos lotes teriam atraído vários migrantes, principalmente do Nordeste. A partir dessa fase, com base na autora, passou a existir um conflito entre os “moradores antigos” e “o pessoal de fora”. Esse êxodo rural teve como grande motivador a seca que a região nordeste enfrentava. Paralelamente, havia uma explosão imobiliária no Rio de Janeiro, que trouxe um grande contingente populacional à Baixada.

Os anos de 1950 foram marcados pela disputa da posse das terras na região. A relação entre ‘posseiros’ e ‘grileiros’ foi marcada por atos violentos, “muitas vezes retratados pela imprensa, o que vai marcar o início de uma representação associativa entre a Baixada Fluminense e as imagens da violência e da ausência de um poder legal exercido por

direito” (ENNE, 2004, p.6). Sendo Enne (2004), a partir desse período, a Baixada foi nomeada pela mídia como “nordeste sem seca” e “barril de pólvora”.

Portanto, a história da constituição da Baixada teve como marco o destaque na exportação agrícola, seguido de uma vertiginosa decadência décadas mais tarde, o que favoreceu disputas por terras e um “coronelismo urbano”, conforme Beloch (apud Enne, 2004). Através desses atritos no processo de ocupação do território, violentas disputas foram observadas, além do surgimento de Tenório Cavalcanti, uma figura política extremamente importante para pensarmos o atrelamento de políticos à matadores na região. Foi nessa fase, como Enne (2004) e Alves (1998) demonstram, que uma imagem associativa entre a Baixada e a violência passou a ser mais difundida midiaticamente.

Ao longo de sua tese, Alves (1998) analisa o padrão da violência na região através de seu contexto histórico. Percebendo os elevados índices de homicídio e a atuação dos grupos de extermínio, ele os relaciona com o poder local. Dentro desse quadro desenhado pelo sociólogo e estudado em Escuri (2018), destaco três importantes marcos que nos dão uma maior clareza sobre a especificidade dessa violência: o político Tenório Cavalcanti, o “grande saque” de Duque de Caxias e a Ditadura Militar.

O alagoano, Tenório Cavalcanti foi um personagem histórico e político importante na Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias. Ele foi responsável por fazer com que a Baixada se tornasse mais conhecida no âmbito nacional, visto que foi eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro quatro vezes (em 1950, 1954, 1958 e 1960), na segunda vez como o deputado mais votado pelo estado. Sendo também dono do jornal Luta Democrática, que contribuiu muito para o aparecimento da Baixada nas sessões de Polícia de outros jornais, de acordo com Enne (2004). O periódico com cunho sensacionalista, além de ter tido a função difundir o nome de seu proprietário, passou a firmar a imagem da Baixada como um espaço sem lei, um *faroeiro fluminense*, conforme Enne (2004) aponta.

A trajetória de Tenório Cavalcanti trouxe o acirramento das lutas no campo e o que Beloch chamou de “coronelismo urbano” (apud ENNE, 2004, p.8). Além disso, a sua carreira nos apontam tendências que foram adotadas na região, como a política clientelista, na base de favores à população em troca de votos e o assassinato de inimigos políticos, chegando a reunir um grupo com cerca de 40 homens “rápidos no gatilho”,

conforme Alves (1998). Apesar de ter sido amplamente apoiado pela população, ele utilizava métodos violentos e de violações de direitos na configuração de seu poder. Essas estratégias nos ajudam a compreender os atores sociais que, posteriormente, emergiram na Baixada, como os prefeitos “matadores”.

Na década de 1960, a violência na Baixada passou a tomar outros moldes. Diante a explosão populacional, os conflitos por terras, o crescimento do comércio e da indústria, o desmembramento e formação de novos municípios, além da reconfiguração do campo político, como aponta Alves (1998), uma nova realidade emergia. O marco desse problema crescente foi a revolta popular em Duque de Caxias em julho de 1962. Ao fim da revolta, 42 pessoas foram mortas, 700 feridas e 2 mil estabelecimentos comerciais de 24 gêneros alimentícios atingidos (TORRES; MENEZES apud ALVES, 1998, p.96). Segundo Alves, os saques e o quebra-quebra nos estabelecimentos foram resultados da crescente insatisfação da população com a falta de alimentos, pois, comerciantes estariam burlando o tabelamento dos preços de alimentos, feito pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). No dia seguinte ao saque, a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias reivindicou junto ao governo do estado uma indenização pelos prejuízos, com base em Alves (1998). Poucos comerciantes conseguiram se recuperar após o saque. Para o autor, o resultado da revolta fez com que começasse a concentração monopolística de supermercados na região. Além disso, os comerciantes passaram a defender medidas mais repressivas, além de ter marcado o surgimento de uma polícia paga para proteger o comércio.

Desse modo, a Polícia Militar, que já vinha ganhando poder na região no oferecimento de seus “serviços” privados aos comerciantes, passou a ter mais destaque durante a repressão da Ditadura Militar. Com o Golpe Militar de 1964, ela se institucionalizou e passou a atuar diretamente na formação de grupos de extermínio, que se consolidaram a partir dos anos 1970 (ALVES apud ENNE, 2004, p.9). Segundo Alves (1998), a Ditadura Militar agiu na Baixada Fluminense, durante 20 anos, na reestruturação política, na qual prefeitos e vereadores da oposição eram cassados, além de câmaras e prefeituras ocupadas ou fechadas, contando ainda com a imposição de interventores. Conforme o autor, o objetivo principal era suprimir, enfraquecer ou cooptar formas de oposição política que viessem a surgir.

Ainda de acordo com o pesquisador, desde o Golpe em 1964, principalmente a partir de 1967, a PM passou a atuar na repressão montada pela ditadura, além de operacionalizar a concepção militarizada da segurança pública que se constituía. Na Baixada, em 1968, começou um processo no qual a polícia passou a ter envolvimento com os banqueiros do jogo do bicho, que fugiam da repressão promovida na Guanabara pelo secretário de Segurança General Luiz França de Oliveira. “Afora as atividades do esquadrão da morte, a polícia era acusada de tirar plantões nas ‘bancas de bicho’ para proteger os contraventores de assaltantes” (ALVES, 1998, p.137).

Além disso, ainda durante a ditadura, já nos anos 1980, as referências em torno de uma Baixada violenta na mídia aumentaram. De acordo com Enne (2004), “não só aumentam as referências diretas à Baixada como um “local violento”, mas o tamanho das matérias chamava atenção: são muitas vezes páginas duplas, com fotos e grandes manchetes, narrando a “criminalidade na BF” (ENNE, 2004, p11). Esse enquadramento da Baixada enquanto um local de extrema violência foi ainda mais alimentado pela figura do “Mão Branca”. Segundo Enne (2005), a personagem que foi uma ficção criada pelo jornal Última Hora, dava telefonemas aos jornalistas deixando pistas dos locais onde os corpos dos “bandidos” foram largados. Geralmente, o “Mão-Branca” atuava na Baixada Fluminense, o que evidenciava ainda mais a violência local. A partir dos anos 1980, com a redemocratização, o fenômeno que passa a acontecer em alguns municípios da Baixada é a eleição de prefeitos e vereadores “matadores”, ou que apoiam declaradamente essas práticas.

Com o passar dos anos, novas dinâmicas passaram a dividir espaço com os grupos de extermínio da Baixada. Por isso, o pesquisador José Claudio Alves em uma nova edição do livro “Dos Barões ao Extermínio” adicionou um prefácio que discute as “novidades” surgidas após o lançamento da primeira edição, em 1998. Se antes havia uma maior popularidade dos *matadores* e dos grupos de extermínio, a partir dos anos 2010, milicianos e traficantes de drogas se tornaram mais influentes no território.

Desse modo, segundo Alves (2020) os grupos de extermínio consagrados a partir da Ditadura Militar são compostos pela articulação de três elementos: pelos policiais; pelo financiamento por grupos econômicos e pelo suporte de políticos locais. Já, a partir de 2012 outras dinâmicas passam a compor esse cenário de violências da Baixada Fluminense. Com a instauração das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas

cariocas, observou-se uma migração dos traficantes de drogas para áreas da Baixada. Alves (2020) acrescenta que além disso, esses traficantes viram a possibilidade de uma reestruturação do mercado das drogas no território, pois, até então o comércio local era desorganizado.

As milícias, para Alves (2020), configuram quase que uma superação dos grupos de extermínio. Aliando a convivência da estrutura policial com o tráfico de drogas, de armas, do jogo do bicho, entre outros, o novo grupo enxergou oportunidades promissoras na Baixada Fluminense. O amplo contingente populacional empobrecido, abriu brechas para que a milícia explorasse o mercado da *segurança*, da venda de gás de cozinha, dos *gatos* de energia, água e de TV a cabo, e muitos outros.

É nessa Baixada Fluminense, construída historicamente por meio de práticas de violência, que se torna palco dos grupos de extermínio, do tráfico de drogas e das milícias, que famílias precisam tecer cotidianamente suas vidas. Essa análise de parte da história da Baixada permitiu uma reflexão acerca da força que as milícias e grupos de extermínio foram ganhando ao longo dos anos na região. Ademais, estudamos o modo de como a mídia foi institucionalizando o aspecto violento da região e o crescente apoio popular aos *matadores*. Dessa maneira, habitar uma Baixada Fluminense que convive com a prática das execuções e que ao mesmo tempo as justifica, baseando-se em uma ideia de *limpeza*, faz pensar sobre a forma na qual as mães e familiares de vítimas de violência do Estado precisam inscrever suas *lutas* no processo de tornar essas mortes validadas.

1.2. 31 de março de 2005: a Chacina da Baixada

Os primeiros tiros que lembro de ter ouvido foram durante a chacina da Baixada em 2005. Gostaria de detalhar mais profundamente a chacina, tanto com base em uma reconstrução pessoal, que envolve minhas memórias e de minha família, quanto por meio de notícias e de entrevistas que realizei com algumas familiares de vítimas dessa chacina. Acredito que esse evento seja de extrema importância para o estudo, pois permite perceber a relação simbiótica entre grupos de extermínio e agentes do Estado, além da intensificação do movimento de organizações pelos Direitos Humanos na região e do surgimento da faísca que deu origem à Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, interlocutoras dessa pesquisa. Ademais, meu trabalho de campo frequentemente se depara com relatos trazidos sobre esse

massacre. Essa reconstrução foi feita na minha pesquisa de monografia, desse modo, muitos dos dados que são apresentados aqui estão presentes no meu último estudo.

Para aprofundarmos a questão da especificidade da violência de Estado na Baixada Fluminense, acredito que seja interessante analisarmos a chacina, que será apresentada de acordo com um consenso geral do que foi publicado por diversos veículos de comunicação sobre o acontecimento, que estão mais detalhados em Escuri (2018). Além da minha colocação como moradora de uma das áreas que foi atingida pelo evento e do relato de duas interlocutoras que são familiares das vítimas: Luciene, mãe de Raphael, e Sylvania, irmã de Renato. Outro recurso que utilizo é citar o nome das pessoas assassinadas na chacina, por meio de um levantamento de listagens que fiz através de relatórios oficiais e notícias, como forma de homenagem à memória dos que brutalmente perderam suas vidas.

Conforme analisei anteriormente¹⁶ em Escuri (2018), no 15º Batalhão de Polícia Militar de Duque de Caxias o comandante Paulo César Lopes era visto como rigoroso pelos membros da corporação. Por meio da Operação Navalha na Carne, ele afastou cerca de 60 PMs por desvio de conduta, principalmente, pela participação em grupos de extermínio na região. No dia 30 de março aconteceu a primeira represália ao comandante: oito policiais mataram dois homens em um bar, decapitaram um deles e arremessaram a cabeça para dentro do pátio do Batalhão.

Já no dia seguinte, 31 de março, cinco policiais militares se reuniram em um bar no centro de Nova Iguaçu, na Rua Dom Valmor, onde passaram quatro horas bebendo, e, segundo relatos de familiares das vítimas, fazendo uso de cocaína. Um dos policiais saiu mais cedo do bar e os outros quatro entraram em um Gol prata. O carro seguiu até a Via Dutra, aproximadamente às 20 horas, sentido São Paulo, pelo bairro Esplanada. No acesso ao bairro da Posse, ainda em Nova Iguaçu, assassinaram Raphael da Silva Couto, 17 anos, e Willian Pereira dos Santos, 20. Como sua mãe, Luciene, me contou, Raphael e seu amigo Willian, tinham ido juntos comprar peças de bicicleta. Os policiais seguiram pela rua Gonçalves Dias e pela avenida São Paulo onde mataram mais duas pessoas: a travesti

¹⁶ Como minha monografia analisou mais enfaticamente a chacina da Baixada, muitos dados que estão nesta reconstituição foram extraídos dela. Meu objetivo ao trazer essa chacina para essa pesquisa não é de promover um estudo profundo sobre ela, mas perceber o modo no qual ela aconteceu, como forma de facilitar o entendimento de parte da história e do trabalho da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense.

Luiz Carlos da Silva, 23, e José Gomes de Oliveira, 39. Retornaram à Dutra, passaram por baixo do viaduto da Posse e assassinaram a travesti Alessandro Moura Vieira, 15, na altura do Motel Medieval.

Desse modo, duas travestis foram assassinadas na chacina, ao mesmo tempo em que é difícil encontrar notícias sobre elas. Ainda que o jornal O Globo, analisado com foco em minha monografia, tenha optado por contar as histórias de vida dos jovens, as mães e familiares de Alessandro e Luiz Carlos não aparecem nas notícias. Desse modo, com base em Butler (2018b), também devemos considerar o valor do luto de uma vida em detrimento de outras.

Em seguida, o bairro em que a minha avó construiu sua vida, entrou no mapa dos assassinos. A partir da morte de Alessandro, acessaram uma transversal que deu acesso a Rua Gama. No bar do Caíque, mataram: Elizabeth Soares Oliveira, 43, Felipe Carlos Soares de Oliveira, 13, Bruno da Silva Souza, 15, Jonas de Lima Silva, 15, Robson Albino, 25, Manoel Domingos Lima Pereira, 53, Jaílton Vieira, 27, José Augusto Pereira da Silva, 38, Douglas Brasil de Paula, 14 e Kênia Modesto Dias, 27. Por volta das 21 horas e 15 minutos, os policiais passaram pelo centro da Cerâmica e mataram mais duas pessoas: Leonardo da Silva Moreira, 18, e César de Souza Penha, 30.

Ouvimos o som dos tiros. Lembro que ficamos dentro de casa, minha mãe e meu irmão mais novo, até o barulho cessar. Naquele momento meu pai e minha tia ainda estavam na rua no trajeto de volta do trabalho. Cansada após a jornada de 12 horas como auxiliar de enfermagem em um hospital infantil na cidade do Rio de Janeiro, ela perdeu o ponto do ônibus onde deveria descer. Ela conta que era acostumada a soltar na Dutra, no ponto em frente ao Motel Medieval para pegar o segundo ônibus até o centro do bairro, no entanto o cansaço a fez descer um ponto depois. Isso aconteceu em um horário muito próximo ao assassinato de Alexandro Moura Viera.

Meu pai passou pela Rua Gama poucos minutos depois e viu sangue e alguns corpos. A lembrança que ele sempre relata ao falar do caso é da cena de vários corpos de jovens no chão. Ele se lembra de como ficou perplexo ao saber que uma criança que

estava no bar do Caíque, se escondeu atrás da máquina de fliperama, e mesmo assim, um dos policiais foi ao local atirar no menino¹⁷.

Meus vizinhos se reuniram na rua assustados. Na época, várias especulações sobre o modo de como os policiais mataram eram discutidas na minha rua. Em uma delas, acreditava-se que eles estariam usando as máscaras do filme *Pânico*. Várias versões sobre o carro utilizado pelos assassinos também foram feitas. Pouco tempo depois, descobrimos que um dos 11 policiais acusados morava na rua atrás da minha.

Após assassinares 17 pessoas no município de Nova Iguaçu, os PMs seguiram até Queimados pela via Dutra, onde mais 12 pessoas foram assassinadas. Na rua Vereador Marinho Oliveira, próximo ao Mania Lava-Jato, foram mortos Renato Azevedo dos Santos, 32, Luís Jorge Barbosa Rodrigues, 27, Wagner Oliveira da Silva, 25, Márcio Joaquim Martins, 26, e Fábio Vasconcelos, 29.

Silvania conta que seu irmão, Renato, tinha ido fechar o portão do Lava-Jato. Ela ouviu os disparos e perguntou se eram tiros ou fogos, ao avisarem que eram tiros próximo ao local onde o irmão estava, ela correu e o encontrou com dois tiros no rosto. Silvania me disse que “quando eu soube da chacina, eles [os assassinos] já estavam na minha cabeça como os culpados. Eles moravam aqui por perto de casa. Alguns assassinos conheciam meu irmão”.

Por volta das 21 horas e 30 minutos, os policiais foram para o bairro Campo da Banha onde mataram Marcelo Junior do Nascimento, 16, Marcus Vinícius Cipriano Andrade, 15, Francisco José da Silva Neto, 34, Marco Aurélio Alves, 37 e João da Costa Magalhães, 52 anos. Também foram assassinados: Leonardo Felipe da Silva, 15, e Calupe Florindo Ferreira, 64.

No dia seguinte a chacina, a notícia que a matança tinha sido feita por um grupo de extermínio corria de boca em boca. Além de também ter sido noticiada no jornal O Globo. Minha mãe conta que seguiu a vida normalmente, levando eu e meu irmão para a escola. Anos depois, por meio de uma exibição do documentário “Nossos Mortos têm

17 Conforme verifiquei, a matéria do Folha fala sobre o caso. “O promotor falou da crueldade usada pelos matadores e apontou que algumas vítimas tinham tiros nas mãos, o que mostrava que as tinham atrás da cabeça na hora que foram mortas. Relatou ainda que Felipe, 13, ‘estava escondido atrás de uma máquina de fliperama, tentando se proteger, e, mesmo assim, foi morto à sangue frio’” (FOLHA, 2006) Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2408200627.htm>

Voz” e também pelas conversas que passei a ter quando iniciei esse trabalho, ela pôde perceber que os assassinatos praticados nessa chacina nada tiveram a ver com uma “limpeza” dos bandidos. Acredito que essa associação possa ter feito, se considerarmos o panorama histórico trazido anteriormente, como análise da figura de justiceiro que o “Mão Branca” carregava.

Dois meses após a chacina, 11 policiais militares foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Rio pela participação no crime. Alguns foram absolvidos por falta de provas, contudo coube a condenação à Marcos Siqueira, José Augusto Moreira Felipe, Carlos Jorge Carvalho e Julio Cesar Amaral pelos homicídios e à Fabiano Gonçalves por formação de quadrilha: ele foi o policial que saiu do bar antes dos amigos iniciarem o massacre. Todos eles eram membros de grupos de extermínio na região¹⁸. Atualmente, os quatro cumprem suas penas em regime fechado, enquanto Fabiano cumpriu sua pena de sete anos em reclusão. Um dos policiais que seria julgado, Gilmar Simão, foi assassinado em 2006 após prestar seu depoimento poucos dias antes do seu julgamento por participação na chacina.

1.3. Do luto à luta: mães e familiares ressignificam suas perdas

A chacina promoveu uma grande mobilização. Em setembro daquele ano, instituições reuniram-se para publicar um compilado de seis artigos que tratavam de temas referentes à violência na Baixada Fluminense. Um desses estudos, realizado pelo Laboratório de Análise de Violências (Lav/Uerj), analisou quantitativamente a incidência da violência e da criminalidade na região. A pesquisa demonstrou o modo de como a prisão dos policiais envolvidos com grupos de extermínio, logo após a chacina, quando 11 foram denunciados, alterou a incidência de assassinatos. A partir dos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), os pesquisadores compararam o número de homicídios dolosos registrados trimestralmente nas delegacias por município da Baixada. Por meio dos números foi possível perceber que de abril para junho de 2005 a quantidade de homicídios em Queimados e Nova Iguaçu diminuiu 33%, se comparado com o mesmo

18 Segundo a matéria publicada em 2007 pelo G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL16215-5606,00-DOIS+ANOS+APOS+CHACINA+NA+BAIXADA+FLUMINENSE+ACUSADOS+ESTAO+PRESOS.html>>. Além disso, geralmente quando esse tema é tratado pela Rede, os policiais são associados a grupos de extermínio.

período do ano anterior. Enquanto nos outros municípios da Baixada a redução foi de 13%.

Desse modo, o resultado nos demonstra o quanto a desarticulação de um grupo de extermínio, cujo os integrantes são policiais, pode afetar na quantidade de mortos em um trimestre. Outra consideração que pode ser feita pelos dados, está na alta taxa de assassinatos praticados por agentes do Estado na região, isso é, a partir da prisão de alguns deles, a quantidade de homicídios entre dois município, Queimados e Nova Iguaçu, caiu de 147 para 97, em comparação ao mesmo trimestre de 2004.

Foi a partir da chacina da Baixada que a Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense foi formada. A história da Rede me foi contada em três momentos: em uma conversa que realizei com duas mães do grupo em 2019, a Nivia, que perdeu seu filho Rodrigo Tavares¹⁹, e a Luciene, que teve seu filho Raphael Silva, assassinado nessa chacina; em uma entrevista com Luciene em agosto de 2020 e em outra entrevista com o coordenador do Fórum Grita Baixada, Adriano Araújo, em dezembro.

Quando agendei um encontro com Luciene pelo WhatsApp em 2019, acreditei que seríamos só nós duas. Naquela época, quando reuniões presenciais eram feitas sem nenhuma preocupação pelo contágio do coronavírus, percebi uma preocupação muito grande em construir uma fala coletiva, por isso, Luciene pediu que Nivia participasse. Marcamos no Centro de Direitos Humanos Dom Adriano Hipólito²⁰, que fica na Diocese de Nova Iguaçu e divide espaço com o Fórum Grita Baixada e a Rede. Cheguei pela manhã, pois Luciene havia me dito que teria a reunião mensal do Fórum Grita Baixada que é aberta ao público, desse modo, achei que seria melhor ir ao evento também.

Na reunião foi exibido o filme ‘Driblando a Democracia’ de Thomas Huchon, o documentário era uma investigação sobre as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos e o papel das *Fake News* na consagração de Donald Trump. Quando cheguei ao local, completamente encharcada de chuva, achei que estariam presentes poucas pessoas, mas me surpreendi com uma sala cheia, aproximadamente 30 pessoas, incluindo

¹⁹ Rodrigo Tavares foi assassinado aos 19 anos em Nova Iguaçu por milicianos.

²⁰ Dom Adriano Hipólito foi bispo da Diocese de Nova Iguaçu entre 1966 e 1994, foi um defensor dos direitos humanos e atuou de forma ativa contra a ditadura militar e os “Esquadrões da Morte” na Baixada Fluminense. Chegou a sofrer um atentado pelos militares, que explodiram uma bomba catedral da Diocese, felizmente ninguém morreu no incidente e o bispo continuou com seu trabalho na região.

membros do Fórum, três mães da Rede, alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e alguns militantes de outros espaços²¹. A discussão terminou ao meio dia, combinei com Luciene um lugar para nos encontrarmos após o almoço.

Quando voltamos, Nivia me contou quealaria comigo um pouco mais rápido, por que naquele dia viajaria para a França. O documentário ‘Nossos Mortos têm Voz’ seria exibido no Festival Brasil em Movimentos e Nivia iria representando o coletivo, junto dos produtores do filme. Ela tinha ido ao Fórum para, além de participar da reunião, buscar banners, cartazes e folhetos da Rede que estavam no local. Por isso, enquanto ela e Luciene procuravam os papéis, fiquei aguardando um pouco.



Figura 1: Nivia veste a blusa da Rede e segura o banner, que sempre abre o caminho nas manifestações do coletivo, junto com Célia Xakriabá, líder da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Marinete da Silva, mãe de Marielle Franco no Festival Brasil em Movimentos. Fonte: (CARTA CAPITAL, 2019).

A conversa aconteceu em um espaço que era semelhante a uma sala de aula. Pedi que me contassem a história da Rede, Luciene começou falando sobre a primeira mobilização do grupo, que foi logo após a chacina da Baixada em 2005. A manifestação saiu de frente ao Sesc de Nova Iguaçu e seguiu por cerca de cinco quilômetros até à Via Light, onde havia um palanque com a presença de um padre, políticos e ativistas. Logo depois, as famílias foram à Alerj cobrar por justiça. No entanto, Luciene não estava

²¹ Inclusive, quando cheguei precisei assinar uma espécie de lista de chamada, com nome, município, telefone, e-mail e entidade a qual faço parte.

presente. A dor pela perda do filho a fez ir para São Paulo, onde ficou por nove meses na casa de parentes.

Para entender a criação da Rede é interessante compreender a criação do grupo Reage Baixada e da articulação da Igreja Católica pelos Direitos Humanos na Baixada. Para isso, entrevistei Adriano Araújo, coordenador do Fórum Grita Baixada. Na época da chacina, Adriano era coordenador do Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, comandada pelo bispo Dom Luciano Bergamin. O bispo pediu que o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDH), que tinha o Padre Justino a frente, buscasse dar atenção para a situação. Desse modo, o CDH passou a reunir uma série de organizações.

O grupo Reage Baixada foi criado tendo o CDH como um dos protagonistas, reunindo organizações da Baixada e do Rio de Janeiro. Enquanto o Reage era construído em Nova Iguaçu, em Queimados eram feitas organizações locais, tendo Ismael Lopes a frente, que tinha sido um importante líder pela emancipação do distrito em 1990 e na época era vereador do município.

Em Queimados, foi organizada a Associação de Familiares e Amigos de Vítimas de Violência (AFAVIV). O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional com um Fundo Nacional de Amparo às Vítimas de Violência. A questão da violência na Baixada, a partir dessa chacina, teve certo impulsionamento midiático. Dessa forma, não demorou tanto para que Rosinha Garotinho, então governadora, concedesse as pensões aos familiares. Atualmente, quase todos os familiares recebem esse amparo, exceto uma por questões burocráticas. No entanto, a Rede se mostra extremamente contra a ideia de *reparação* pelo Estado. Pois, segundo elas, não tem dinheiro que pague a perda de uma pessoa amada. Ao mesmo tempo, o discurso das integrantes considera que o Estado deve se responsabilizar pelas famílias que ficaram devastadas, que a partir dessas mortes passaram a enfrentar doenças, precisando de medicamentos caros, perderam seus empregos e tiveram suas vidas completamente alteradas.

Logo após os primeiros anos após a chacina, o fato de integrar um projeto que acolheria vítimas de violência estatal, em um território que convivia com o poder dos grupos de extermínio, começou a ser sentido mais fortemente. Conforme Luciene conta, mães e familiares já haviam começado a receber as pensões e também começaram a temer ameaças desses grupos, já que muitos familiares continuavam morando nos mesmos

lugares. Sendo assim, a ideia da criação de uma ONG foi colocada de lado. Com o passar do tempo, o grupo foi se desmobilizando. Na diluição das mobilizações na Baixada, no período de enfraquecimento dos movimentos em Queimados e Nova Iguaçu, Luciene contou que começou sua militância nas reuniões das mães do Rio de Janeiro, na Rede de Comunidades e Movimento Contra a Violência. Nesse movimento de luta por justiça, ela disse ter se tornado “conhecida como a mãe do menino morto da chacina em todos os lugares”.

O Reage Baixada também foi enfraquecendo e com o passar o tempo deixou de se reunir. Segundo Adriano, o grupo buscava articular políticas de habitação, mobilidade, cultura, saúde, educação e de segurança para a Baixada Fluminense.

Nos primeiros anos, essa mobilização foi muito grande e sempre com a pauta de que era preciso pensar que as chacinas que acontecem na Baixada Fluminense se devem muito à ausência de políticas públicas voltadas à redução de desigualdades. O Governo do Estado não olha para a Baixada com a importância que deveria olhar, os próprios poderes públicos locais também não valorizam a realidade e a especificidade da Baixada Fluminense. Então, as chacinas acontecem muito em função do descaso com as políticas públicas na Baixada, não só no campo de segurança pública, mas em outras áreas que não estão ligadas à segurança pública, mas que acabam refletindo com a manutenção das desigualdades na região. (Adriano Araújo. Nova Iguaçu/Online. 02/12/2020)

Portanto, a chacina da Baixada é colocada como um marco histórico da violência na Baixada Fluminense. Ela também é um forte exemplo da força dos grupos de extermínio, lançado na Ditadura Militar. A partir dos anos 2010, novas chacinas passaram a chamar atenção, entre elas, a chacina da Chatuba, em Mesquita, quando nove jovens foram assassinados por traficantes. Os adolescentes tinham ido à cachoeira no Parque do Gericinó, lá foram encontrados por traficantes que os torturam e executaram por morarem em uma comunidade comandada pela facção rival em Nilópolis. Essa chacina marca outro momento no enredo da Baixada, que tem seu início na migração de traficantes do Rio de Janeiro por causa da instauração das UPPs.

Nesse território ocupado pelos grupos de extermínio, traficantes e milicianos, surge o Fórum Grita Baixada (FGB) em 2012, também motivado pela chacina da Chatuba. O nome dado ao coletivo, conforme Adriano me contou, foi criado a partir de uma reunião com o secretário de segurança do Estado da época, Mariano Beltrame. Em uma audiência pública que debatia a questão da violência e das UPPs, Beltrame, que estava presente, disse que nunca teria visto a Baixada gritar tão alto. Em resposta ao comentário absurdo

de Beltrame, o coletivo passou a ter a palavra “Grita” no nome e utilizar um megafone como logotipo.

O tema da segurança pública tornou-se uma questão cara ao movimento. Diferente do Reage Baixada, o FGB passou a contar com recursos externos e traçar projetos com metas e indicadores. Se antes o CDH tinha um protagonismo muito grande no Reage, que contava com voluntários, o FGB reúne uma equipe dedicada exclusivamente ao trabalho. Em 2017, Adriano Araújo se tornou coordenador do movimento. Ele relata que fez o movimento de chamar a Rede para mais próximo do grupo, já que o coletivo estava um pouco afastado. Além disso, também acontecia o movimento da produção do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”, que contribuiu muito com essa articulação.

O relatório “Um Brasil Dentro de um Brasil Pede Socorro”, já tinha sido lançado pelo FGB, no entanto, teve uma circulação muito restrita à academia. Então, por meio da sobra de alguns recursos, o ganho de verbas da Misericórdia e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, o filme pôde ser rodado e a Rede reorganizada. O “Nossos Mortos Têm Voz” é um divisor de águas na história da Rede, como Luciene relata. O documentário proporcionou muita visibilidade à Rede. Sendo assim, o FGB passa a ser um apoiador fundamental para a existência da Rede, na medida que sua articulação política favorece uma organização de parceiros e verbas fundamentais para o funcionamento do grupo.

Luciene conta que após a desarticulação da Rede, apenas ela, Silvania e Luzia, também mãe de vítima da chacina da Baixada, ficaram à frente do coletivo. Mas, era impossível levar o movimento sozinhas. Em 2017, com o apoio das transações do FGB e através do projeto Litigância elaborado pelo CDH, Luciene foi chamada para ser articuladora de território e começar a reunir mais mães e familiares de vítimas de violência Estatal no coletivo.

A Rede conta com amparo jurídico e psicológico. Antes da pandemia as sessões de terapia eram realizadas coletivamente a cada quinze dias. Atualmente, elas são atendidas virtualmente. Além disso, as integrantes estão em constante apoio com o grupo de mães do Rio. Alguns familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada chegam à Rede pela exibição do “Nossos Mortos Têm Voz”, que frequentemente é apresentado em escolas, universidades e até igrejas. Algumas pessoas no final das apresentações pedem o contato para as mães, mas, como observei em uma das exposições, elas também

distribuem cartões de visita e folders. É muito comum algumas integrantes da Rede irem às casas de famílias que tiveram filhos recentemente assassinados, como forma de solidariedade, apoio e convite às reuniões.

Tendo em vista o estudo da história da articulação de grupos criminosos na Baixada Fluminense, sua relação com o Estado e as suas consequências, como o caso da chacina da Baixada, apresentei um panorama do surgimento de novos coletivos que se mobilizaram em prol dos Direitos Humanos na região. A partir disso, contemplamos o surgimento da Rede e do Reage Baixada, o enfraquecimento desses grupos, que resultou no encerramento do Reage, e no posterior fortalecimento da Rede dado pela criação do Fórum Grita Baixada e suas relações entre diferentes organizações.

1.4. Para além das fronteiras: a diferenciação da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense

Na conversa que tive com a Nivea e a Luciene, pedi que elas me explicassem qual era a diferença da luta das mães e familiares das periferias do município do Rio de Janeiro para as da Baixada Fluminense. Para me explicar, elas me relataram o modo de como uma das suas amigas teve o filho assassinado.

Minha amiga que já era militante, teve o filho assassinado dentro de casa por policiais militares. Como ela já era conhecida no bairro pelo trabalho que fazia, os vizinhos tentaram parar os policiais para que não matassem seu filho e ligaram para ela. Quando ela chegou o rapaz já estava morto em frente à sua casa, no calor do momento não consegui ver os nomes e nem os rostos dos policiais, mas fez com que eles não removessem o corpo. Inclusive, um político (que já foi prefeito) interveio para não deixar que os policiais levassem o corpo do menino. Eles sumiram com o corpo dos outros dois meninos que mataram, mas não com o filho dela. No dia que ela devia ir à delegacia denunciar o caso e registrar, os policiais foram encapuzados na sua casa e ameaçaram sua família e seu caçula. Ela teve que ir à delegacia e assinar que o filho tinha sido morto por ter trocado tiros com a polícia. (Luciene. Nova Iguaçu. 23/09/2019)

O relato que me foi contado é muito potente para pensarmos em uma série de questões relacionadas ao Estado e as suas práticas “extralegais”. De acordo com Alves (1998), a privatização da violência na Baixada não acontece de modo infrapolítica, mas intrapolítica. Com base no autor, analisamos que os elevados índices de violência na Baixada não ocorrem para preencher um vazio de atores e relações sociais enfraquecidas, mas na união “do poder e do Estado em empresas bem-sucedidas de violência privada e ilegal” (ALVES, 1998, p.24). Portanto, cabe a um político intervir para que o corpo de um jovem não seja levado pelos matadores. Ao mesmo tempo em que a casa da mulher é

posteriormente invadida para que ela conte na delegacia uma história completamente diferente como condição de proteger seu filho.

Segundo Das e Poole (2008), as margens são espaços onde os direitos sobre a vida e a morte são experimentados de modo potencial. Assim como elas analisam a definição de Agamben, na qual a *vida nua* estaria localizada nas margens através da produção de corpos assassinaíveis. No entanto, a soberania de Estado estaria subjugada à figura da polícia ou poder local. “Estas figuras gozam de certa imunidade jurídica precisamente porque estão configuradas como existindo por fora ou com autoridade da lei” (DAS, POOLE, 2008, p.29). Adaptando o estudo das antropólogas à realidade da margem no Rio de Janeiro, podemos relacionar o poder do Estado, às milícias e grupos de extermínio, que atuam na Baixada de modo mais intenso desde a Ditadura Militar.

Em 31 de março de 2019 aconteceu a caminhada anual, desde 2005, das mães e familiares em Nova Iguaçu. Durante todo o período da manhã, elas refazem o caminho que foi percorrido pelos assassinos da chacina da Baixada. Em cada ponto onde uma vítima foi feita, elas param, fazem um breve discurso e gritam seus nomes. Em seguida são soltos fogos por alguns apoiadores presentes. Um carro de som, que em alguns momentos toca músicas, é seguido por um grupo de mães que veste o uniforme da Rede, blusa branca, com o símbolo de um coração que chora, feitos por mãos: uma branca e uma negra, outras vestem blusas com fotos e o nome dos filhos. Elas também seguram um banner com fotos de seus filhos, atrás delas outras pessoas seguram uma placa que se assemelham àquelas com nome de rua²² escrito: “Nossos Mortos têm Voz. (31.03.2005). Homenagem às 29 pessoas assassinadas na chacina da Baixada Fluminense e às Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado”. Também foram distribuídos lírios brancos, que eram deixados no chão onde vítimas foram feitas. A caminhada em muitos momentos se assemelha a uma procissão²³.

Apesar de parte da caminhada acontecer bem próximo à minha casa, aquele foi o primeiro em que estive presente. Já havia entrado em contato com algumas mães antes,

²² A placa é feita em referência à de Marielle Franco, que foi quebrada em 2018, pelos então candidatos à deputado estadual e federal, respectivamente, Rodrigo Amorim (PSL) e Daniel Silveira (PSL) em uma atitude criminosa durante um comício do candidato, na época, à governador do Estado Wilson Witzel (PSC).

²³ A caminhada e o símbolo que ela carrega em relação à memória será aprofundada no terceiro capítulo neste trabalho.

por meio das exposições do documentário “Nossos Mortos têm Voz”, mas aquela foi minha primeira ida a campo após ter iniciado a pesquisa de mestrado. Como pude perceber nas diversas falas que foram feitas durante o ato, foi dado muito foco na condição de habitar a Baixada Fluminense. Percebo isso de forma mais clara no discurso de Luciene ao microfone.

Não é só perder um filho, ninguém quer perder um filho, ninguém quer perder um amigo, ninguém quer perder um familiar, porque quando uma pessoa é assassinada todo um ciclo, uma comunidade é afetada, independente de que seja familiar. Nossos filhos têm os amigos que crescem dentro da nossa casa, no meu bairro é assim. Quantos jovens crescem dentro da nossa casa, a gente tira foto e hoje em dia só tem a lembrança, só tem a foto? Porque foram assassinados, e isso é na Baixada inteira, é todos os dias. A gente não pode achar normal, não é uma caminhada de gente que não tem o que fazer, mas de pessoas que lutam por direitos, luta por todos, luta por uma Baixada melhor, porque a gente é exterminado de diversas formas: é sem saúde, é sem educação, é sem saneamento, pelo não investimento, por ameaça, são diversas formas. É por falta de acompanhamento de saúde mental que as pessoas se perdem, quando a gente não tem acompanhamento, os espaços que deveriam nos acolher são muito precários, porque não há investimento. É o assassinato, é o extermínio, é a dor e a gente não vai calar. A gente está aqui para falar sobre isso, é uma luta por todos, é por familiares, mães e amigos. Não é normal a gente ver os nossos filhos sendo exterminados e nós sabemos que são os jovens negros que são os pobres da Baixada Fluminense, que são eliminados todos os dias e ainda passa na televisão com rótulo, porque não dão nem nome. Se é um morto na Zona Sul ele tem um nome e um sobrenome, um endereço, mas um morto na Baixada não, é um suspeito. E nós somos um sujeito de direitos, queremos os nossos direitos porque contribuimos para isso, não é normal ver corpo estirado e nunca vai ser. Obrigada, desculpa. (Luciene. Nova Iguaçu. 31/03/2019)

A fala de Luciene me chama atenção em pontos muito importantes. O primeiro é pela falta de assistência aos familiares. Conforme conversamos, meses após ao ato, essa assistência não é entendida como *reparação* pelo Estado. Apesar de existir um movimento pelo pagamento das pensões, elas afirmam que não é uma luta por *reparação*, porque a dor é impossível de ser reparada. No entanto, elas buscam por uma política de redução dos danos causados a partir do assassinato de um parente, que incluí como uma das medidas principais o atendimento psicossocial, que deve ser realizado com um profissional capacitado para lidar com esse tipo específico de trauma.

A segunda parte que me atente é quando ela diz que “Se é um morto na Zona Sul ele tem um nome e um sobrenome, um endereço, mas um morto na Baixada não”. Pois, remete-me à minha pesquisa anterior, quando percebi que a notícia da chacina da Baixada foi dada na terceira edição do jornal O Globo em 1 de abril de 2005 na página 19 em uma

pequena matéria na sessão de obituários, apesar do jornalista reconhecer no texto que aquele era a maior atentado do estado em número de mortes desde o do Vigário Geral.

De acordo com Escuri (2018), a guinada na narrativa do jornal acontece apenas no dia seguinte, quando a repercussão da chacina se torna capa em veículos internacionais e todos os antecedentes criminais das vítimas são verificados. Sendo assim, a chamada da manchete na primeira página do Globo informa: “a intenção do grupo foi provocar o terror: só duas das vítimas tinham antecedentes criminais; as outras 28 eram crianças, estudantes, comerciantes e trabalhadores”.



Figura 2: Capa do O Globo em 2 de abril de 2005. Fonte: (ESCURI, 2018, p. 55)

Investigação reforça ação de PMs em chacina da Baixada

Assassinos atiraram a esmo com armas da polícia; vítimas sobem para 30

• As primeiras investigações para descobrir os autores da chacina da Baixada, cujo total de vítimas já chega a 30, indicam que eles são policiais. Os principais indícios são o uso de pistolas de uso exclusivo das polícias Civil e Militar, o fato de os assassinos terem tentado recolher todas as cápsulas desafiadas, e o trajeto escolhido para as execuções, que evitou áreas onde haveria policiamento. A intenção do grupo foi provocar terror: só duas das vítimas tinham antecedentes criminais; as outras 28 eram crianças, estudantes, comerciantes e trabalhadores. Duzentos e cinquenta policiais reforçam a segurança na região. "Será passada a sanha na carne, é da a quem doer", disse o secretário de Segurança, Marcelo Lagibis. Páginas 13 a 19, Cartas dos Leitores, Miriam Leitão, Zúmir Ventura e editorial "Afronta ao Estado"

Do 'NYT' à Al-Jazeera

• A chacina da noite de anteontem na Baixada Fluminense foi noticiada nas edições eletrônicas de meios de comunicação de todo o mundo: do americano "New York Times" à emissora árabe Al-Jazeera, passando pelos principais veículos europeus. Página 19



PARENTES DE DOUGLAS Brasil de Paula, de 14 anos, choram na calçada em frente ao bar em Nova Iguaçu onde o estudante foi morto na noite de anteontem

Figura 3: Texto da chamada na capa do jornal. Fonte: (ESCURI, 2018, p.56)

Dessa forma, tanto a frase da mãe que denuncia a existência de um *valor* na vida que é perdida na Zona Sul em contraste com a da Baixada, quanto o que o jornal nos mostra, que vidas só passam a ser dignas de luto se não possuem antecedentes criminais, remetem às análises de Foucault (2005) e Fassin (2009). Foucault (2005) analisa uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX: a complementação do direito de soberania. Portanto, enquanto o soberano tinha o direito de “fazer morrer ou deixar viver”, o Estado passa a ter o poder em “fazer viver e deixar morrer”. O direito do soberano se dava na seguinte forma, ao ponto que ele podia matar, passava a exercer seu direito sobre a vida dos indivíduos. Na modernidade, o problema se dá na medida em que ascende uma nova tecnologia do poder, que em vez de tentar reger a multiplicidade dos homens como corpos individuais, que deviam ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punidos, o Estado passa a se dirigir a essa multiplicidade de corpos como uma massa global, inaugurando a *biopolítica*.

Desse modo, Foucault (2005) passa a se questionar acerca do racismo, pois: como essa tecnologia do poder vai exercer o direito de matar e a função do assassinio enquanto

o poder de soberania recua ao passo que o *biopoder* disciplinar e regulamentador avança? Como resolução do conflito, Foucault percebe que o racismo de Estado se estabeleceu da seguinte forma no *biopoder*: primeiro em um domínio biológico, tratando uma população como uma mistura de raças, ou seja, uma espécie, fragmentando-a e fazendo censuras ao biológico. Em segundo lugar, foi posto na medida em que a morte do outro garante a segurança pessoal de alguns, “a morte da raça ruim, da raça inferior, vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Dessa maneira, a teoria de Foucault apresentada nos permite pensar sobre não só a postura do O Globo, que avalia as mortes daqueles que tinham antecedentes criminais em oposição às “crianças, estudantes, comerciantes e trabalhadores”, mas também à larga associação da figura dos “matadores” à ideia de “limpeza” da sociedade, como apontei anteriormente.

Entretanto, Fassin (2009) tece uma crítica a essa teoria de Foucault, propondo uma alteração dos termos *biopolítica* e *biopoder* por, respectivamente, *políticas da vida* e *biolegitimidade*, como forma de mostrar que as políticas fazem a vida, no singular e no plural, não apenas em um sentido de tecnologias de poder, estratégias e táticas. “É também uma questão sobre a maneira concreta nas quais indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de quais morais, implicando nas desigualdades e não-reconhecimentos” (FASSIN, 2009, p.57, tradução minha)²⁴. Portanto, as *políticas da vida* pensam além da *biopolítica* de Foucault, ao atribuir na soma das tecnologias do poder, os valores e os significados das vidas.

A discussão apresentada anteriormente sobre “fazer viver e deixar morrer” em Foucault (2005), abre mais brechas para a crítica de Fassin (2009). Considerando o valor e o significado de cada vida, *fazer viver* carrega implicitamente escolhas. Para o autor, essas escolhas estão no âmbito da saúde, da educação e dos programas de emprego e moradia, que são políticas sociais que impactam de forma concreta e mensurável a expectativa de vida e a duração dela. Dessa maneira, “disparidades nas taxas de mortalidade não são apenas dados estatísticos, elas significam diferenças nos valores atribuídos às vidas” (FASSIN, 2009, p.53, tradução minha)²⁵. Dessa forma, as diferentes taxas nos índices de letalidade violenta na Baixada Fluminense em comparação com

²⁴ “It is also a question of the concrete way in which individuals and groups are treated, under which principles and in the name of which morals, implying which inequalities and misrecognitions”

²⁵ “Disparities in mortality rates are not only statistical data, they mean differences in values attached to lives”

outras partes do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo a quantidade de mortos negros em relação aos brancos dentro da estatística, nos permitem analisar esses diferentes modos de atribuição do *valor* das vidas. Relembrando, conforme citado anteriormente, a pesquisa lançada pelo ISER apurou cerca de 80 mortes para cada 100 mil habitantes na Baixada Fluminense, enquanto na cidade do Rio de Janeiro ficou em torno de 40 para cada 100 mil, tendo a quantidade de mortes decorridas de autos de resistência de 672 negros para 145 brancos

Ilsimar vive o luto por ter tido um filho assassinado por causa da cor de sua pele. Victor Hugo de Jesus Pires de 17 anos, foi morto junto com o amigo Vitor Oliveira de 18 anos, por estarem dirigindo uma moto sem capacete. Para a polícia, os jovens pareciam “suspeitos”, o que serviu de justificativa para serem baleados antes de tentarem se apresentar. O tema do racismo na Baixada Fluminense foi recorrente durante a entrevista que realizei com Ilsimar no fim de 2020.

Minha luta é pelo nosso direito de viver, dos nossos filhos viverem, **das famílias negras viverem**. De nós, moradores de periferia, temos o direito de viver. Não é porque a Baixada Fluminense é tão esquecida pelas leis, que nós não temos direitos de viver, então é uma luta todos os dias. (Ilsimar de Jesus. Nova Iguaçu/Online. 14/09/2020)

Além de lidarem com o racismo de Estado, essas famílias vivem em territórios marcados pelas dinâmicas das milícias, do tráfico e dos grupos de extermínio. Ao fim de um ato da Rede que acompanhei, no Dia de Finados de 2019, notei a troca de camisas antes de irem embora. Silvania que vestia o uniforme da Rede, rapidamente tirou a camisa, ficando com uma segunda blusa que estava por baixo da primeira, para pegar o ônibus e ir para casa. Notei outras integrantes fazendo o mesmo outras vezes. Em uma conversa, Luciene contou que o ato de trocar a camisa serve como uma atitude de proteção, já que muitas residem em territórios dominados pela milícia. Dessa forma, elas não se arriscam a caminhar sozinhas pela rua com a blusa que denuncia a violência de Estado, pois sentem medo de sofrer ameaças ou ser reconhecida por esses grupos.

Nivia foi criada e criou seus filhos em um bairro em Nova Iguaçu com a nítida presença dos *matadores*. Seu filho, Rodrigo Tavares de 19 anos, foi morto por um miliciano que é conhecido por todos onde mora. Ela apontou que a diferença da Baixada para as favelas é da proximidade de relações com o assassino.

Diferente das favelas, eu sempre falo isso, o nosso maior inimigo é o nosso vizinho, ele mora perto. Eu tenho que ver a pessoa, ele sorrindo, fazendo churrasco, tirando dinheiro das pessoas. Eu vejo ele fazendo as mesmas

práticas que fazia antes. Agora ele está com medo, porque os amigos tão todos morrendo, foi morar em Jacarepaguá. (Nivia Raposo. Nova Iguaçu/Online. 08/01/2021)

Não basta para Nivia saber que o assassino de seu filho está impune, ela ainda foi obrigada a vê-lo vivendo tranquilamente. Apesar dela morar no mesmo bairro em que o miliciano que matou seu filho vive, ela disse não ter medo de sofrer qualquer tipo de retaliação pela sua luta. A coragem de Nivia e de muitas mães que denunciam esses grupos, mesmo vivendo em regiões dominadas por eles, é surpreendente. Enquanto Veena Das (2020) divide as resistências heroicas das ordinárias, acredito que muitos atos protagonizados por essas mulheres rompem a resistência ordinária, aproximando-se de certo heroísmo. Isso será trabalho melhor no terceiro capítulo do trabalho, no entanto vale perceber que resistir e lutar quando o assassino mora ao lado não é uma tarefa simples.

No entanto, visitar a casa de outra mãe pode ser uma tarefa perigosa. Segundo Luciene, “existe uma dificuldade em chegar às mães na Baixada pelo problema da lei do silêncio, de que muitas vezes os assassinos estão no próprio bairro”. Morar ao lado do inimigo, para Luciene, também implica em uma dificuldade tanto da organização do coletivo, como na denúncia dos casos.

Por aqui ser um território mais complicado é difícil, seria mais difícil essas mães encontrarem esse apoio, porque muitas das vezes elas não podiam nem falar sobre esse assunto. **Porque o território aqui não é igual ao das comunidades, é diferente.** A violência naquele território é diferenciada. **Aqui na Baixada está tudo junto dentro do mesmo território, tem tráfico, milícia, grupo de extermínio, matador.** As pessoas vivem no meio disso, a população vive no meio do medo, do pânico e da indignação. (Luciene. Nova Iguaçu/Online. 18/08/2020)

É com base nessas vivências, na qual as famílias e as vítimas estão próximas a seus assassinos, que sustento uma especificidade na luta da Rede. Portanto, percebemos que existe uma outra articulação na região. Em atos, conversas e reuniões, a condição de mulher, a maior parte negras, e moradoras de regiões periféricas da Baixada é colocada como importante. Diante esse território, à mercê do racismo e do assassinato praticado por esses grupos, como é possível promover uma articulação de mães, denunciar as violências e criar os filhos em meio a tantos grupos criminosos? Essas questões tendem a ser trabalhadas nessas páginas. No próximo capítulo, portanto, discuto a função do gênero e da maternidade diante o luto, a dor e o sofrimento, para em seguida, pensar as agências da maternidade nas periferias e a união dessas mulheres em coletivo.

Capítulo II: “SÓ AGUENTO, PORQUE TEMOS UMAS ÀS OUTRAS”: o papel das emoções e do gênero nas dinâmicas do luto e da luta

As considerações que guiam este capítulo partem de indagações minhas durante a observação do campo: “por que só vejo mulheres se mobilizando? ”; “por que elas são as fontes de jornais quando um jovem é assassinado? ”; “por que a maternidade é uma categoria tão essencial na luta? ”; “de que modo suas trajetórias de vida são alteradas? ” e “no que o luto resulta, além da luta?”. Essas questões tendem a ser respondidas ao longo destas páginas. Para pensarmos as trajetórias de mulheres da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense é importante produzirmos uma análise que leve em consideração o gênero enquanto um elemento central. São mães, tias e irmãs que lutam pelos mortos.

Portanto, em primeiro plano neste capítulo busco analisar a generificação e a sociabilização das emoções. No sentido de propor uma problematização à associação das emoções enquanto um atributo feminino, principalmente, diante a maternidade. Meu objetivo é em compreender como as emoções se relacionam aos discursos de poder e no modo em que podem ser sociais, não apenas individuais. Desse modo, proponho uma percepção política do acionamento da maternidade e das emoções. O segundo item, ainda muito ligado ao primeiro, visa estudar o compartilhamento do sentimento do luto e a sua atribuição ao feminino. Através de uma etnografia, do Dia de Finados de 2019, propus um entendimento do luto enquanto individual e coletivo.

A terceira seção visa perceber os “encerramentos” de vida que são ocasionados por uma morte. Após realizar as entrevistas, percebi que enquanto algumas mães encerravam a narrativa sobre suas trajetórias de vida com o evento da morte do filho, outras acabavam misturando o acontecimento em uma ordem cronológica desmontada de suas vidas. Isso me fez perceber que para além do “fim” de uma vida, a partir da morte de uma pessoa, existe uma reconstrução do sujeito por meio do luto. A partir disso, analiso também, o papel da dor e do sofrimento nas narrativas que contam sobre a morte do filho, mesmo quando não eram requeridas durante as conversas. Encerro esse capítulo com uma discussão sobre sofrimento sentido, inclusive, no próprio corpo e a forma de como

isso pode agenciar aprendizados, seja no campo da militância, seja nas investigações sobre o assassinato do filho.

Meu trabalho de campo foi cortado pela pandemia de covid-19. Em 2019, meu primeiro ano no mestrado, fiz os contatos iniciais com algumas integrantes da Rede e participei de alguns atos e reuniões. No início de 2020, com começo das contaminações, suspendi o trabalho de campo. As atividades do grupo também foram adiadas. Decidi esperar por um tempo, tinha esperanças de que a situação seria amenizada, no entanto, não foi isso que percebemos. O número de casos e de mortes continuavam a subir e o tempo para a realização desse trabalho não foi pausado. Por isso, em agosto voltei a fazer contato com algumas mães. A metodologia desse trabalho foi readaptada para a lógica virtual que nos inserimos em função ao risco de contaminação pelo vírus. Desse modo, foram feitas entrevistas por chamadas de vídeo através do Google Meets. As interlocutoras foram escolhidas por indicação, ao fim da entrevista, perguntava com quem deveria conversar em seguida. A partir disso recebia novos contatos e agendava pelo WhatsApp a videoconferência.

Foram seis entrevistadas por chamada de vídeo, todas mães de vítimas. Para o melhor aproveitamento da leitura deste capítulo apresento, novamente, as mães com quem conversei e um breve resumo de suas histórias. Luciene Silva é uma das fundadoras da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, sua militância começou em 2005, a partir do assassinato de seu filho, o Raphael, 17 anos, na chacina da Baixada, que foi apresentada no último capítulo. Tenho contato com a Luciene desde 2018, época em que estava escrevendo minha monografia, a conheci no lançamento do documentário *Nossos Mortos Têm Voz*. Também encontrei Nivia Raposo naquele evento. Ela perdeu seu filho Rodrigo Tavares, de 19 anos, em outubro de 2015, o jovem foi assassinado em frente ao portão de casa a mando de milicianos do seu bairro em Nova Iguaçu. Ter conhecido Nivia apenas 3 anos após essa perda e conversado com ela já no início de 2021, fez-me perceber a agênciade do tempo diante o sofrimento e a narrativa da dor. Enquanto em 2018, Nivia falava pouco e sempre estava com olhos marejados, em 2021, ela se apresentou como uma mulher bem mais falante e politicamente organizada.

Já Elisabete Farias e Ilsimar de Jesus me foram apresentadas virtualmente no fim do ano passado por Luciene. Ilsimar teve o filho, Victor Hugo de Jesus Pires, 17 anos, assassinado junto com o filho de Elisabete, Vitor Oliveira, 18 anos, por policiais militares. Os amigos foram mortos no dia do primeiro jogo em que o Brasil jogou na última Copa do Mundo, em 17 de junho de 2018. Após um churrasco em família para assistir à partida na casa de parentes da Ilsimar, Victor disse à mãe que iria em uma resenha na casa de amigos, mas que não demoraria. Encontrou o amigo, Vitor, que morava bem perto. Estavam de moto a caminho da casa do vizinho, onde seria a reunião. Na rua transversal onde Victor morava, na Vila São João em São João de Meriti, encontraram um carro da polícia que começou a persegui-los. Ambos eram jovens, negros, moradores de periferia e estavam sem capacete. A polícia não deu tempo para que eles se identificassem, atirou no peito dos dois meninos. Vitor morreu na hora e Victor enquanto dava entrada na emergência do Hospital Municipal de São João de Meriti. Foi Ilsimar quem me contou essa história, mesmo que eu não tenha pedido. A entrevista com ela foi uma das mais difíceis de fazer. Por vídeo, via seus olhos, e os meus, encheram-se de lágrimas várias vezes. Acabei mudando a ordem das perguntas e excluindo algumas, em uma tentativa falha de conter a emoção. Uma das maiores dificuldades em realizar essas entrevistas é na impossibilidade de oferecer um pouco de amparo, mesmo que um abraço.

Por último, Rozinete Santana de Souza e Maria também foram indicações dessas mães. Maria teve seu filho, Daniel, assassinado por policiais milicianos em 22 de maio de 2018. Como Maria é reconhecida por promover projetos sociais em sua comunidade, que é comandada pela milícia, ela me pediu que seu nome fosse mudado. Suas falas serão editadas para conservar seu anonimato. Ela e Rozinete me falaram pouco sobre seus filhos e não me contaram como tinham sido mortos. Acredito que se eu tivesse perguntado, elas teriam respondido, no entanto, optar por não vocalizar a dor narrando esse acontecimento trágico, já é um dado considerável para este trabalho. A única coisa que sei sobre o filho de Rozinete é de que ele se chamava Vitor e foi morto aos 22 anos.

A escrita deste capítulo foi difícil. Diversas vezes senti a necessidade de parar e respirar. Por uma terrível coincidência, percebi que escrevia sobre Luciene no dia do aniversário de 16 anos da chacina da Baixada. As entrevistas que realizei tiveram uma carga emocional muito forte e fazer a releitura delas, diversas vezes, para a confecção deste capítulo me deixou emocionalmente exausta. Entretanto, busquei olhar para as

resistências e a força dessas mulheres. Apesar de ser difícil narrar a própria dor, elas conseguem fazer isso da maneira mais forte e política possível, pela memória dos seus filhos, para que as atrocidades cometidas contra eles jamais sejam esquecidas.

2.1. A generificação e a sociabilização das emoções

Para que possamos pensar as mobilizações da Rede e de suas integrantes, precisamos refletir sobre o modo no qual as emoções operam em nossa sociedade, enquanto atreladas às relações de poder e às práticas culturais e morais. Algumas emoções servem como adjetivos à atributos femininos. A projeção da mulher que cuida, zela e ama incondicionalmente, tendo o “instinto maternal”, reflete tanto em nossos fazeres cotidianos, como a atribuição das tarefas domésticas de forma acentuada às mulheres, principalmente, em tempos de pandemia²⁶, quanto na construção dos discursos, sejam midiáticos ou das mães e familiares, sobre a luta por justiça e memória pelos seus parentes assassinados. Para que possamos trabalhar o tema das emoções em associação às agências das mães de vítimas de violência do Estado, produzi, em primeiro plano, uma breve contextualização teórica do tema.

As emoções²⁷, para Lutz (1998), ao invés de se fixarem em rótulos internos de uma natureza presumida como universal, servem a complexos comunicacionais, morais e culturais. Para a autora, o corpo não deve ser separado das emoções, ao mesmo tempo em que elas não podem ser civilizadas, deve-se, no entanto, “desconstruir um conceito de emoção excessivamente naturalizado e rigidamente limitado, para tratar a emoção como uma prática ideológica e não como algo a ser descoberto ou como essência a ser destilada” (LUTZ, 1998, p. 4, tradução minha)²⁸. Sendo assim, as emoções devem ser estudadas como discursos em contexto. Por exemplo, se compararmos o agenciamento da maternidade nas classes populares e nas mais abastadas, perceberemos que existem outros modos de agir e de exercê-la²⁹.

Tendo em vista que as emoções na teoria de Lutz (1998) estão condicionadas ao meio onde os indivíduos constroem suas personalidades, o poder deve ser levado em

²⁶ A pesquisa feita por Guedes e Cordeiro (2020) elucida bem essa dinâmica.

²⁷ Parte da minha discussão sobre emoções nesse campo foi adaptada do meu artigo em Escuri (2020).

²⁸ “It is to deconstruct an overly naturalized and rigidly bounded concept of emotion, to treat emotion as an ideological practice rather than as a thing to be discovered or an essence to be distilled”

²⁹ No próximo capítulo aprofundaremos a questão da maternidade nas periferias.

conta como um elemento fundamental na construção da subjetividade do sujeito. A autora leva em consideração os estudos de Foucault para definir seu interesse nas emoções como o lugar em que práticas locais e sociais estão ligadas às organizações de poder. De acordo com as antropólogas Victoria e Coelho (2019), essa noção utilizada por Lutz dá origem à concepção de que as emoções teriam uma propriedade micropolítica. “Ou seja, uma capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou status dos sujeitos que as sentem e/ou expressam” (COELHO; VICTORIA, 2019, p.10). Portanto, com base em Lutz (1998), as emoções estariam articuladas com os valores culturais, relações sociais, além das circunstâncias econômicas. “Falar sobre emoções é simultaneamente falar sobre sociedade, sobre poder e políticas, sobre realeza e casamento, sobre normalidade e desvio”³⁰ (LUTZ, 1998, p.6, tradução minha). As emoções estão ligadas a um conjunto de relações que excede o sentir individual, mas que também são relacionadas às formas de poder e ao coletivo.

Em *Language and the Politics of Emotions*, Lutz e Abu-Lughod (1990) consideram que qualquer discurso sobre emoção é também sobre gênero. Uma vez que um aspecto das emoções é a sua associação com o feminino, ou seja, as “qualidades que definem o emocional também definem mulher”³¹ (LUTZ, 1990, p. 69, tradução minha). A pesquisa da autora busca analisar os discursos sobre emoção nos quais estão inseridas as relações entre gênero e poder. De acordo com Lutz (1990), nas pesquisas da área de sociobiologia, as emoções no feminino foram vistas como um produto da evolução. Os autores dessa categoria argumentavam naquela época que, como as mulheres sempre estiveram à frente nas primeiras responsabilidades para com os filhos, elas teriam maior capacidade em decodificar as expressões faciais das emoções em crianças. Para a antropóloga isso consiste em um resultado implausível, assim como outros estudos, que baseados em discursos científicos de poder e arraigados de narrativas culturais, tecem análises sobre mulheres, maternidade e crianças. Essas pesquisas, para a autora, baseiam-se na noção do papel reprodutivo das mulheres, enfatizando as qualidades emocionais do feminino, que também agem como naturalizadoras dos sentimentos de amor da mãe pela criança.

³⁰ “Talk about emotions is simultaneously talk about society — about power and politics, about kinship and marriage, about normality and deviance”

³¹ “Qualities that define the emocional also define women”

A amamentação, a dor do parto e o cuidado na educação dos filhos me foi colocado pelas mães, como elementos de contraposição à dor da perda e à indignação pelo assassinato de seus filhos. De acordo com estudos publicados sobre o tema dos familiares de vítimas de violência, como em Santiago (2019); Leite (2004); Vianna e Farias (2011), a maternidade é um elemento central em que se apoia a legitimidade da luta. Em atos e protestos é possível perceber o agenciamento de processos políticos por meio da ressignificação do corpo materno, sendo ele a denúncia da violência de Estado.

A dor pela perda de um familiar parece encontrar no corpo materno sua legitimidade, ao me contar sobre o adoecimento das mães pela morte dos filhos, Luciene me trouxe essa questão. Ao se referir ao sofrimento de Silvania, que é irmã de Renato, assassinado na chacina de 2005, e também integra a Rede, disse: “ela ficou com um problema muito sério de depressão, ficou hipertensa, ficou com problema cardíaco. Ela não se conforma com a morte do irmão. **É uma irmã que parece uma mãe, ela sente uma dor muito grande por esse irmão**”. Mesmo que Silvania não experimente a maternidade, seu sofrimento é tanto pelo irmão, Renato, que é aproximada a uma. Portanto, a dor constituiu a mãe, nesse caso. É através dessa dor materna, que a indignação pela morte e a luta são expressas.

Para Leite (2004), existe uma dimensão simbólica da categoria “mães de vítimas da violência”, fundamentada no pressuposto enraizado na cultura judaico-cristã de que os laços primordiais mais estreitos estariam entre mães e filhos. “A perda e a dor seriam, por isso, mais intensamente experimentadas pelas mães que, em decorrência, seriam os personagens mais legítimos para denunciar violações de direitos” (LEITE, 2004, p.155). Segundo a autora, ainda quando pais se engajam na luta, são apagados pela figura das mães, que têm maior visibilidade e legitimidade. Santiago (2019) também traz uma perspectiva histórica e ocidental do fato da maternidade ser atrelada a um valor supremo que corrobora com a ideia de uma mãe sofredora que se sacrifica pelos filhos e ‘padece no paraíso’, para construir a análise de que além de serem mobilizadas pela figura da dor, as mães reproduzem uma ideia de maternidade e do “amor materno” como um catalisador da luta.

Essa utilização complexa das emoções enquanto atividade política na luta das mães pode se expressar de muitas formas. Para Vianna (2019), as imagens em torno da

maternidade superam a metáfora. A antropóloga ouviu relatos que queixam de uma dor no útero que não cessa, do cheiro de menstruação sentido por um dia inteiro antes de saber da morte do filho e da ligação espiritual que não é rompida porque a “carne chama”. Dessa forma, “é no corpo e por meio do corpo que circula esse vínculo que a morte não desfaz e que, sobretudo, o soterramento estatal sob categorias administrativas como “auto de resistência” e similares não consegue encerrar” (VIANNA, 2019, p.3-4).

O amor de uma mãe, o corpo materno e a própria maternidade são acionados durante conversas e atos. Essa ligação do amor entre uma mãe e um filho é expressa de forma tão poderosa que várias vezes ouvi expressões como: “a mãe morre um pouco quando o filho morre também”; “quando enterram o filho, enterram parte da mãe”. No entanto, a própria maternidade também funciona como uma força que permite a possibilidade de lutar, não só pela justiça e pela memória do filho, como também pela própria vida e pela vida dos filhos vivos. Ilsmar tentou me explicar de onde vinha a força que a mantinha lutando.

“Muita gente fala **“olha a força dessa mãe que luta”**, mas é uma força inexplicável. Nenhuma mãe consegue explicar como ela fica de pé lutando, porque ela consegue se esvaír. É algo sobrenatural, só Deus mantém uma mãe de pé, não tem outra explicação. Isso é coisa de Deus. Tem dia que a gente procura força e não encontra, mas **você olha pros filhos que você tem, pra família que você tem, pra outra mãe** e você vai lutar para que nenhuma outra mãe passe por isso, e isso é a Rede de Mães” (Ilsmar de Jesus. Nova Iguaçu/Online. 14/09/2020).

Portanto, enquanto é na maternidade que a dor pela perda é legitimada, é por ela também que se encontra a força para sobreviver. O exercício da maternidade está na luta contra a violência que tirou a vida de seu filho e, ao mesmo tempo, na luta que é para manter-se viva em meio a tanta tristeza, para que possa cuidar e proteger os filhos vivos. Apesar das mães “morrerem um pouco” com a morte de um filho, elas precisam resistir, mesmo que em um estágio de “mortas-vivas”. A apresentação sobre o que seria essa pessoa viva, que também está morta, encontra nas histórias de vida um elemento esclarecedor. Quando pedi que as mães me contassem suas histórias de vida, muitas delas terminaram a narrativa com o momento da morte de seus filhos, ainda que após essas mortes suas vidas tenham se transformado totalmente. Esse contexto será melhor trabalho ainda mais a frente neste capítulo, por ora, interessa perceber que o assassinato de um filho também marca um fim de vida para a mãe.

As emoções também funcionam como dinâmica para realizar protestos e reivindicações. De acordo com Fábio Araújo (2014), “a emoção é situada pelo familiar no campo da prática política, sendo transformada e impregnada de significados/simbolismos políticos. Esses familiares – as mães principalmente – fazem das emoções uma forma de expressar a denúncia” (ARAÚJO, 2014, p.70). O trabalho de Vianna e Farias (2011) também corrobora para essa análise. Por meio da militância de Teresa, uma mãe que integra a Rede de Comunidade e Movimentos Contra a Violência, as autoras percebem esse enriquecimento que os sentimentos trazem às gramáticas políticas dos familiares. Teresa consegue, durante um discurso, conter a emoção, evitando muito choro ou um tom de voz muito elevado, além disso, ela domina informações técnicas, dados quantitativos e procedimentos formais.

Durante uma entrevista com Ilsimar, no fim do ano passado, e uma *live* que contou com a sua presença, de Luciene e de Augusto Perillo como mediador, para o canal Estação Periferia no YouTube, pude perceber que essa transição, entre a emoção e a dor para dados que comprovem que o seu sofrimento, faz parte de uma gramática discursiva acionada por essas mulheres. Ilsimar lançou mão de dados quantitativos sobre a violência no território e sobre o racismo, mas, logo no final da conversa, quando foi pega pela pergunta de Augusto sobre a possibilidade da construção de um mundo novo, emocionou-se indo às lágrimas. Se ela tivesse esse poder, nenhuma mãe colocaria seu filho morto nos braços. Já em nossa conversa virtual, em setembro de 2020, ela transitou entre o sentimento de medo diante o cenário hipotético do assassinato de seus outros filhos e dados sobre o racismo na Baixada, que foram apurados antes da conversa e escritos em um caderninho para que ela pudesse me mostrar.

Hoje eu vejo meus dois filhos e não quero que aconteça o mesmo com eles, então a minha luta é pela vida. Nosso direito de viver, dos nossos filhos viverem, das famílias negras viverem. De nós, moradores de periferia, temos o direito de viver. Não é porque a Baixada Fluminense é tão esquecida pelas leis, que nós não temos direitos de viver, então é uma luta todos os dias. O número de mortos é muito grande. **A lei de acesso à informação, no G1 fez o levantamento de perfis de mortes em ação policial, o resultado foi alarmante, 78% das pessoas mortas por agentes do Estado, são pretos e pardos.** Então, eu pergunto é, ou não é, uma forma terrível de racismo? Porque são nossos corpos que vão sendo jogados no chão, são nossos filhos, é o nosso sangue negro. (Ilsimar).

Assim, ao Ilsimar abordar dados que explicitam a alta taxa da violência letal contra meninos negros na Baixada Fluminense e mostrar que o que aconteceu com um de seus

filhos pode não só acontecer com seu outro menino, como também com outros jovens, ela evoca o sentimento de medo e de indignação por uma violência que atinge muitas pessoas, especialmente, as negras. Espera-se que a comoção gerada por meio desse discurso motive ou agregue mais indivíduos em uma luta contra a violência e por justiça. Em sua pesquisa, Márcia Leite (2004) também percebeu esse trânsito, de acordo com a autora, quase todas as mães que foram entrevistadas por ela transitam entre o caso particular de seus filhos e uma ação cívica coletiva, escapando de uma lógica de vitimização. Para além dessa oposição entre o coletivo e o individual, acredito que o objetivo também é mobilizar os sentimentos de pessoas que não passam pelo mesmo que elas, para que outros também possam colocarem-se em seus lugares.

Partindo dessa compreensão das emoções, que se relacionam com discursos de poder, sendo sociais e excedendo ao sentir individual, adentramos em uma discussão sobre gênero. Desse modo, percebemos a incorporação dos discursos de maternidade e do “amor de mãe” nas estratégias de luta e luto das mães. A partir disso, a corporificação da perda do filho foi colocada em debate por minhas interlocutoras em suas esferas de atuação. Portanto, tendo em vista esse corpo materno que também é político, proponho avançarmos em uma análise acerca do luto.

2.2. “Companheira me ajuda”: o luto enquanto feminino e social

A frase que marca o início dessa sessão é uma ciranda conhecida na militância, geralmente entoada em protestos com cunho feminista: “Companheira me ajuda, que eu não posso andar só/ Eu sozinha ando bem/ Mas com você ando melhor”. Tive meu primeiro contato com essa música em tempos de militância estudantil, quando em 2016, um caso de estupro envolvendo uma caloura e um veterano, deu início a uma série de atos e manifestações na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Segundo as autoras Rosa e Pinto (2018), que analisaram os conflitos e violências ocorridos na última década na UFRRJ, houve um aumento de relatos e situações de abuso contra mulheres entre 2013 e 2016. Naquela época, eu cursava o terceiro período do curso de jornalismo e pude acompanhar as movimentações realizadas pelo coletivo recém surgido, o “Me Avisa Quando Chegar”. O grupo organizou um evento que durou o dia inteiro, intitulado de “Dia de Luto e de Luta”, foram organizadas palestras, oficinas, atos, cines debates e intervenções. Tão logo cheguei no campus e me deparei com a Praça da Alegria, que é

localizada um pouco mais distante ao portão principal e de frente ao Restaurante Universitário e Alojamento Estudantil, ocupada por muitas mulheres, que usavam batom vermelho e vestiam blusas pretas. Certamente, ouvi a cantiga pela primeira vez naquele dia, cantada por mulheres, que após atos de extrema violação ao corpo feminino, uniam-se em um gesto de luto e de luta.

Em 31 de março de 2019, quando acompanhei a caminhada anual em função do aniversário da chacina de 2005, organizada pela Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado da Baixada Fluminense, ouvi essa cantiga ser entoada mais uma vez. Ao fim do ato, quando as pessoas já estavam se dispersando, as mães e familiares se organizaram em fileira atrás do banner da Rede, que é composto por fotos de seus filhos, irmãos e sobrinhos assassinados, para ouvir o discurso de finalização por Luciene. Quando a fala terminou, Nivia pediu que fosse puxada a música. Todas cantaram enquanto seguravam o banner.

Ao terminarem a cantiga, outra foi puxada: “Pisa ligeiro/ Pisa ligeiro/ Quem não pode com a formiga/ Não atíça o formigueiro”. Repetida algumas vezes, Luciene que ainda estava ao microfone, brincou com o grupo: “É isso aí! Não mexe com essas formigas não porque elas mordem à beça!”. A função em trazer esses relatos sobre essas músicas é de mostrar como o luto e a luta podem ser compartilhados por um grupo. No primeiro caso, o movimento de mulheres da UFRRJ, o gesto de luto se dá por corpos femininos literalmente violados e pelo medo sobre quem seria a próxima vítima. Já no segundo caso, o luto se dá por corpos masculinos que foram assassinados e por corpos femininos que sofrem na pele as consequências dessa perda. Em ambos os casos, há uma luta por justiça para que não haja impunidade.

Tendo em vista a categoria gênero, dada por Lutz (1990; 1998) como fundamental para pensarmos os discursos acerca das emoções, os estudos da antropóloga indiana Veena Das podem lançar maior clareza sobre o tema. Ao trabalhar o tema da Partição da Índia, Das (2020) à luz da noção de *evento crítico*, visa perceber os reflexos desse passado nas vidas cotidianas. Interessa para a autora uma análise acerca da forma sobre como esse *evento crítico*, ou seja, a Partição, foi incorporada na estrutura temporal das relações e no modo em como afetou, principalmente, as vidas de mulheres, que tiveram que ser reformuladas.

O *evento crítico* é marcado por um acontecimento que suspende a noção do mundo e “tira o chão”. No meu contexto de pesquisa, esse *evento* é dado pela perda de um familiar de modo inesperado e extremamente marcado pela violência. A partir desse *evento*, a vida passa a funcionar de outro modo, é preciso reunir forças e esperar a agência tempo³² na reconstrução de um novo universo de relações e práticas cotidianas que permitirão uma vida habitável. Diversas vezes escutei expressões que se referiam às mudanças na vida após a morte.

E assim, a partir daquele momento, a minha vida mudou muito, porque eu entrei na militância. Eu já fazia um trabalho social aqui na comunidade, como em ajudar a tirar um documento, a levar no médico, isenção pra casamento. Fazia uma ação social, ajudava as pessoas. Mas, lidar com o luto, lidar com a morte, eu era enlutada porque eu tinha perdido os meus pais, que morreram de doença, já o meu filho, foi inesperado, tiraram a vida dele. (Maria, Nova Iguaçu/Online. 13/01/2021)

Em oposição à morte de seus pais, o Estado é responsável por tirar inesperadamente a vida de seu filho. Várias vezes, Maria utilizou expressões que intensificavam as reviravoltas de sua vida após a perda de Daniel. Apesar de já ser enlutada pelos pais, a perda do filho é sentida com muito mais força, uma vez que ela não é vista como natural. É comum ouvir das mães a oposição entre a morte de pais e de filhos. Enquanto, enterrar os pais faz parte do ciclo da vida, ver um filho jovem em um caixão é considerado como uma anormalidade. É através dessa sensação e das mudanças no rumo da vida, que o *evento crítico* é apreendido neste trabalho.

O trabalho cultural do luto, enquanto função atribuída ao gênero feminino é muito discutido por Das (2020). A autora relata que no Punjab, as mulheres têm a tarefa de testemunhar o luto e a perda que a morte infligiu. São as mulheres que banham o cadáver e o veste, já os homens são os que retiram os corpos das mulheres que choram e lamentam agarradas ao morto, para que possam carregar o corpo até o crematório, onde após quatro dias, reúnem os ossos e imergem-nos no rio sagrado. As mulheres da Rede também são as principais responsáveis por esse trabalho. São elas quem se apresentam ativamente na construção do coletivo e na busca por justiça, assim como também, são as que fazem a

32 Das (2020) define que o trabalho do tempo e o conhecimento venenoso são essenciais para a retomada da vida após um evento crítico, na medida em que ele possibilita as relações também sejam refeitas.

manutenção da memória dos jovens, seja pelo armazenamento de objetos, pela organização de manifestações ou pela impressão das fotos em banners ou camisetas.

Existem também outros exemplos que reforçam a associação da imagem feminina ao trabalho do luto no contexto carioca da violência letal de Estado. Em Escuri (2018), percebi que maioria dos familiares entrevistados pelo jornal O Globo eram mulheres, na ocasião da cobertura da chacina de 2005. Relatos de mães, tias e avós preenchiam as páginas sobre o caso. Chamou bastante atenção que a história sobre uma das vítimas foi contada pela esposa do tio da vítima, e não propriamente pelo tio. Além disso, as fotos que recebiam destaque no jornal eram, na maior parte das vezes, compostas por imagens femininas.

Após entrevistar Ilsimar, fiz uma pesquisa sobre seu caso no Google. A história dos meninos, Victor Hugo e Vitor Oliveira, foi muito noticiada por jornais, principalmente, pelo telejornalismo da Record. Deparei-me com uma reportagem que me provocou uma intensa indignação pela forma de tratamento dado ao sofrimento de Ilsimar. A abertura da matéria exibida pelo Balanço Geral em junho de 2018, é feita com a passagem da jornalista que diz: “no cemitério, a mãe de Victor Hugo de Jesus Pires, de 17 anos, se desesperou, precisando ser amparada pelos parentes”. A imagem que acompanha a voz é um tanto sensacionalista e um tanto desrespeitosa com a dor e a privacidade de Ilsimar: uma câmera puxa o zoom em seu rosto, que em um choro muito forte, geme de dor, sendo colocada em um abraço por mulheres que estão próximas. Em seguida, mulheres são entrevistadas sobre o caso, uma vizinha que estava na rua conta sobre o acontecimento, a mãe de Vitor, Elisabete, é entrevistada e Ilsimar também.

Essas duas narrativas midiáticas, a do jornal O Globo sobre a chacina de 2005 e a da Record sobre o caso dos meninos Vitor e Victor, apontam para o enaltecimento de narrativas femininas diante casos de violências letais. Essas duas histórias, que são espaçadas por 13 anos no tempo, demonstram que o luto destinado a vítimas de violência do Estado é associado a imagens de mulheres, principalmente, das mães. Portanto, o trabalho do luto é vinculado, no contexto brasileiro, também às mulheres.

A fim de percebermos esse luto enquanto uma atribuição ao gênero feminino e ao modo de como ele excede o individual, tornando-se coletivo, farei uma breve descrição sobre o ato que acompanhei no Dia de Finados de 2019. Naquele dia, mães e familiares

que integram a Rede se reuniram em uma praça bem próxima ao cemitério de Nova Iguaçu para protestarem contra a violência estatal através de suas memórias sobre seus filhos. Às vésperas do feriado, integrantes do Fórum Grita Baixada me enviaram um convite no Facebook para o evento da Rede, que informava o dia, o horário e a importância de uma manifestação pública e coletiva contra o genocídio de jovens negros periféricos. Protestar contra a violação que marcou o fim da vida de seus familiares, em um dia marcado a tradição de visitar cemitérios, acender velas e orar pelos mortos, exerce a função de promover a visibilidade do próprio luto, das dores e do sofrimento que foram provocados por uma perda precoce.

O evento teve início por volta das 10 horas, fazia muito calor e o sol estava forte já no momento em que peguei o ônibus para ir ao encontro do ato. A reunião foi marcada para acontecer na Praça de Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Apesar de ter vivido a vida inteira em Nova Iguaçu, não sabia onde era a praça, o que me fez pesquisar antes e descobrir que na Semana de Luta de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de 2018 fora instalada uma placa em homenagem à memória das vítimas de violência estatal na Baixada Fluminense no centro do local³³. Desci do ônibus próximo ao Top Shopping e fui caminhando até o lugar, passando em frente ao Cemitério Municipal de Nova Iguaçu, que estava lotado, também acontecia um evento de doação de animais em uma praça em frente onde o ato estava acontecendo.

Ao atravessar a rua, encontrei o grupo de mães e familiares, as mulheres estavam sentadas em um banquinho embaixo de uma árvore para escapar do sol. A praça fica de frente para a Via Light e conta com algumas árvores. Grafites com rostos de personalidades negras compõem as paredes, incluindo uma enorme imagem no muro lateral do prédio da Nextel de uma mãe negra segurando seu filho no colo. As integrantes da Rede haviam decorado a praça com balões vermelhos e brancos no chão e alguns amarrados em uma estrutura de metal que compõe a praça, também penduraram uma

³³ Atualmente a placa já não se encontra mais no lugar, foi furtada por algum desconhecido. A placa foi instalada na última semana de março, que marca a semana que a prefeitura de Nova Iguaçu instituiu como Semana da Luta de Mães e Familiares de Vítimas de Violência pela a lei municipal 4869/19. A Lei prevê que os Poderes Executivos em parceria com organizações da sociedade civil realizem programações com foco na violência estatal e na luta das mães e familiares. A semana é finalizada em 31 de março quando marca o aniversário da chacina da Baixada. Essa semana foi instruída por meio da organização da Rede Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense com o Fórum Grita Baixada.

placa de PVC que se assemelha à produzida para a vereadora Marielle Franco, na placa lê-se “Rua: Nossos Mortos Têm Voz: homenagem às 29 pessoas assassinadas na chacina da Baixada Fluminense e às mães e familiares de vítimas de violência do Estado”.

Quando cheguei, apenas duas pessoas presentes já me conheciam, a Nivia e a Silvania. Antes que pudesse me apresentar, recebi uma garrafa de água gelada e uma sacolinha com uma maçã e um bolinho recheado. Como a praça é bem próxima ao cemitério, era muito comum vermos pessoas vestindo blusas com fotos de seus parentes, a maioria jovens, transitando pelo local, o que fez uma das mães oferecer água às pessoas que passavam pelo caminho várias vezes.

Eram, mais ou menos, 13 pessoas no local, quatro mães, entre elas Nivia e Ilsimar, uma irmã, a Silvania e uma tia, além de integrantes do Fórum Grita Baixada e do projeto Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, que estavam lá para apoiar o movimento das mães e produzir material para alimentar os sites. A pouca quantidade de participantes, fez a roda de conversa bastante intimista. Os presentes já tinham um relacionamento construído, eu era a única estranha ao grupo. Sendo assim, senti uma extrema timidez e também tive medo de provocar algum desconforto pela minha presença, esses sentimentos foram logo amenizados. As mulheres me receberam muito bem, tentando fazer com que me sentisse confortável pediram que eu me apresentasse. Conteí sobre o projeto de minha dissertação, o que foi recebido com entusiasmo pelo grupo, uma das mães presentes enfatizou a necessidade em falar cada vez mais sobre a Baixada Fluminense.

Algumas integrantes da Rede vestiam blusas com a foto dos seus familiares e outras vestiam a blusa da Rede. Elas compartilharam as memórias de seus filhos, Ilsimar leu um relato bastante emocionado sobre como seu filho era, ao fim da leitura gritou o nome de cada vítima que compõe a Rede. Silvana falou mais timidamente sobre seu irmão e outra mãe falou sobre seu filho. Elas falaram por algumas horas, em seguida, como o sol de meio dia já estava muito forte, decidiram dar fim ao ato de forma bastante simbólica. Nos reunimos no centro da praça, seguramos balões de gás vermelhos e brancos, elas escreveram neles os nomes dos “filhos da Rede”. Enquanto as bolas iam subindo ao céu, foi feita uma chamada com os nomes que foram escritos, seguido dos gritos “presente” e “hoje e sempre! ”.

Esse ato feito pelas militantes da Rede me chamou atenção para o modo em como o luto consegue se inserir enquanto um sentimento individual e coletivo, ressaltando uma maternidade partilhada pelo grupo. A categoria “filhos da Rede” é muito importante nesse sentido. Mesmo que muitas companheiras não estivessem presentes na reunião, as familiares fizeram questão de lembrar as outras mortes que não fossem de seus filhos. Sendo assim, ao final de seu relato individual sobre as memórias que tinha do filho, Ilsmar leu uma lista com o nome de todos os jovens assassinados que integram o quadro de vítimas da Rede. Antes dos balões também serem soltos, houve uma pausa para que elas escrevessem em todos os nomes em um por um. E ao fim, gritaram mais uma vez o nome das vítimas e se referiram a elas como: “filhos da Rede”. Para além de uma sensação de luto partilhado também existe um compartilhamento da maternidade de meninos já falecidos.

Do mesmo modo que Lutz (1998) leva em conta uma dimensão social das emoções, Butler (2019) considera que o luto tem um viés coletivo e também político. A autora contribui para pensarmos o luto em um senso de comunidade política de ordem complexa, ao invés de ser um sentimento privado que isola as pessoas em uma situação solitária³⁴. É muito comum que elas relatem que a militância e a união dessas mulheres é uma forma de se manterem sãs, também como uma motivação para que continuem vivas e lutando, além das ajudas entre as companheiras como fundamental. A fala que encerrou o ato do Dia de Finados, feita por uma mãe, esclarece bem essa questão: “Eu só aguento, por que nós temos umas às outras”.

São mães unidas dentro da mesma dor tentando sobreviver e buscar aquilo que lhe é de direito. **Quando uma chora, sofre, todas choram e sofrem juntas**, se uma precisa de um médico, todas correm pra ver quem pode atender primeiro, quando precisa de um medicamento, ou precisa de ajuda, tem aquela união da Rede pra tentar ajudar. **A Rede se apoia e se movimenta para que nenhuma mãe morra dentro desse estado de depressão, dentro desse estado vegetativo.** (Ilsmar)

Portanto, enxergo que esse luto é coletivo e social na medida em que essas mães e familiares criam uma *comunidade emocional*. Quando perguntei a Ilsmar como ela enxergava a função da Rede em sua vida, diante seu luto, ela não pensou muito antes de

³⁴ “Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despoliticizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa” (BUTLER, 2019, p.43).

responder sobre esse compartilhamento de sentimentos, as redes de afeto e de ajudas práticas. Fábio Araújo (2014) reflete por meio dessa dor, que é compartilhada, são criadas *comunidades emocionais*. De acordo com o antropólogo, a comunicação das experiências de sofrimento entre familiares de vítimas de violência, permite criar uma *comunidade emocional* capaz de alentar a recuperação do sujeito e a sua recomposição cultural e política. O sujeito, para Araújo, torna-se um ser emocional e político. Oferecer apoio, conselhos, conversas e até ajudar na compra de remédios e na ida às consultas médicas, fazem parte das dinâmicas de troca dentro dessa *comunidade emocional*.

É interessante perceber que existe o compartilhamento do luto, na medida em que o sofrimento de uma é sentido por outras, e também, de que o filho morto de uma, torna-se filho de todas. Pode-se perceber esse movimento em várias ocasiões: quando as antigas integrantes da Rede dizem se sentirem tristes quando uma nova mãe ingressa no coletivo; nos comentários de apoio em publicações feitas, sobre o aniversário de nascimento ou de morte da vítima; nas idas aos eventos que dizem respeito à uma outra mãe, mesmo que só em gesto de apoio. Existem muitos exemplos que me permitem concluir que o *trabalho de luto*, para além de uma atribuição ao feminino, é também partilhado por uma comunidade. A etnografia do Dia de Finados propôs um entendimento dos modos de viver o luto, não somente para si, como as lembranças dos momentos felizes, mas na forma em que as mães e familiares compartilham as angústias e o sofrimento.

2.3. O fim de duas vidas em uma morte: as trajetórias de vida

Durante a realização das entrevistas com as mães da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, fiz o seguinte questionamento que abriu uma série de perguntas formuladas previamente: “conta sobre sua trajetória de vida, me fala um pouco sobre quem é você?”. Meu objetivo quando preparei as questões da entrevista era de não entrar no tema do assassinato dos filhos. Tinha muito medo sobre o que a narrativa da história que encerrou a vida de um filho pudesse desencadear nessas mulheres, principalmente, vivendo em tempos de pandemia. No entanto, observei, basicamente, duas formas de resposta a essa primeira questão, que não se excluem, mas se completam. A primeira é de que as mães tendem a terminar suas trajetórias com a morte dos filhos. Existe um marcador muito claro no depoimento de Luciene que me atentou mais claramente a essa estratégia.

“Eu nasci no hospital Getúlio Vargas, na Penha, minha mãe morava em Cordovil, depois minha mãe mudou para Irajá, passei um tempo lá, voltei para Cordovil, saí de lá aos 11 anos para morar em Belford Roxo. Fiquei lá até os 18 anos, que foi quando conheci meu marido, me apaixonei e resolvemos ir morar juntos. Em seis meses, namorei, noivei e fui morar junto. Estamos casados há 37 anos. Sai de Belford Roxo e fui morar direto no Grajaú [Nova Iguaçu], onde tive meus três filhos: Rodrigo, Rafael e Roni. Depois fui morar na Posse [Nova Iguaçu], dali meus sogros foram pra São Paulo. Meu sogro veio buscar meu marido, depois nós fomos e moramos lá por três anos, onde tive minha filha. Daí, voltei para Belford Roxo, para ficar com a minha mãe pra ajeitar a vida e meu marido arrumar um trabalho. Depois voltamos para nossa casinha no Grajaú. Depois eu voltei para o Juriti de novo com a minha sogra e aluguei minha casa no Grajaú. **Dali aconteceu a chacina.** Meu marido estava em São Paulo na época, fui para São Paulo e fiquei nove meses lá. Voltei para a mesma casa no Juriti de novo. Passei a maior parte da minha vida em Nova Iguaçu. **Minha trajetória de vida foi essa.** Assim que eu perdi o Rafael e voltei de São Paulo, fui em uma reunião na prefeitura de Nova Iguaçu”. (Luciene Silva. Nova Iguaçu/Online. 12/08/2020)

A maioria das outras mães entrevistadas teceram suas narrativas cronologicamente, contando sobre a infância, adolescência, casamento, nascimento dos filhos e terminaram suas histórias com o evento da morte de um filho. O final de suas narrativas é um tanto significativo. Duas vidas se encerram pela morte de um só. A partir desse encerramento, começa-se a viver de outra forma, que sequer fora imaginada um dia. Foi apenas na transcrição do relato que percebi que Luciene terminou de responder a pergunta com: “minha trajetória de vida foi essa. Assim que eu perdi o Rafael (...)”. Essas duas sentenças permitem perceber que existe um encerramento da vida dessa mãe. Apesar de ter ouvido expressões que remetem à morte da mãe quando o filho morre, o modo de narrar a própria história de Luciene coloca em prática o que essas frases, que antes só ficavam na abstração, significam. Parte da vida da Luciene foi encerrada naquele momento.

Encontro no trabalho da Veena Das (2020), uma passagem, que apesar de estar em um contexto muito adverso, pode ser brilhante para ajudar em uma reflexão sobre o que é essa vida em luto. De acordo com a autora, as mulheres que foram estupradas no período da Partição da Índia e rejeitadas por sua comunidade posteriormente, ocupam uma zona entre duas mortes e não entre a vida e a morte. Esse lugar, entre as duas mortes, dá-se pelo luto sobre o próprio corpo violado, como também por uma morte social, dado que a comunidade passa tratar essa mulher como “morta”. No caso das mães de vítimas de violência do Estado, também existem duas mortes: sua vida anterior ao *evento crítico* está morta e seu filho foi morto. Existe o luto por não ter mais a relação de antes com a própria vida: muitas não voltaram a trabalhar, a saúde é drasticamente afetada, a relação familiar

não é mais a mesma e as casas nunca mais terão o cheiro e as conversas animadas de antes. Além do luto pelo filho, que configura quase como um pedaço físico dessa mãe. Perder um filho, como me foi colocado, é sentir, para sempre, uma dor forte no peito e a falta de alguma coisa.

O segundo modo de contar sobre a trajetória de vida, marca o surgimento de um novo “eu”. De acordo com Butler (2019), quando perdemos certas pessoas, podemos ser tomados por um sentimento que questiona quem sou “eu” que passa a existir sem “você”³⁵. De acordo com a autora, se somos constituídos de laços e elos, o “eu” não existe independente de um “você”, porque ele também se torna parte do que compõe esse ser. Se a mãe é feita pelo filho, vice e versa, como encarar uma nova realidade, na qual o filho já não está mais presente? Em meio a isso, a trajetória de vida é contada a partir do assassinato do filho, o que aponta o questionamento sobre a própria identidade, que passa a ser marcada pelo luto. Duas mães, Ilsimar e Elisabete, começaram a narrar suas histórias de vida a partir da morte dos filhos. Esses relatos foram misturados com as pessoas que elas se tornaram, compulsoriamente, depois dessas mortes.

“Eu ingressei na Rede de mães há pouco tempo, tem 2 anos e 3 meses, que é o tempo que meu filho foi morto. Eu perdi meu filho de 17 anos. Eu moro em São João de Meriti, na Vila São João, e no dia 17 de junho de 2018 a polícia matou meu filho que se chamava Victor Hugo de Jesus Pires, juntamente com um amigo dele, Vitor de 18 anos, também morador de São João, da Vila Ruth. Somos famílias daqui. Eu moro aqui há 19 anos. Quando cheguei meu filho era bebê, ele deu os primeiros passos aqui na Baixada Fluminense, foi aqui onde também encerraram os passos dele. Ele foi assassinado pela polícia, no primeiro dia do jogo do Brasil na Copa do Mundo. Foram mortos dois jovens que não tinham passagem pela polícia, não tinha nada que incriminasse os dois como pessoas erradas, eram pessoas que trabalhavam. Eram jovens sonhadores e que tiveram seus sonhos bruscamente interrompidos”. (Ilsimar).

Quando pedi que Ilsimar me contasse quem era, da onde vinha e um pouco sobre sua vida, ela já começou narrando a sua entrada na Rede. Inclusive, enquanto ouvia a resposta achei que tivesse feito a pergunta de forma errada, mas percebendo a forma de como ela respondeu outras perguntas da entrevista, tive a impressão de que ela, antes mesmo da entrevista, sabia em qual ordem sua fala estaria. Por exemplo, Ilsimar já tinha anotado em um caderninho a quantidade do número de óbitos de jovens negros por letalidade violenta

³⁵ “Se eu perco você, nessas condições, não apenas passo pelo luto da perda, mas torno-me inescrutável a mim mesmo (...). Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer” (BUTLER, 2019, p.42).

na Baixada Fluminense, e, em um dado momento da entrevista, ela leu os dados para que tivesse mais precisão na resposta³⁶.

Diante disso, ambas as formas apresentadas de relatar as trajetórias de vida não são colocadas em lados opostos. Iniciar o relato sobre a própria vida com a morte do filho, ou finalizá-lo com esse acontecimento, permitem refletir sobre o modo de se fazer vida após um *evento crítico*. Além disso, por mais que eu não feito perguntas elaboradas sobre o assassinato de seus filhos o tema vem à tona, há, inclusive, uma repetição desse fato durante as horas de entrevista. De acordo com Pollak (1989), essa característica nas histórias de vida de quem passou por determinado trauma, sugere que isso deva ser considerado como elemento de reconstrução da identidade.

Desse modo, a perda de um filho/familiar, não altera apenas as trajetórias de vida, mas também reconstituem as pessoas. Luciene me contou que deixou de ser reconhecida por seu nome nos atos públicos, passando a ser reconhecida como “a mãe do menino morto na chacina”.

“Comecei a participar dos grupos lá do rio, comecei a adquirir mais conhecimento das coisas, de leis, de como funciona o sistema criminal, como funciona o movimento da justiça, fui para a corte dos Direitos Humanos e vários outros cursos. Aonde me chamavam, onde tinha algo relacionado aos direitos humanos e violência, eu ia. Eu comecei a me inserir nos espaços, tudo o que tinha relacionado a direitos e a reivindicações eu comecei a ir, todo mundo começou a me conhecer como a “mãe da chacina”, ninguém me conhecia como Luciene, era “a mãe da chacina”, “a mãe do menino da chacina”. (Luciene)

Não há dúvidas de que o *evento crítico* da morte de um filho, nesse contexto, altera não só as trajetórias de vida, como também o próprio eu. Por mais que essas mães tenham entrado na militância e construído novas carreiras após essas mortes, como o caso de Luciene que passou a se envolver ativamente na política, tendo sido candidata em 2020 ao cargo de vereadora em Nova Iguaçu, a trajetória que vale ser contada é sobre quem se era e quem se tornou depois de uma perda precoce e brutal.

Também precisamos levar em consideração que contar a própria vida não é uma prática natural, assim como Pollak (1992) também considera. De acordo com o autor, “Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio

³⁶ Das (2020) faz uma interessante discussão sobre linguagem e as formas de narrar a dor após um *evento crítico*. Essa relação da produção de um discurso ficará mais clara quando refletirmos acerca da categoria *conhecimento venenoso e trabalho de tempo*.

(...), é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse” (POLLAK, 1992, p.213). O sociólogo ainda divide três formatos discursivos que podem compor essa narrativa. O primeiro seria um relato cronológico, que é correlacionado com a presença de uma socialização política; o segundo é o temático, marcado por uma cronologia que é acionada de acordo com determinado tema do discurso; e o factual seria o último modelo, nessa estratégia, a pessoa não organiza uma linha do tempo, o que resulta em um relato desordenado. A trajetória de Nivia foi contada de uma forma bem cronológica, detalhada e organizada, como ela faz parte da Rede há cinco anos e cursa a faculdade de História, sua forma de narrar sua vida é encaixada a um relato que é relacionado ao seu contato com a política.

“Nasci na Tijuca, fui criada na Baixada, sou cria de Nova Iguaçu. Meu pai era militar, meu irmão, meu filho militar [Rodrigo], meu sobrinho e daqui a pouco meu caçula. Minha família é de militar. Aprendi a ler muito nova, porque minha mãe dava aula pra gente em casa. Quando entrei na escola a gente já sabia ler. Eu fui pra escola em uma época muito diferente, no contexto da Ditadura, nos anos 1980. Eu fui criada em um terreiro, aqui em casa é um terreiro, que a gente chama de Quilombo, porque aqui nós temos nossas árvores, todas plantadas pelo meu pai e minha mãe, temos pé de Aroeira, Abacate, Manga, Mamão, Café, Cacau. Mas, a gente podia ser católico, crente, a gente podia ir nos cultos. Fizemos primeira comunhão. O bairro todo conhece a gente, aqui nós somos os filhos dos Borges. Meu pai era muito conhecido, minha mãe também, que era rezadeira. Quando minha mãe veio morar aqui, era só Laranjal, depois veio a fábrica de canetas, a Compactor, aí viemos morar aqui na rua de cima. Quando terminei meu ensino médio, nos anos 90, me casei em 95, mas sempre fazia um Enem, um vestibular, só pra testar meus conhecimentos. Aí meu filho, o Rodrigo, nasceu em 1996. Nossos filhos foram criados em Santa Eugênia. Em 2013, eu fiz uma prova, mas estava enviando tanto currículo. Quando eu passei na prova, eu achei que estava sendo chamada para trabalhar, aí mandaram um e-mail de que eu tinha passado na Uerj. Quando eu vi, comeci a gritar “passei no vestibular! Passei! Vou estudar na Uerj!” Foi uma alegria, a gente se abraçou, nós três e o cachorro, pulando. Eu comeci em 2014, mesmo passando por tanta paralisação, greve. **Aí em 2015 meu filho foi para o quartel**, primeiro o chamaram para o CPOR e depois para trabalhar no Departamento Central de Armas do Exército. Então ele ficava indo em vários quartéis, o CPOR em Bonsucesso e o Departamento em Deodoro, às vezes ele também ia pro da Central. Primeiro ele não queria, depois ele passou e gostou, aí decidiu que queria ficar. **Quando chegou em outubro de 2015, meu filho foi assassinado e ele tinha me falado uma semana antes**”. (Nivia Raposo. Nova Iguaçu/Online. 08/01/2021).

Assim como Luciene, que há 16 anos faz parte de grupos de militância, Nivia teceu sua história cronologicamente, tendo um fim no evento do assassinato do filho. Marcar uma entrevista tanto com a Nivia, quanto com a Luciene foi muito difícil, pois suas agendas semanais são repletas de reuniões com coletivos. Desse modo, é perceptível

que a agência do tempo e os circuitos percorridos após o *evento crítico* influenciam o modo de narrar a própria vida.

Assim como o relato cronológico, o temático apareceu bastante nas narrativas que ouvi. Pollak (1992) esclarece que os três modos de contar a trajetória de vida, pela cronologia, pelo tema e pela factualidade, podem coexistir em uma mesma história. Enquanto algumas mães optaram em construir uma história linear que acabou na morte dos filhos, para passarem a narrar suas formas de luta, atestando uma vida política e o surgimento de um sujeito político, outras, como a Ilsimar e a Elisabete, escolheram voltar ao assassinato dos filhos ao se referirem e explicarem sobre lugar onde moram e a violência a qual estão sujeitas.

Moro em São João de Meriti há 26 anos. Eu vim de Padre Miguel, aí vim morar aqui na Baixada. **Meu filho, Vitor Oliveira, nasceu aqui, ele tinha 18 anos quando foi morto pela polícia.** Casei há 30 anos, tenho uma menina, a mãe do Gabriel, ela tem 26 anos, é o tempo que eu moro aqui, e tinha o Vitor Oliveira. **Mora aqui, eu, Jaqueline, Gabriel e meu esposo, morava ele também, sendo que a polícia executou ele, sem chance de defesa, nem nada.** Eu não sei se acostumei a morar aqui, eu até queria sair daqui, de São João, porque você vê que a violência continua. (Elisabete Farias. Nova Iguaçu/Online. 01/10/2020)

As narrativas sobre as vidas dessas mulheres são carregadas de muita luta e de uma relação quase que orgânica com o território. A condição de habitar periferias da Baixada Fluminense coloca-se como um ponto marcante nos relatos. Todas elas têm o espaço geográfico como um marcador central de suas trajetórias, pois, ao mesmo tempo em que viveram momentos felizes na Baixada, casaram-se, tiveram filhos e os criaram, presenciaram seus assassinatos. Todas continuam morando nos mesmos municípios onde seus filhos foram mortos. De acordo com Araújo (2014), quando os familiares, principalmente, as mães narram suas histórias, falam da violência que se abate sobre suas vidas, suas moradias e o não acesso a direitos e à Justiça. Reabitar a vida sob essas circunstâncias não é fácil³⁷.

Através das falas dessas mulheres compreendo a forma de como um *evento crítico* altera as perspectivas de futuro, criando uma sensação de suspensão da vida. As trajetórias dessas mulheres, na prática, não acabam nas mortes dos filhos, uma vez que elas passam

³⁷ No próximo item deste capítulo também refletirei sobre o modo de como habitar o território no qual um filho foi assassinado coloca-se como importante para pensarmos o *conhecimento venenoso*.

a cursar outros caminhos, que antes não foram imaginados, como entrar para um grupo de militância. Essa organização política é colocada, algumas vezes, como uma motivação para resistir diante uma vida em luto.

Eu nunca fiz parte de nenhum grupo de militância. Mas eu sempre trabalhei em ajudar minha comunidade, em ação social, em providenciar comida, roupa...mas nunca participei de nenhuma militância. **Após a morte do Vitor que eu me envolvi com a Rede e comecei a acompanhar a luta dessas mulheres.** É uma sobrevivência, quando você tem um filho assassinado, mediante a tanta crueldade, é uma batalha que você enfrenta todos os dias para se manter de pé. **Eu acredito que a Rede me dê forças para continuar, mas que ela também vem do alto, porque de nós mesmos não é.** (Rozinete Santana de Souza. Nova Iguaçu/Online. 21/01/2021Rozinete)

Portanto, diante um encerramento da própria vida, tendo uma grande modificação no que se esperava do futuro, que vai desde uma refeição em família, à comemoração das conquistas do filho e o nascimento de netos, a militância e a religião são colocadas por Rozinete, como formas de sobreviver em meio a tanta dor e sofrimento. Uma trajetória de vida é encerrada, aquela na qual vivia-se cotidianamente, contando com a presença desse filho e fazendo planos para o futuro. Além disso, o indivíduo também é transformado pelo luto, se antes aquela mãe se preocupava com outros afazeres, a partir dessa morte, novas prioridades serão colocadas em sua vida, como uma organização em coletivo.

Pessoalmente, a ruptura da vida cotidiana dessas mulheres é uma das coisas que mais me emociona. Diversas vezes durante as entrevistas tentei conter o choro. No entanto, um dos trechos que Nivia relata sobre o dia do assassinato do filho, que poderia ter passado despercebido dado a sua simplicidade, deixou-me muito abalada. Ela tinha ido ao mercado comprar biscoito para os dois filhos e ingredientes para fazer uma pizza para o lanche da tarde, quando o telefone tocou e o caçula contou que o irmão tinha sido baleado no portão de casa. Uma das coisas que mais me comoveu nessa parte da história contada por Nivia é de que ela tinha feito um plano bem simples, para um futuro extremamente próximo: comer pizza no lanche com os filhos. Essa parte cotidiana da vida de Nivia terminou ali, com uma pizza nunca mais feita para dividir com os dois meninos.

2.4. Narrar a própria dor: a linguagem, o corpo e o sofrimento

Ter formulado questões que tentassem contornar o tema da morte dos filhos não foi uma estratégia bem-sucedida, narrativas sobre o modo de como o assassinato

aconteceu foram acionadas pelas mães. Tanto Ilsimar, quanto Nivia me contaram de modo detalhado como os filhos tinham sido assassinados. Ilsimar ainda enfatizou que eu utilizasse a história por ela narrada. Já Luciene, não entrou em muitos detalhes na entrevista, acredito que isso tenha acontecido porque ela sabe que eu tenho o conhecimento sobre como seu filho foi morto na chacina de 2005, porque a acompanho desde 2018 e em outras ocasiões a ouvi contando. Soube os detalhes da morte do filho de Elisabete, porque ele foi assassinado junto com o filho de Ilsimar e ela sabia que eu tinha conversado com a amiga antes. Já sobre os filhos de Maria e Rozinete não sei muita coisa. Apesar do tema ter cortado a fala de Maria, tendo me dito o dia e o horário no qual o filho foi morto pela milícia/polícia, não perguntei sobre como tinha acontecido. Já Rozinete evitou ao máximo o tema, é a única mãe que eu não sei o ano em que perdeu o filho.

Pelo respeito à dor e à privacidade dessas mães procurei não envolver em detalhes o tema da morte dos filhos nas entrevistas. No entanto, entendo que optar por narrar a perda trágica, mesmo quando não solicitada, funcione enquanto um ato político. Dizer que um inocente foi assassinado por uma polícia despreparada e racista, como o caso de Victor Hugo Pires, filho de Ilsimar e Vitor Oliveira, filho de Elisabete, ou que um jovem foi morto pela milícia, caso do Rodrigo Tavares, filho de Nivia, tem a ver tanto com a escolha de externalizar as indignações contra o Estado racista e miliciano ao qual vivemos, quanto de promover uma denúncia à essas violações.

A escolha de narrar a própria dor, através do assassinato do filho, é entendida como uma potência curativa e política, como a antropóloga Paula Lacerda (2014) considera. A pesquisadora, que trabalhou com o grupo de mães e familiares em Altamira, Pará, sobre o caso dos meninos emasculados no fim da década de 1980 e início de 90, compreende que as narrativas produzidas por essas pessoas apresentam o sofrimento como uma dimensão construtiva de trajetórias, experiências e identidades. Quando essas mães, de acordo com a autora, apresentam-se como vítimas da violência contra seu filho e também de um ciclo de omissão, efetuando um deslocamento entre a violência contra o filho e a causa do coletivo político, elas constroem uma escuta de expressividade nacional.

Desse modo, com base em Lacerda (2014), quando os familiares decidem falar sobre o “caso dos meninos”, significando os crimes brutais como um problema de todos, uma barreira do silenciamento, que é imposta pelo terror é ultrapassada. Portanto, a escolha de

Nivia em contar a história da morte do filho provocada pela milícia de seu bairro, supera um bloqueio que é colocado por esses grupos na Baixada Fluminense há décadas.

“Quando chegou em outubro de 2015, meu filho foi assassinado e ele tinha me falado uma semana antes. Ele chegou em casa e falou que tinha sido ameaçado por um vizinho lá do lado da nossa casa. Aí eu me perguntei: “ué, por que o vizinho do lado de lá tá te ameaçando? ”, até então porque eu não sabia que ele [o vizinho] tinha envolvimento com pessoas aqui do meu bairro. Ele falou para meu filho que ia falar com os milícias lá do meu bairro. Ele acusou o Rodrigo de estar roubando. Aí o Rodrigo perguntou: “tá maluco? Eu saio às 5h da manhã todos os dias e volto às 22h30 da noite. Vou ter tempo para roubar alguém? Todo mundo me conhece no bairro”. Quando isso aconteceu, o Rodrigo falou: “ah, não tô nem ligando, os outros nem me veem no bairro, mesmo assim falam de mim, então não adianta, não vou ficar falando que não fui eu, não foi fulano, um dia eles descobrem”. Então, ele não brigou quando o cara foi falar com ele, ele não ligou, achou que fosse fofoca, que o cara estivesse bêbado, drogado... Quando o cara falou que ele estava roubando, o cara pediu 500 reais a ele, meu filho falou que não ia dar. Aí o cara falou: “se vira, você tem que me dar 500 reais por semana se não vai morrer”. Meu filho disse: “então, eu vou morrer, porque eu não tenho como, não consigo dar nem 50 pra minha mãe por semana, não tenho”. **Minha acusação é para essa pessoa, porque meu filho morreu justamente depois de uma semana disso.** Meu filho tava no portão de casa conversando com o primo, falando que precisava tirar um cartão da Riachuelo porque queria comprar roupa, porque tava indo pro quartel e não tinha tempo. Ele não tinha celular, usava o do irmão, então ele tava toda hora me falando: “mãe você precisa vir comigo, pra gente ir tirar um celular lá no Extra”, ele tinha acabado de me ligar pra pedir isso. Mas eu tinha falado que ia ter que esperar, porque ele tinha acabado de tirar um computador pra mim. Foi quando ele foi morto na porta de casa, ele tava dançando o passinho. Ele jamais imaginou isso. Pra ele, como ele não tava fazendo nada de errado, não tinha o menor sentido a acusação do cara. Porque se ele fosse outra pessoa, se estivesse fazendo coisa errada, ele pensaria em rapar fora, fugir, ir pra outro lugar. Mas ele pensou “não tô fazendo bobagem, não tem sentido nenhum fugir de casa”” (Nivia Raposo)

Mesmo que denunciar mortes provocadas pela milícia e os grupos de extermínio na Baixada Fluminense, possa colocar a própria vida em risco, ainda mais no caso de Nivia, em que ela divide o bairro com os milicianos que provocaram a morte de seu filho, algumas mães optam por tornar o caso público. Historicamente, essas organizações na Baixada Fluminense atuam em conjunto com o Estado. Não é raro perceber que prefeitos e vereadores eleitos são associados ou apoiadores de grupos de extermínio e, recentemente, das milícias. Levando em consideração os trabalhos de Taussig sobre o terror, Lacerda (2014) compreende que “as culturas do terror são nutridas pelo entremesclar do silêncio e do mito” (apud Lacerda, 2014, p.59). Portanto, fazer uma denúncia sobre mortes provocadas por esses homens, além de requisitar muita coragem, implica em um rompimento dessa barreira colocada pela imposição do medo à essas figuras.

Para Boltanski e Thevenot (1999), existem determinadas ocasiões que desempenham um papel importante na vida social. Essas ocasiões são nomeadas de “momentos críticos”, que são relacionados à atividade crítica das pessoas e à raridade de um momento de crise. A situação inicial, para os autores, acontece mais ou menos da seguinte forma: “as pessoas, envolvidas em relações costumeiras, fazendo coisas juntas – a saber, em política, trabalho, sindicalismo – e tendo que coordenar suas ações, dão-se conta de que há algo errado, que elas não conseguem mais conviver; que algo mudou” (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999, p.4). Quando elas se “dão conta” existe uma dupla significação, uma que aponta um movimento reflexivo interior e outra que mostra uma performance no mundo exterior. A partir dessa percepção existe uma quebra no curso da ação. Segundo os autores, a pessoa quando se dá conta de que algo não funciona corretamente geralmente não fica em silêncio. Essa quebra do silêncio pode resultar em um escândalo que se desdobra em uma controvérsia. Enquanto o “escândalo” está no âmbito do doméstico, a “controvérsia” é conduzida pelo sistema judicial. A partir disso, as pessoas precisam produzir justificações pautadas em regras de aceitabilidade.

Contar tais histórias sobre como a vida dos filhos foram encerradas, apresenta um caráter de denúncia sobre o modo de como o Estado faz o gerenciamento das vidas. Ilsimar, que vivia sua vida com certa tranquilidade em São João de Meriti, relata que passou a perceber os esquemas de violência e de racismo ao qual ela e sua família estavam inseridos, com a perda de Victor. Tendo em vista, o racismo de Estado e a sua agência sobre o medo e o sofrimento que essa mãe passa a sentir em sua vida, ela se torna uma ativa denunciante dessas violações.

Infelizmente o racismo é tão doloroso que parte não só pela cor da pele, mas também pelo lugar onde você mora, pela roupa que você veste, onde todos esses jovens da Baixada Fluminense são suspeitos. Primeiro eles apanham, atiram, sentem a dor, pra depois alguém querer saber quem eram eles. Dentro da Baixada Fluminense, a maioria das coisas que acontecem de ruim, é por conta do **racismo**. O lugar onde você mora, até mesmo para conseguir um trabalho eles descartam o jovem, porque ele mora na Baixada Fluminense, ele é o funcionário mais caro, ou dispensa porque não se encaixa no perfil. São diversos tipos de violência. A violência vai matando os sonhos desses jovens todos os dias. Não é porque a gente mora na Baixada Fluminense que a gente não é importante para a sociedade. Nós precisamos de políticas públicas que funcionem a nosso favor. (Ilsimar)

Considero que contar sobre o assassinato de um filho, por mais que doa muito, tenha a ver com um modo de tornar essa morte política. Assim como Boltanski e Thevenot (1999) colocaram em sua teoria, Luciene e Ilsimar só tiveram maior conhecimento sobre

a ativa participação de grupos de extermínio e da violência estatal no local onde moravam, quando seus filhos foram assassinados. Tendo essa nova percepção, de que esses grupos executavam rotineiramente meninos em seu território e notando que o Estado não é indiferente a essas organizações, elas não ficam em silêncio. A partir disso, as mães denunciam a *necropolítica* de Estado através de suas dores e corpos.

No entanto, produzir discursos que contam sobre a morte de seus filhos não significa, necessariamente, uma voz. Conforme Das (2020), há pessoas que quando questionadas, contam histórias sobre a violência que viram ou sofreram, entretanto, essas palavras podem estar induzidas em uma qualidade espectral, ou ainda, ditadas por uma “outra” voz. Em relação a essa afirmação da autora, entendo que, talvez, isso possa ter acontecido no relato de Ilsimar. A maneira de como ela me narrou a morte do filho, apesar de muito emotiva, pareceu-me mecânica. A história contada, mesmo que não tenha sido solicitada, parecia ter sido a mesma que ela contou algumas vezes antes, em entrevistas à televisão, que assisti depois, ou em uma *live* recente que acompanhei. Apesar de Ilsimar sentir a necessidade de denunciar a atrocidade provocada pelo Estado em sua vida, ela busca se proteger através de um discurso que pode não ser proferido pela sua própria voz. Já as outras mães, Maria e Rozinete, preferiram não narrar o acontecido. Para Das (2020), nesse caso, a voz é afastada para se proteger, escolhendo um emudecimento.

Durante os três anos em que acompanho a Rede, percebi que a agência do tempo é essencial na reelaboração da dor e dos discursos. Por exemplo, quando comecei o campo, em 2018, a Nivia falava muito pouco, já esse ano, quando a entrevistei, ela se mostrou uma mulher muito mais falante e articulada politicamente do que antes. Como ela mesma me disse, “eu fui aprendendo muitas coisas na prática, eu nem pegava o microfone pra falar, hoje eu falo. Tem os tempos de espera”. De acordo com Das, com base em Deluze, a duração do tempo não é apenas um aspecto da subjetividade, mas a própria condição da subjetividade.

Diante esse tempo que ora se coloca como cruel e ora com o poder da cura, as mães vão tentando, dia após dia, construir, cotidianamente, novas trajetórias e formas de luta pela própria vida e pela vida de outros filhos. Também percebo que o *trabalho do tempo* se articula em duas formas diferentes, que não se sobrepõem, mas que marcam fronteiras. A primeira maneira é pelo sofrimento após o *evento crítico*, nessa fase as mães relatam que não têm vontade de fazer nada, de que a vida perde o seu sentido. Essa fase,

geralmente, é seguida pelo adoecimento de seus corpos. O segundo modo, que não é sobreposto ao primeiro, é na forma de como elas partem para a luta, juntando-se em coletivos, isso será discutido na próxima, e última, seção deste capítulo.

“Eu parei a faculdade. Quando meu filho morreu, foi a semana da História Política, naquela semana eu não tinha a menor condição de ir. Quando eu voltei, duas semanas depois, eu não tinha a menor condição de ficar. Tudo o que tavam falando eu não conseguia absorver. Eu tive que botar muito foco nisso pra não sofrer 24 horas por dia, mas é quase impossível. Você mora com seu filho, tá acostumada com ele todos os dias, você tem um ritual ali em casa, chega em casa, o filho chega em casa. É muito diferente de uma mãe que não mora com o filho. Quando o filho mora junto, você sabe o cheiro do seu filho. De manhã quando eu ia pra faculdade, eu me arrumava, tomava banho e gritava “Rodrigo, tô saindo”, porque ele saía logo atrás pra poder pegar o trem também. Ou quando ele saía antes de mim, eu sentia o cheiro dele lá de cima, porque ele tomava um banho de perfume, eu tava acostumada com o cheiro dele, com o barulho que ele fazia na escada, na hora da janta eu tava acostumada a fazer reclamando que tinha um copo sujo, perguntar pra eles por que não lavaram, por que esperaram eu chegar” (Nivia).

A maioria das mães que entrevistei pararam suas vidas. Muitas não voltaram a trabalhar e também adoeceram. No caso de Nivia, há um retorno posterior aos estudos. No entanto, existem muitos relatos de adoecimento que impedem o retorno às atividades que antes eram exercidas. Como o caso de Ilsimar, em que ela não consegue mais voltar ao trabalho por causa das crises de ansiedade e da depressão.

“Eu hoje me encontro de uma forma completamente diferente que eu vivia. Minha questão psicológica ficou tão grave, que eu não consigo mais trabalhar como antes, não consigo mais. **Hoje eu vivo a base de remédios**, preciso levantar a base de remédios, antidepressivos, remédios para a ansiedade, para me ajudar a dormir. A gente adoece todos os dias pouco a pouco, depois de uma perda dessas causada pela mão armada do Estado. (...). Para **sobreviver** é difícil, são tratamentos e medicações caríssimas, a minha saúde que eu perdi, eu perdi o meu meio de vida. Eu não tenho mais segurança de sair e trabalhar, as crises de ansiedade vêm uma atrás da outra. As mães adquirem problema de pressão alta, depressão, ansiedade, problemas cardíacos, movimenta toda a sua estrutura emocional e física” (Ilsimar).

Em 2019, quando estagiei na disciplina de Antropologia Social, ministrada pela Alessandra Rinaldi na UFRRJ, decidimos levar a exibição do filme *Nossos Mortos têm Voz* para os alunos do curso. Convidei Luciene e Silvania para conduzirem a aula. Naquele dia, assisti pela terceira vez o filme em companhia das duas. Percebi que, novamente, Luciene se retirou da sala durante a exibição. Como foi dito por ela, a sua saída não é tanto para não ouvir seu relato mais uma vez, mas por causa da dor que sente ao escutar o relato de outra mãe, que devido ao adoecimento provocado pela morte do filho, faleceu. O adoecimento em decorrência desse luto é a expressão máxima de que a morte de um filho pode terminar, literalmente, outra trajetória de vida. A dor não é apenas

emocional, é também física, espalha-se em metástase para todo o corpo, seja para a cabeça, o coração e o fígado, como relatado. Assim como Vianna e Farias (2011) percebem, o sofrimento está, segundo a fala das mães, na base das doenças que as atinge.

“Eu fui pedir um exame, porque **quando meu filho morreu, eu fiquei muito doente, eu tive uma depressão muito forte, eu não queria mais viver**, foi assim uma coisa que eu não pensava mais em nada, aí eu fui pro médico e o médico passou uns exames pra mim, aí eu fui até para o Caps, você acredita? Porque eu tava com depressão forte mesmo. (...) Depois daí eu fui pedir um exame que o médico passou, que eu não tava bem, acho que foi um Abdominal Total, que eu fiquei muito inchada de tanto remédio que eu tava tomando, eu emagreci mas fiquei inchada, **fiquei com gordura no fígado, porque eu não comia, eu só tomava remédio.**” (Maria).

Além desse adoecimento causado pelo sofrimento, existe uma alta medicalização dessas mulheres. São remédios que controlam desde as emoções, às dores físicas causadas pela perda. As falas das integrantes da Rede que pedem por justiça pela morte de seus filhos e por uma Baixada Fluminense mais segura, também incluem na lista de reivindicações, um acompanhamento psicossocial especializado. As mães que entrevistei são atendidas gratuitamente com as psicólogas do Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (Napave), que é uma organização parceira do Fórum Grita Baixada e da Rede. Esse atendimento é visto como um motivador, ou uma porta de entrada para a Rede, aliás, alguns familiares preferem apenas serem acompanhados pelas psicólogas sem se envolverem com a militância. Fazer terapia não é socialmente comum nas famílias periféricas, alguns familiares se recusam ao tratamento, principalmente, os homens. No entanto, a terapia funciona como um recurso que auxilia em uma “melhora”.

“Eu consegui andar um pouco mais por causa das psicólogas, porque eu sempre tô lá. Ela [minha filha] e meu esposo não entendem, eles não quiseram acompanhar, falaram que eles não são doentes, que não tem problemas” (Elisabete).

Apesar do acompanhamento psicológico ajudar no andamento da vida, a dor e o luto não são passageiros. A vida se torna completamente estranha. Freud em Luto e Melancolia (2012), conceitua que o luto, em reação a perda de uma pessoa querida, compreende a uma falta de interesse pelo mundo externo, um estado de ânimo doloroso e a perda da capacidade da escolha de um novo objeto de amor, afastando todas as atividades que não tenham relação com a memória do morto. No entanto, para Freud, o trabalho do luto poderia chegar a um final, sendo bem-sucedido, por meio da substituição desse objeto.

Perder alguém é uma experiência transformadora, mesmo que compulsoriamente. Não acredito que o luto seja bem-sucedido, mas que, aos poucos, a vida comece a se mostrar de modo diferente ao que era antes. Cotidianamente, a falta que a outra pessoa faz pode ir se diluindo, mas, o lugar de um filho perdido nunca será completamente preenchido, por mais que o sofrimento tenha transformado as formas de condução da vida e o próprio sujeito. Diante essa transformação que também é realizada por meio do *trabalho do tempo*, vale analisar o surgimento de um sujeito político pela via do sofrimento. Para isso, trago na próxima seção as experiências organizadas pelo *conhecimento venenoso*, nas quais as mães percebem quais estratégias devem ser utilizadas em suas trajetórias pela justiça. Além disso, é interessante perceber que o luto e a dor não são substituídos pela organização e mobilização política, mas se tornam coniventes. Sendo a dor e o luto, muitas vezes acionados, enquanto gramáticas para a legitimação dessa luta.

2.5. A resistência pelo sofrimento

Diante esse sujeito marcado pela experiência da dor, que tenta gerir a própria vida quando as perspectivas sobre o presente e o futuro parecem sombrias, o *conhecimento venenoso* e o *trabalho do tempo*, conforme Das (2020), tornam-se categorias essenciais para a análise. Enquanto o *trabalho do tempo* foi discutido no item anterior, com o objetivo de nos fazer perceber a reelaboração sobre as narrativas das violências sofridas, o *conhecimento venenoso* tende a ser discutido nesta seção, dado que essa forma de aprendizado é agenciada pelo exercício do tempo diante o luto. Nos modos de refazer a vida cotidiana após um *evento crítico*, Das (2020) conceitua que: “o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso” (DAS, 2011, p.35). A autora entende, com base em Nussbaum, que esse tipo de conhecimento funciona por via do sofrimento. O trabalho de Das permite refletir sobre o modo de como as violências podem ser generificadas e as formas de ressignificá-las e incorporá-las à vida cotidiana. As emoções têm foco nesse *conhecimento venenoso*, de modo que ele é construído por meio do sofrimento.

Sendo assim, proponho pensarmos essa aprendizagem adquirida após um *evento crítico*, como um elemento separador daqueles que sofrem dos que não, atuando na criação das redes de apoio, ou *comunidades emocionais*, como Araújo (2014) reflete. De

acordo com o autor, com base em Das, “a experiência do sofrimento engendra (...) também a produção de *sujeitos da dor* e de *comunidades morais*, que se conformam e se transformam com o *trabalho do tempo*” (ARAÚJO, 2014, p. 92). O antropólogo percebe através desse *conhecimento venenoso* o caso de uma mãe que sentindo a dor na pele, descobriu que poderia entrar no prédio da Secretaria de Segurança Pública e cobrar por justiça pela morte do filho.

Em minhas entrevistas percebi três modos de demonstrar a apreensão desse *conhecimento venenoso*. A primeira delas é percepção de que o território onde antes se vivia com certa tranquilidade, é tomado pelo perigo da violência estatal. O segundo modo, é pela condução das investigações pelas mães, elas adquirem aprendizados técnicos e intuitivos sobre o que teria causado o assassinato do filho, ou quem seria o responsável. Por último, esse *conhecimento* é demonstrado em uma divisão do mundo entre as pessoas que sofrem, daquelas que nunca passaram pela mesma dor.

“Eu vivia na minha zona de conforto, só me dei conta do que acontecia na Baixada quando aconteceu comigo. Eu fui me dar conta sobre quantos meninos tinham sido assassinados na Rua Gama, sobre quantos jovens dali morreram. Um amigo do Rafael também foi levado e assassinado, o corpo foi encontrado em outro município da Baixada. Primeiro fiquei estarelecida com tudo isso, não havia me dado conta sobre o que acontecia ao meu redor e sobre o que acontecia na Baixada. Fiquei entristecida comigo mesma, comecei a fazer uma retrospectiva dentro de mim e falei: “meu deus, como um ser humano consegue ficar alheio a tanta coisa que acontece a sua volta, tanta dor, tanta perda, tanta crueldade?” **Ali sempre teve matador e grupo de extermínio. Hoje em dia ainda tem”** (Luciene).

Na fala de Luciene, a percepção sobre o território no qual ela está inserida torna-se nítida. Se antes não se tinha noção da capacidade da articulação dos grupos de extermínio, essa visão passa a ser mais clara. Ela me contou que após a chacina partiu para São Paulo, onde morou com a sogra por nove meses. Na volta, começou a organizar-se politicamente e com o apoio de alguns familiares, principalmente, de Silvania, passou a articular a criação da Rede. Luciene enfatiza muito que a sua luta está atrelada à Baixada Fluminense. A militância da Luciene pela Baixada apareceu, inclusive no seu nome. Na escolha de um nome para compor a identificação no aplicativo Meets, do Google, ela optou por “Luciene Baixada”.

O *conhecimento venenoso* não é visto apenas em um início de militância pela Baixada, mas também na apreensão de procedimentos técnicos e formas de denunciar a violência estatal praticadas contra seus filhos. Desse modo, Nivia relatou que ela tem o

seu “suspeito número zero” pelo assassinato do filho, apesar do caso do Rodrigo nunca ter sido investigado com seriedade pelas autoridades.

“Aí falaram que um cara negro, chegou e perguntou se ele era o Rodrigo Tavares, ou seja, a pessoa não conhecia. Fiquei sabendo pelo delegado, que deviam ter três pessoas no carro, porque o carro era quatro portas e ele saiu pela porta de trás. E aí eu fui juntando as coisas, aí ele falou “dá pra ver o cara”. No meu entendimento foi a pessoa lá perto de casa e que mandou outro fazer. **Depois a gente veio a descobrir que é uma prática de milícia mesmo**, nem sempre eles vêm fazer, eles podem mandar um parceiro pra fazer. **Na delegacia eu acusei o grupo de milícia daqui, do bairro da minha mãe**. O pessoal de cá hoje está sendo morto outros milicianos. Os que estavam envolvidos na morte do meu filho, pelo menos, quatro já foram mortos. Um que morreu na hora é sócio no negócio de venda de cesta básica desse que ameaçou meu filho, a prática é “venda a cesta básica há 200 reais, e se a pessoa não pode pagar, vira quase um agiota, vai pra quase 500 reais aquele valor, que vira 1000, 1500 e a pessoa nunca consegue pagar. (...). **O que eu entendi era que ele queria que o Rodrigo praticasse pequenos roubos**, que desse a ele 500 reais por semana, assim como eles colocam pra fazer em vários lugares. Mas o Rodrigo disse que não ia fazer, não tinha o menor sentido. (...). **Depois fui descobrindo outras coisas, porque acaba que nós mesmas fazemos a investigação**” (Nivia)

Muitas mães, a partir dessas mortes, tornam-se “detetives”. Além disso, Nivia não demonstra medo em acusar os milicianos do próprio bairro. Por mais que a polícia não tenha encontrado provas e o caso não tenha sido julgado, Nivia sabe do esquema que compôs o assassinato do filho. Para ela, o miliciano tentou aliciar seu filho a praticar pequenos furtos no bairro, quando exigiu dele uma taxa de 500 reais, tendo Rodrigo negado, foi assassinado a mando desse miliciano, por uma pessoa que sequer sabia como ele era, já que perguntou seu nome antes de atirar. Ilsimar também têm acusações aos policiais que mataram seu filho, com base em seu conhecimento da geografia da onde mora. Conforme ela apurou, os policiais dizem que teriam sido chamados para uma ocorrência em um lugar próximo, no entanto, segundo Ilsimar, essa ocorrência foi feita no sentido contrário da onde Victor e Vitor estavam. Os policiais, para ela, atiraram porque os meninos pareciam “suspeitos”, ou seja, negros e moradores de periferia.

A última atuação do *conhecimento venenoso* que percebi, seria aquela que se assemelha a discutida por Araújo (2014), no qual por meio dele, as pessoas se separam entre aquelas que sofrem das que não, influenciado a criação de *comunidades emocionais*. O encontro com a militância das mães da Rede, é sempre feito após um tempo depois do assassinato dos filhos. Precisa de um *trabalho de tempo* para que elas se tornem capazes de organizarem-se coletivamente. A militância e a união dessas mulheres ao mesmo tempo em que funciona como um escape, é muito dolorida. Não saber nada de militância

é o desejo de Nivia, justamente, por isso. Para ela, militar veio por meio de sua dor e sofrimento.

“Nunca quis estar nesse lugar de fala, queria meu filho vivo, não saber nada de militância, não querer porra nenhuma de Rede. Então, eu acho até esquisito quando tem alguém que não perdeu ninguém e tá lá, falando que é um apoiador, eu acho isso importantíssimo”. (Nivia)

Tendo esse conhecimento adquirido pela via do sofrimento, Das (2020), com base em Cavell, usa a metáfora de que o *conhecimento venenoso* é como utilizar uma vela envenenada para ler. Por tanto, por meio do corpo envenenado pela dor e pelo sofrimento, as mães passam a aprender outras coisas, como os detalhes de um processo, termos técnicos e a própria militância.

A partir desse sofrimento, também surge uma resistência heroica ou cotidiana. Das, quando discute a vida de sua interlocutora, Asha, posterior à Partição, coloca em oposição a sua resistência com a da figura da Antígona. Enquanto Asha resiste cotidianamente às violações em sua família, Antígona, heroicamente, desafia a lei da cidade para enterrar seu irmão, o que resulta também em sua morte. Acredito que no caso das mães, essa resistência se dê das duas formas: ao mesmo tempo em que há o resistir no dia a dia em lidar com a saudade, ir atrás das formas de lutar e cuidar da própria saúde, também existe um heroísmo, que desafia à loucura, quando elas denunciam as milícias que convivem no mesmo bairro que elas, por exemplo. Nivia não só acusou o grupo de milícia na delegacia, como também grafitou o rosto de Rodrigo no muro de sua casa, fazendo com que a pintura chegasse no imóvel vizinho, que é uma mecânica dirigida por milicianos³⁸.

Desse modo, percebemos como o *evento crítico* e o *trabalho de tempo* também servem para a produção de um conhecimento que é concebido através do sofrimento. Neste capítulo, percebemos o modo de como as emoções estão relacionadas ao social, excedendo ao sentimento individual, além de termos adentrado em uma discussão sobre gênero. Dessa maneira, conseguimos analisar os discursos que configuram a maternidade como estratégia no luto e na luta das mães e familiares. Em seguida, percebemos sobre como essas discussões estão atreladas ao *trabalho do luto*, enquanto uma atribuição ao

³⁸ De acordo com Vianna e Farias (2011), “em certos momentos, o sofrimento pode ser performado em estreita ligação com a insanidade ou a ‘loucura’” (VIANNA; FARIAS, 2011, p.111).

feminino, ao mesmo tempo em que pode ser partilhado por uma comunidade. Ademais, também estudamos os encerramentos das trajetórias de vida transformam-se por meio do luto, da dor e do sofrimento. Para o próximo capítulo, pretendo pensar como as trajetórias familiares serão alteradas e no modo em como a maternidade é exercida em ambientes periféricos. Além disso, também será importante pensarmos no tema da devoção de uma mãe à memória de seu filho e na articulação da Rede, que ora se apresenta como família e ora como grupo de militância.

CAPÍTULO III: “A SAUDADE É ARRUMAR O QUARTO DO FILHO QUE JÁ MORREU”: a maternidade diante a vulnerabilidade e a perda

“Oh, pedaço de mim;
 Oh, metade exilada de mim;
 Leva os teus sinais;
 Que a saudade dói como um barco;
 Que aos poucos descreve um arco;
 E evita atracar no cais;
 Oh, pedaço de mim;
 Oh, metade arrancada de mim;
 Leva o vulto teu;
 Que a saudade é o revés de um parto;
 A saudade é arrumar o quarto
 Do filho que já morreu” (CHICO BUARQUE, Pedaço de mim, 1978).

Lançada em 1979, a composição de Chico Buarque versa sobre a intensidade da dor de sentir a saudade de alguém ausente. A saudade dói tanto que ora o enunciador sente que outra metade foi afastada, ora amputada. Como Buarque escreve, a saudade dói como um barco que ao invés de atracar no cais, faz um movimento infinito de ir e voltar. O aniversário do irmão da Silvania, Rodrigo que perdeu a vida na chacina de 2005, teria sido comemorado no dia 4 de abril, dia 31 fez 16 anos da sua morte. Silvania me ligou um dia após esse aniversário desse irmão, desabafando. Contou que muita gente pergunta como não consegue esquecer disso, já que são muitos anos de sua morte. A saudade de Silvania não faz com que ela diferencie se passaram 16 anos ou 16 minutos daquele dia fatídico. A saudade é como um barco que evita atracar no cais, ou seja, insiste em se tornar eterna.

Tendo em vista que foi discutido no capítulo anterior o luto e a sua agência transformadora, nesse capítulo tenho a intenção de perceber como as modificações através desse sentimento são feitas no âmbito da família. O objetivo deste capítulo é refletir sobre o lugar da parentalidade a partir da ausência de filhos e familiares vitimados pelo Estado, tendo foco a maternidade. Desse modo, o que busco pensar é: de que modo o papel da maternidade em cuidar, educar e amar, é colocado como superior à paternidade em nossa cultura? De que forma essas tarefas são cumpridas em contextos periféricos? Como a maternidade continua sendo exercida quando um filho já não está mais presente fisicamente? Como uma família é rearranjada a partir do assassinato de um filho por agentes do Estado? Por último, como o laço entre essas mulheres se aproxima à uma dimensão de família?

Sendo assim, essa última parte do trabalho foi dividida em quatro seções. Na primeira, discuto o exercício da maternidade nas classes populares. Irei analisar as especificidades encontradas no âmbito da família nas periferias. Uma criação dentro das *margens* na Baixada Fluminense, certamente, incluirá o medo de que o filho, especialmente sendo um menino negro, seja assassinado pelo Estado. Adiante, viso compreender que a morte de um filho não implica em uma abdicação da maternidade. Pois, como percebo, as mães apresentam uma parentalidade viva com os que se foram, apresentando-se, por exemplo, como mães em exercício e não em um passado. Dessa maneira, esta seção tende a focar nas práticas das convivências nas ausências e o modo de como se produz a presença a partir das memórias, apreendendo sua conservação. Ademais, também existe uma percepção da temporalidade nas relações de parentesco, como aponta Sahlins (apud Carsten, 2014), nas quais se tem a capacidade de evocar relacionamentos do passado e do futuro. Estando, portanto, na comemoração dos aniversários e nas lembranças cotidianas, mas também na queixa sobre os netos que não nasceram.

Já na terceira parte, busco analisar os efeitos que essas mortes cruéis trazem para as famílias. A felicidade da casa de antes já não está mais lá, mas, mesmo assim, algumas famílias permanecem unidas diante a dor. Os aniversários e as datas comemorativas são sempre marcadas pela presença da memória e a tristeza pela ausência daqueles que se foram. Tendo em vista que as famílias sofrem transformações por causa da dor, na última seção do capítulo, viso discutir o modo de como o espaço de militância da Rede pode se aproximar à dinâmica de família para algumas mulheres e a forma de como a resistência apresenta uma via para a sobrevivência.

3.1. Maternidade e periferia: a mãe possível e a idealizada

A Baixada Fluminense é cortada pelos marcadores de classe, gênero e raça. Dados confirmam que a maior parte das vítimas de violência estatal são os jovens negros. De acordo com o Mapa da Desigualdade produzido pela Casa Fluminense, em 2018 as três maiores taxas de letalidade violenta na Região Metropolitana estavam localizadas na Baixada: Itaguaí, com 78,3, Japeri, 74,6 e Queimados com 71,9 a cada 100 mil habitantes. Em Seropédica a porcentagem de pessoas negras assassinadas pelo Estado chegou a 100%, em Mesquita foram 93,8% em 2019. Por isso, antes de analisarmos as práticas da

maternidade no contexto das periferias, é interessante trazer uma discussão acerca do racismo. A agência *necropolítica* do Estado, de acordo com Mbembe (2016), subjuga a vida ao poder da morte, atuando na diferenciação dos corpos que merecem ou não viver, como também incursão do terror. Na Baixada, esse terror atua com mais força sobre as famílias negras. Cabem aos pais ensinarem comportamentos aos meninos que evitem a “confusão” pela polícia, por exemplo: nunca correr, sempre portar o documento de identidade, se possível, a carteira de trabalho, não andar sem camisa e uma série de outras práticas que conferem a finalidade de escapar tanto de apanhar, quanto de ser morto.

As mães me relataram o sentimento de terror em perder outro filho para a violência estatal. Nivia e Ilsimar expressaram o sentimento de muito medo em relação aos seus filhos mais novos. Ilsimar ainda contou outras duas situações que colocaram a vida do caçula em perigo logo após o assassinato do mais velho. Ela sempre enfoca que o Victor foi morto por parecer “suspeito”, sequer teve o direito de mostrar sua identidade e dizer seu nome antes de ser baleado pela polícia. Vocalizar o nome antes de ser assassinado compreende ao sentido de conferir uma identidade ao corpo que é *matável*, deixando de ser apenas mais um corpo produzido pela violência de Estado. Pelas fotos que compõem o banner, carregado pela Rede nos eventos, fica claro que o assassinato a jovens negros é recorrente. O filho mais novo de Ilsimar, de 13 anos, ficou duas vezes na mira dos policiais por essa *sujeição criminal*.

No dia que meu filho completou 10 meses morto, eu vi meu filho de 13 anos ficar na frente da arma de um policial na porta da minha casa, porque, simplesmente, o policial passou perto da minha casa e achou que tinha um jovem com uma arma na mão e era um celular. O policial abordou esse jovem, de arma empunhada, em frente ao meu filho que estava no portão da minha casa. Semana passada, meu filho saiu daqui, pra ir ali na frente com o filho da vizinha, de 14 anos. Eles enquanto esperavam o lanche ficar pronto, estavam correndo um atrás do outro na calçada. A viatura passou, achou que o menino tinha roubado meu filho, então o policial colocou o fuzil na frente das duas crianças. Meu filho já tem um trauma por ter perdido um irmão dessa forma cruel, e já é a segunda vez que ele fica na mira da arma de um policial. A gente mora na Baixada e uma criança não pode correr numa calçada. A gente vive todos os dias o medo de morrer. (Ilsimar)

Tendo em vista o racismo de Estado, tal como proposto por Foucault e como pensado recentemente por Mbembe, no Brasil esse racismo também opera pela via da *sujeição criminal*. De acordo com Michel Misse (2010), “o sujeito criminal é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou

desaparecimento podem ser amplamente desejados” (MISSE, p.17, 2010). Os jovens negros que habitam as periferias são os principais alvos dessa sujeição. O trecho contado por Ilsmar facilita na compreensão de que a cor da pele e o lugar onde mora, no caso São João de Meriti, funcionam como “gatilho” para a ação violenta da polícia.

Criar os filhos em um território ocupado pela milícia, pelos grupos de extermínio e pela ação violenta da polícia não é tarefa fácil para as mulheres. Para refletirmos acerca das práticas adotadas pelas mães na criação de seus filhos nesses territórios, é importante, que antes aprofundemos um pouco mais a discussão sobre maternidade e os deveres maternos. Já discutimos, no outro capítulo, o poder da maternidade na vivência do luto e nos discursos sobre a perda. Agora, no entanto, pretendo analisar as *performances* associadas à maternidade cotidianamente e o modo de como isso impacta não só as estratégias na criação das crianças, como também as linguagens da perda.

Através de uma perspectiva histórica, Valeska Zanello (2016) reflete sobre o dispositivo materno e a sua subjetivação. A partir do advento do capitalismo, no fim do século XVIII, e a possibilidade de ascender socialmente, as tarefas associadas ao gênero feminino e masculino tornam-se mais bem delimitadas. Enquanto cabia ao homem o espaço público e o trabalho, às mulheres ficou destinado o âmbito doméstico e a maternidade. Segundo Zanello (2016), dada a grande quantidade de mortes na Europa, em função das guerras, da fome e das doenças, começou a ser produzido um discurso ideológico que exaltava as mulheres que cuidavam dos filhos. Havia um convencimento pela Igreja e pela Medicina para que as mulheres amamentassem, no decorrer do tempo, também foram incorporadas as solicitações de outras atividades, como a educação e a formação do caráter. A mulher reconhecida, portanto, passa a ser aquela que nutre um amor materno incondicional e que afasta os filhos do perigo da morte, seja pelo aleitamento, na nutrição do corpo, seja pela educação e proteção. Já no final desse século, o valor da maternidade como uma realização para a mulher persiste, no entanto, agora a mulher precisa cuidar do filho, de si mesma, da família e de sua carreira profissional.

Enquanto a maternidade passa a ser vista como o natural, a paternidade é dada como dependente dessa maternidade. João de Pina-Cabral (1993), reconhece essa dinâmica por meio do Direito. Dessa forma, Pina-Cabral (1993) discute sobre a máxima *mater semper certa est* (a mãe é sempre certa), que tem o parto como auto evidente para

a definição da maternidade. Já a paternidade é vista como dependente da maternidade. Sendo a maternidade nata e a paternidade alcançada por meio da relação do homem com a mãe da criança, presumindo-se que *pater is est quem nuptiae demonstrant*, ou seja, o pai é aquele demonstra estar casado com a mãe. Sendo assim, isso permite pensar o modo de como o Direito estabelece não só as relações de parentesco, como também ilumina a maneira pela qual enxergamos o tratamento da maternidade, como natural e indispensável, em relação à paternidade. Ser mãe, portanto, carrega um peso social muito maior do que ser pai.

Essa diferenciação entre os papéis do feminino e do masculino diante os filhos, construída ao longo dos séculos, permite pensar um dos motivos para a participação exclusiva de mulheres na Rede. Se o filho é dado pela relação da maternidade, tendo o pai apenas pelo relacionamento com a mãe, cabe à mãe ir à luta por seu filho, excluindo o homem do processo. O parto tem a função central nessa configuração de parentesco pensada pelo Pina-Cabral (1993). Em meu campo, existe o reconhecimento da dor de uma mãe pela outra, inclusive estando em polos opostos, a partir da centralidade da importância de gerar uma vida, tendo o parto como importante para pensar esse reconhecimento.

Nem os PMs que mataram meu filho e aquelas 29 pessoas, não nasceram do jeito que ficaram, se tornaram. Eu não vou bater palma pelo sofrimento da mãe ver o filho ser preso. **Ela gerou nove meses como eu, amamentou e criou.** A mãe não tem culpa do filho ter se tornado o monstro que ele se tornou. O crime que eles cometeram foi uma monstruosidade. (Luciene)

Tendo em vista essa divisão entre as funções da maternidade e da paternidade, é a mãe, portanto, que gesta, cuida e educa. É interessante trazer essa discussão para o contexto brasileiro. Lélia Gonzalez (1984) ao pensar a mulher negra enquanto mucama no período colonial, e doméstica no contexto atual, reflete sobre a figura da “mãe preta”. Enquanto a mulher branca não exercia a função materna, cabendo a ela apenas gerar os filhos do senhor, a mulher negra era quem amamentava, dava o banho e ensinava a falar. De acordo com Gonzalez (1984), a mãe preta se torna uma das responsáveis pela internalização de valores e pelo ensino da linguagem, de um “pretuguês”. Essa linguagem está presente, como ela coloca, quando se fala “framengo”, por exemplo, por causa da marca linguística de um idioma africano que troca o l pelo r. Essa designação do português brasileiro expressa de maneira prática o papel das mulheres negras na criação

de uma cultura nacional, por meio da realização de atividades consideradas maternas com as crianças.

Discutindo a repressão às mulheres negras, Gonzalez (1984) relembra o caso Marlí, no qual uma mulher negra enfrentou os grupos de extermínio, no ano de 1980, em Belford Roxo para buscar justiça pelo irmão assassinado. Esse evento apontou para Gonzalez dois eixos que poderiam ter seguidos pelos jornais da época: a ridicularização da mulher que defende seu homem negro das investidas policiais ou a postura de assumir a culpabilidade mesmo sem ser totalmente assumida. A antropóloga conclui que como o caso Marlí foi levado à sério, justamente porque se tratava de um irmão e não um companheiro, a culpabilidade foi neutralizada pelo gesto de folclorizar essa mulher, tornando-a uma “Antígona Negra”. A mulher negra e pobre, em meu campo, assim como Marlí, enfrenta muitas adversidades na construção de uma batalha, seja jurídica ou na conservação da memória de seus mortos. Essas mulheres que podem ser tias, irmãs ou mães são levadas a aprender através do *conhecimento venenoso* (DAS, 2020) as técnicas e discursos para a legitimação dessas mortes, que também operam através da importância dada aos laços de sangue.

Estudando o modelo familiar nas camadas populares, especificamente na Vila do Cachorro Sentado em Porto Alegre na década de 1980, Claudia Fonseca (2004) percebe que as mulheres são responsáveis por dar um apoio moral aos homens. Na comunidade etnografada, o apoio moral tipificava o discurso de mulheres sobre os seus consanguíneos. Ela observou que enquanto a mãe de um adolescente morto em uma briga glorificava a memória do filho, dizendo que ele era trabalhador e gostava de ficar em casa, a mãe do assassino descrevia o crime como um acidente e espalhava que o teria sido provocado pelo caráter briguento da vítima. Dessa forma, assim como Vianna e Farias (2011) pontuam a importância do discurso materno na legitimação das vítimas, Fonseca (2004) e Gonzalez (1984) percebem o movimento das mulheres nas camadas populares em buscar a defesa de seus homens.

Segundo Fonseca (2004), pesquisas no campo da história social sugerem que as classes mais pobres têm uma tradição familiar diferente do modelo conjugal estável, além de estudos que sugerem a *circulação de crianças* dentro da comunidade como prática comum desde a época colonial. Sendo assim, a autora tenta aplicar o conceito de família

matrifocal de Smith em seu campo de pesquisa. A estrutura *matrifocal*, de acordo com a pesquisadora com base em R. T. Smith, dá prioridade ao laço entre a mãe e as crianças, o irmão e a irmã, na medida em que o laço conjugal é menos intenso afetivamente. Isso é causado por causa da segregação de papéis entre o homem e a mulher. O modelo *matrifocal* também enfatiza as relações entre mulheres, que são os principais elos da rede familiar, essa aliança ocorre pelas atividades maternas em comum. No entanto, no contexto etnográfico de Fonseca, ela observou que os laços consanguíneos homem/homem ou homem/mulher tem a mesma importância que os laços mulher/mulher.

Enquanto na Vila do Cachorro Sentado o núcleo doméstico muda constantemente, principalmente, pelas alternâncias de parceiros das mulheres, além da intensa dependência econômica aos homens, no meu contexto de pesquisa essa relação aparece de modo diferente. Das seis mulheres que entrevistei, quatro aparecem casadas com os pais de seus filhos, uma permanece solteira após o divórcio e uma casou-se novamente um ano após a morte do filho. Portanto, apesar desses homens terem tido uma participação ativa na vida de seus filhos quando eram vivos, compartilhando a mesma casa, cabe às mulheres uma relação mais intensa, por meio da militância, com os filhos mortos. Não que os homens se oponham à participação no coletivo, eles desempenham um outro papel, principalmente, em atividades práticas. Observei algumas vezes um pai na função de levar algumas mães do coletivo a eventos.

A convivência na Rede fortalece alianças entre essas mulheres pelo desenvolvimento de afazeres em relação à luta pelos filhos. Posso dizer que por meio dessa relação com os filhos mortos, desenvolve-se um vestígio de um sistema *matrifocal*, uma vez que a unidade mulher/mulher é muito mais favorecida e trabalhada do que a unidade mulher/homem. Além disso, também existe um compartilhamento dos filhos mortos, uma vez que, iniciada na militância, o filho de uma mãe passa a ser conhecido como filho da Rede. No entanto, dada a pandemia, não pude observar como é a relação dessas mães no cotidiano com seus parceiros e com outras mulheres da comunidade na criação dos filhos vivos e na organização de redes de apoio entre elas, portanto, não posso afirmar que essas famílias são *matrifocais*. Essa estratégia na união das mulheres nos afazeres e responsabilidades com os mortos, contudo, não indica que não existam dinâmicas de poder dentro do coletivo, assim como toda organização política, a Rede conta com conflitos e desentendimentos.

Diante uma realidade encoberta de precariedades e vulnerabilidades, as mulheres são responsabilizadas pela criação dos filhos. A vida de Carolina Maria de Jesus é esclarecedora para nos fazer pensar sobre as agências de uma maternidade possível nesse cenário. O dia-a-dia narrado pela autora na obra *Quarto de Despejo* (1995) mostra uma realidade de extrema pobreza na favela do Canindé em São Paulo, na qual conseguimos identificar a dor, a fome e a doença, além da *necropolítica*. Como Butler (2018b) questiona: “é possível viver uma vida boa em uma vida ruim?” (BUTLER, 2018b, p.130), ou ainda, como alguém conduz uma vida quando nem todos os processos que a configuram podem ser conduzidos? Diante as circunstâncias em que Carolina de Jesus e seus filhos, Vera Eunice, José Carlos e João José estão inseridos vale perceber as maneiras pelas quais a maternidade da autora precisa se constituir. Durante a dura leitura do diário, observei dois pontos que são fundamentais para pensar a maternidade nas periferias: o afeto e a preocupação direcionada aos filhos e à presença *biopolítica* do Estado.

Os relatos de Jesus (1995) apontam para atuação *biopolítica* do Estado sobre as formas de exercício da maternidade nas periferias. A falta de lugar para deixar as crianças enquanto trabalha coloca enormes questões e preocupações à vida dessa mulher. Mesmo com pouco dinheiro, ela constrói um balanço no quintal, para que as crianças não saiam de casa. Carolina de Jesus ainda chega a levar a filha nos braços para catar papel nas ruas. Mesmo que o Estado trabalhe na construção da precariedade de algumas vidas em detrimento de outras (FASSIN, 2009), ele se torna fonte de medo na possibilidade de fazer com que perca seu filho. A autora expressa diversas vezes o medo de perder seus filhos para a violência estatal, ou que um deles seja preso. Ela descreve no livro sobre o dia em que foi chamada na delegacia em função do seu filho José Carlos, de 9 anos. Depois de falar com o tenente escreve o seguinte trecho:

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. (...). Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem minhas dificuldades. ... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (JESUS, 1995, p.26).

Nesse trecho existem duas situações: a primeira é a ironia na qual Carolina fala sobre o “interesse” do tenente pela educação dos seus filhos. Ou seja, presença do Estado sobre a disciplina e a regulação dos jovens favelados, para que não se tornem “delinquentes” no futuro. A segunda situação é a colocação do *conhecimento venenoso*

(DAS, 2020) como forma de ensino. No caso da Carolina, a sua forma de *testemunhar* uma vida de dor, fome e precariedade contribuiu para que ela estabelecesse uma sabedoria através do sofrimento. A história da Carolina de Jesus é muito rica para este trabalho. A maternidade dela é exercida através do medo de que algo acontecesse com os filhos, da culpa por não conseguir alimentá-los algumas vezes, mas também é feita através do afeto.

Assim como Carolina de Jesus demonstra seus medos na criação de seus filhos, principalmente, dos meninos, para que eles não se tornem bandidos, não sejam presos ou assassinados, as mães em meu contexto de pesquisa sentem-se da mesma forma. É preciso saber cuidar dos meninos, mantê-los próximos, saber das amizades que eles se cercam e por onde andam. Se um jovem entra para o crime, sua mãe, certamente, será considerada pelos outros como alguém que perdeu o controle sobre o próprio filho, sendo culpabilizada pelas escolhas do menino.

A Rede também presta assistência às mães de desaparecidos e de “envolvidos”. Ocorre uma culpabilização da mãe pela morte do filho: **“a mãe que não soube criar e o filho virou bandido”**; **“mãe de bandido é bandida”... Muita gente faz isso pra culpar a própria vítima e a mãe.** (Luciene 23/09/2019)

A antropóloga Camila Fernandes (2020) trabalha de forma exemplar as agências femininas na tarefa de educar diante um ambiente repleto de tensões e precariedades. Nesse contexto, Fernandes (2020) analisa a categoria “mãe nervosa”, que ora é considerada como educadora e ora como vilã no cotidiano das mulheres na favela. Ao mesmo tempo em que Carolina de Jesus (1985) conta no diário não aceitar a forma de educar na base da violência e se coloca como tolerante em relação às crianças, ela “dá uns tapas” em um de seus filhos para que ele saia de um tumulto e volte para casa. Essa dinâmica ocorre outras vezes nos relatos.

De acordo com Fernandes (2020), o “nervoso” nas mulheres é visto como uma das razões para que crianças se tornem pessoas potencialmente “desestruturadas”, no entanto, “bater nos filhos consiste em uma estratégia enérgica para educação das crianças, que caso não sejam controladas mediante os castigos físicos, podem vir a apanhar de “bandido” ou “da polícia”, seja na rua ou no futuro” (FERNANDES, 2020, p.162). Dessa forma, percebo que a educação dada pelas mães, algumas vezes pela via do castigo físico leve, consiste em uma estratégia que busca o prolongamento da vida dos filhos,

principalmente, pelo efeito da convivência em um ambiente onde a polícia assassina meninos negros e periféricos.

Minha família vive em Nova Iguaçu há anos. Minha criação e a do meu irmão foi marcada pela intensa preocupação de nossos pais sobre por onde andávamos. Durante boa parte da nossa infância, minha mãe deixou o trabalho para se dedicar exclusivamente à maternidade. Quando as dívidas apertaram, ela voltou a trabalhar para somar com a renda em casa. Tínhamos 8 e 9 anos quando começamos a lidar com as responsabilidades apresentadas pelo contexto de ficarmos sozinhos em casa. Minha mãe recomendava que nossa ida à escola fosse feita pela tutoria de uma vizinha e que quando ela não pudesse ajudar, que fossemos para a aula acompanhando o cantinho das calçadas, sem falar com estranhos. Se possível, bem próximo a um pedestre, geralmente alguma senhora, que parecesse de confiança. Meus pais ligavam para casa, cerca de três vezes ao dia, cada um. Eles queriam se certificar de que o portão estivesse trancado, se havíamos almoçado a comida deixada por nossa mãe no micro-ondas e se estávamos bem.

Apesar de ter um pai muito presente e que dividiu as responsabilidades em nossa criação, minha mãe sempre apresentou uma preocupação, quase que exagerada, com os dias em que ela estava no trabalho e precisávamos ficar sozinhos em casa. Quando meu irmão foi ficando pré-adolescente, ele passou a sair a tarde com meninos que andavam pelo bairro de bicicleta. Isso gerou em minha mãe uma intensa preocupação, em primeiro lugar, por não saber quem eram os meninos que se juntavam ao grupo; segundo, por não controlar os lugares em que eles estavam indo. Se eu atendesse sua ligação e o meu irmão não estivesse em casa, certamente, teria que sair a sua procura para manda-lo entrar. Quando resistia a ordem, informava de que nossa mãe voltaria do trabalho e lhe daria um belo “esporro” e alguns tapas. A maior aflição da minha mãe sobre as inocentes voltas do meu irmão pelo bairro é de que houvesse algum menino “errado” no grupo e de que isso acarretasse em alguma má influência ou confusão, e ainda dele sofrer violência pela polícia ou pelos *matadores*.

Em seu trabalho, Fernandes (2019; 2020) analisa o cuidado e o dever com os filhos como atributo ao sexo feminino, deixando a figura do pai exterior à essas relações. Isso fica evidente em sua análise sobre a atribuição das mazelas da favela à sexualidade feminina. As mulheres, nesse contexto, não são responsáveis apenas pela inscrição das

crianças em creches, no cuidado com os pertences dos filhos e tantas outras atribuições, também são responsabilizadas pela carência dos serviços públicos, uma vez que elas fazem filhos demais. Diante essa intensa culpabilização feminina, é interessante refletir sobre a categoria “mãe de bandido”. Embora ela não tenha aparecido com recorrência no meu campo, remete a obrigação e a responsabilização da mulher à atenção com o filho para que ele não se torne um “envolvido”. Ser “mãe de bandido” pode carregar o sentimento de vergonha e culpa, por ter “falhado” na educação da criança, como também funcionar em discursos no meio da militância, de que “apesar de ser bandido, não deveria ter sido morto”. Em meu contexto, análogo ao pesquisado por Fernandes, percebo a culpabilização e a responsabilização das mulheres pela conduta de seus filhos e também pelo trabalho do cuidado e dos afetos, mesmo que diante uma realidade produtora de precariedades e vulnerabilidades.

Na época que aconteceu a chacina, e até hoje, eu escuto “ah, mas seu filho morreu inocente”, afirmam isso pra mim a todo tempo. Eu me revolto com isso. Você não pode dizer que meu filho era inocente e por isso você se compadece da minha dor, mas aquele que não era inocente, diante aquilo que você considera inocente e culpado, ele também tem mãe, ele também tem família. A mesma dor que eu sinto, é a mesma que ela sente. **Nenhuma mãe cria um filho pra ser bandido**, o que acontece no decorrer da vida desse menino, muitas coisas o levam a vida do crime, como a dependência química, o ambiente em que vivem. (Luciene)

Portanto, se iniciamos essa seção apresentando um panorama geral sobre a maternidade e a forma de como se apresenta através de realização para as mulheres, percebemos que em contextos de precariedade, ela pode ser utilizada como um método de culpabilização das mulheres, seja pelo crescimento do crime ou pela escassez de serviços. Por um lado, a maternidade é apreendida como um projeto de vida para a mulher, por outro, é vista como mais um motivo de preocupação dentre várias outros. Foi interessante refletir sobre a produção de uma maternidade possível e uma idealizada. Desse modo, analisamos a feitura da maternidade em ambientes de precariedade, levando em consideração uma perspectiva histórica geral da sua produção. Esse debate foi importante para nos situarmos nos próximos debates deste capítulo, uma vez que na sequência me interessei em perceber a ligação entre a maternidade e a preservação da memória de seus filhos.

3.2. Caminhadas, girassóis e objetos: a conservação da memória e a relação com os mortos através dela

No início deste trabalho trouxe uma descrição breve sobre a caminhada que refaz o percurso feito pelos policiais na noite de 31 de março de 2005. Naquela parte, a minha principal intenção foi discutir a especificidade do território da Baixada Fluminense e o modo de como isso está presente nas falas dos familiares de vítimas. Neste item do presente capítulo, trago uma descrição mais detalhada sobre o evento e as performances que nele são realizadas para pensarmos o lugar da conservação da memória. O objetivo desta seção é discutir as estratégias utilizadas pelas famílias na tentativa de manter a memória dos mortos viva.

Desde 2006 as mães e familiares refazem o trajeto da chacina da Baixada. Domingo de Páscoa ou dia de semana, todos os anos elas estavam lá, no sol ou na chuva. Com a pandemia, a caminhada não pôde ser realizada nem em 2020 e 2021, sendo “substituída” por *lives* e vídeos postados na página da Rede de Mães e Familiares e na do Fórum Grita Baixada. O percurso percorrido, inicialmente, se estendia de Nova Iguaçu a Queimados. No entanto, com o passar dos anos, ficou restrito apenas a Nova Iguaçu, sendo percorridos a pé, aproximadamente, 6 km. Em 31 de março de 2019, pude acompanhar o ato. Era um domingo ensolarado por volta de 11 horas, quando me encontrei com o grupo em uma das ruas que foi um dos pontos mais marcados pela chacina. No total, 10 pessoas foram assassinadas apenas na Rua Gama, muitas estavam em um bar, no qual meninos se reuniam para brincarem com o fliperama³⁹.

O grupo, que avançava a rua, reunia mães e familiares de vítimas desta chacina e de outras, além de apoiadores dos movimentos sociais. As pessoas iam seguindo um carro de som que tocava músicas conhecidas pela militância, como composições de Chico Buarque e de Emicida⁴⁰. Logo atrás, mães iam abrindo o caminho com um banner repleto de fotos de vítimas da violência estatal, onde podia-se ler: “Rede de Mães e Familiares da Baixada: do luto à luta”. Muitas mulheres vestiam blusas com a foto de seus filhos ou com a logo da Rede e seguravam placas que diziam: “Nossos Mortos têm Voz.

³⁹ Essa descrição da caminhada integra o trabalho que apresentei no 44º Encontro Anual da Anpocs, no GT23: Memória Social e Sociedade: os desafios contemporâneos

⁴⁰ As músicas “Mãe” do Emicida e “Apesar de você” do Chico Buarque marcaram o repertório. Ambas as canções apresentam mensagens significativas naquelas circunstâncias.

(31.03.2005). Homenagem às 29 pessoas assassinadas na chacina da Baixada Fluminense e às Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado”. Na ponta extrema, jovens levavam banners, alguns pediam pelo não armamento de agentes socioeducativos e outros continham frases de efeito, como: “nossos mortos têm voz” e “nossa juventude negra tem voz”. Muitas pessoas levavam lírios brancos.

Em cada local onde uma vítima da chacina tinha sido assassinada, o ato parava, Luciene discursava ao microfone e, em seguida, falava o nome da vítima. Posicionada em frente ao bar, na Rua Gama, ela falou sobre o absurdo das mortes ocasionadas pela chacina e gritou o nome das oito vítimas que estavam no local. Chamou-me atenção que as outras mães que estavam segurando o banner na parte da frente do ato se posicionaram atrás da Luciene para que o cartaz ficasse visível, outras familiares também se colocaram próximas segurando lírios e a placa azul que homenageava os 29 mortos. Também notei uma visível pichação no muro posterior às mulheres, que dizia “saudades Diego”. Logo após a chamada dos nomes, apoiadores soltaram fogos. A caminhada continuava do mesmo modo até outro ponto, onde mais uma vez a listagem dos nomes, os fogos e os lírios deixados na calçada pelas mães se repetia.

A colocação estratégica das mulheres atrás da mãe que discursava, com uma faixa cujas fotos de seus filhos estavam impressas, remete ao uso da fotografia enquanto instrumento de lembrança que recria, simboliza e recupera uma presença que cria nexos entre a vida e a morte, o que é explicável do que não é, como Ludmila Catela (2001) analisa. As fotos utilizadas pela Rede, nos cartazes e nas blusas que vestem, também assumem o papel de corporificar a violência de Estado. Mostrar fotos de meninos sorridentes que contrariam as cenas brutais do fim de suas vidas é uma maneira política de mostrar indignação pela perda de uma vida jovem, além de tornarem a vida desses meninos pública, fazendo com que a “estatística” ganhe um rosto, um nome e uma história.

De acordo com Leite (2004), a *foto-símbolo* é feita a partir de uma escolha que combina operacionalidade e construção da figura da vítima. No primeiro aspecto, a foto é cedida à mídia, o que vai permitir uma identificação do caso por ONGs, jornalistas e o público. Por outro lado, a fotografia escolhida, geralmente, realça certos tipos de atributos, como a pouca idade, a condição de estudante ou trabalhador e a vitalidade, o que vai integrar as narrativas das mães sobre o absurdo daquela morte.

Nem todas mães e familiares que fazem parte da caminhada perderam membros da família nessa chacina. De acordo com Vianna e Farias (2011), existe uma importância dentro desses coletivos em comparecer a esses eventos que envolvem outras mães e familiares “(...) cartazes e faixas que podem ser levados por não familiares em atos coletivos. Falam-nos dessa dupla tessitura, em que os compromissos que já existiam levam à rua e os compromissos feitos na rua abrem as portas das casas (...)” (VIANNA; FARIAS, 2011, p.85). Dessa forma, observei também a presença de outras pessoas que não perderam parentes para a violência protagonizada por agentes do Estado, mas que somaram no ato como forma de apoio.



Figura 4 Mães carregam o banner principal da Rede no início da caminhada. Foto: Escuri, 2019

O protesto terminou cerca de 2km a frente. O fim do ato foi protagonizado por mais uma fala das mães. Logo após, jovens do Levante Popular da Juventude cantaram, fizeram um jogral a respeito da violência na Baixada e encenaram a abordagem policial a negros, que seguiu contando a história da escravidão no Brasil. Após esse momento, uma das mães pediu que todas se reunissem para cantar. Dessa forma, a manifestação terminou com mulheres cantando cantigas conhecidas de manifestações, como “pisa ligeiro” e “companheira me ajude”.

A participação do grupo de jovens na caminhada, que nem deve ter lembranças significativas da chacina, faz-me lembrar sobre a transmissão de memória dos familiares mais velhos aos mais novos nos casos de desaparecimento político durante os anos da

ditadura militar. De acordo com Catela (2001), ao refletir sobre as mobilizações das mães argentinas sobre os filhos desaparecidos no período da ditadura militar, cada integrante da família coloca em prática, na marcha das *abuelas* e *madres* da Plaza de Mayo em 24 de março, seu papel de “guardião da memória”, transmitindo e projetando as “obrigações morais” para com essa memória. Além disso, segundo Brasiliense (2006), essas mobilizações - no contexto da violência estatal como conhecemos atualmente - são inscritas em dois tipos de tensões: “de um lado responde a uma preocupação de sociabilidade, de construção ou de afirmação de uma identidade e outro é de natureza pedagógica, cuja preocupação é transmitir, fazer conhecer e incitar” (BRASILIANSE, 2006, p.63). Dessa forma, insere-se enquanto uma mistura de sociabilidade e pedagogia.

Realizar todos os anos o mesmo trajeto não tem apenas uma ligação com as *performances* do luto, mas também funciona a partir de uma mobilização para que por meio da memória dos mortos, busque-se por justiça e luta para tornar a Baixada menos violenta. De acordo com Brasiliense (2006), que estudou a produção de memória da chacina da Candelária pelo jornal O Globo, os aniversários constroem o acontecimento mais uma vez e também instauram a sua valoração coletiva e pública, tendo, no meu caso, as mães e familiares como detentores desse poder. Desse modo, conforme a pesquisadora, nossas memórias não são feitas apenas pelo o que lembramos, mas também por meio da história sobre pessoas e acontecimentos que podem não nos ser diretos.

Ainda de acordo com Brasiliense (2006), tendo em base a teoria de Halbwachs, a memória é uma forma de reconfiguração do passado e um trabalho de enquadrar o que aconteceu por meio das demandas do presente. Desse modo, lembranças são mudadas constantemente por contextos sociais que acionam e selecionam o passado para preencher o presente e configurar o futuro. Dessa maneira, o futuro “se dá a partir de enquadramentos de memórias individuais, (...), que são forjados a partir da memória coletiva, que é modificada no tempo de acordo com as relações, negociações e lutas sociais” (BRASILIANSE, 2006, p.52-53). Sendo assim, a memória sobre a chacina da Baixada e os 29 mortos torna-se constantemente modificada e disputada por meio dos discursos dos atores políticos.

Gostaria de voltar um pouco na descrição do ato, quando enxergo que atrás de Luciene tem uma pichação que comunica a saudade, para discutir minhas impressões sobre essas manifestações na Baixada e em periferias. Bem antes de começar minha

pesquisa de mestrado, sempre fui atenta a esse tipo de pichação, não sei por qual motivo, mas sempre me chamou atenção. Dentro do ônibus, em minhas idas e vindas diárias, em tempos pré-pandêmico, entre Nova Iguaçu e Seropédica ou Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, passava e lia em inúmeros muros, principalmente, das regiões tidas como mais “perigosas” mensagens de saudades e seus nomes.

É inegável que essas pichações são marcas com a função de não deixar esquecer o nome de vidas jovens que foram tiradas pela violência estatal. Colocar em um muro “saudades Diego”, tem a ver com uma prática que busca conservar a memória do rapaz que, provavelmente, era um morador local. Pude notar que esse tipo homenagem foi feito por Nivia, que grafitou o rosto de seu filho até o muro divisa com a oficina do miliciano que é um dos responsáveis pelo assassinato do jovem. Esse ato é uma forma de manter a memória do filho viva e desafiar os milicianos que foram responsáveis pelo assassinato.

Eu que tive a ideia do grafite, as mães se apaixonaram depois que eu fiz para o meu filho, tive a ideia lá numa reunião do Fórum Grita Baixada. **O grafite que eu fiz para o meu filho foi lá na casa onde ele cresceu, nasceu e morreu. Eu botei o grafite lá onde ele morreu. O muro ao lado é o do miliciano, o desenho vai até a mecânica dele e eles não puderam falar nada.** Ninguém lá fala um pio comigo, porque eu tô certa. Aí eu botei um monte de onze hora lá, tá muito colorido, coloquei uma espada de São Jorge e agora eu plantei um pé de algodão lá. O assassino passou uma vez lá, olhando o grafite e rapidinho saiu fora. (Nivia)

Talvez por sua formação como historiadora, a Nivia foi quem mais tratou do tema da memória, chamando minha atenção para o assunto. Conversar com ela me deu muitos *insights* para discutir essa seção. Nivia após saber da morte do filho foi direto no bar onde os milicianos, ela sabia quem provavelmente teria sido o assassino e onde ele se reunia com os companheiros. Agindo através de uma *resistência heroica* (Das, 2020). Por meio de coragem absurda, colocando sua vida em risco, mantém a memória viva de seu filho. Essa também é uma maneira de lutar contra o Estado, uma vez que mortes como a do Rodrigo, um menino negro em um bairro empobrecido de Nova Iguaçu são facilmente invisibilizadas.

Quando eu vi as manifestações de carinho que fizeram pra ele, fizeram música, tatuagem em homenagem, até hoje as pessoas postam coisas no Facebook dele. Já passaram 5 anos e não foi esquecido. Por isso, eu gosto dessa coisa da memória, dessa manutenção da memória. **A gente sabe que o que Estado faz é tentar apagar essa memória e o que eu faço é tentar fazer a memória do meu filho sempre viva.** (Nivia).

Para além dessa memória política, na qual, tenta-se manter viva como uma forma de afronta ao Estado e às pessoas responsáveis pela morte, que também sinaliza as atrocidades cometidas, existe o interesse da manutenção da memória como uma forma de amenizar a saudade e tentar se sustentar forte. Essa memória é constituída por meio da relação com fantasmas. O trabalho de Janet Carsten (2014) aponta para a produção do parentesco também pela via da memória. Para a pesquisadora, o parentesco é organizado por meio de substâncias, que pode ser estendida dos fluídos corporais, como o sangue, o leite materno... para outros tipos de coisas, como casas, comida e a terra.

Essa perspectiva de parentesco é abrangida quando a autora, com base em Sahlins, percebe que também pode ser contemplado por coisas não materiais, como “as presenças fantasmagóricas que indicam a presença persistente do parentesco após a morte” (CARSTEN, p.107, 2014). Levou tempo até que eu entendesse que, algumas vezes, fala-se dos filhos no presente, como forma de manter a relação de parentesco.

Nasci na Tijuca, fui criada na Baixada, sou cria de Nova Iguaçu. Meu pai era militar, **meu irmão, meu filho [Rodrigo] militar, meu sobrinho e daqui a pouco meu caçula**. Minha família é de militar (Nivia).

Outras formas de observar essa conservação da memória e do parentesco é através da relação das mães com seus filhos pela religião e de objetos. Acredito que essa relação com a memória poderia ter sido mais expressa para mim se houvesse a possibilidade de realizar as entrevistas pessoalmente, indo às casas das mães, uma vez que, certamente, encontraria fotos distribuídas pelo ambiente. No entanto, essa relação foi mostrada, mesmo que no campo virtual, de algumas formas.

A foto do perfil de Nivia no aplicativo de chamadas de vídeo é a de Rodrigo, já Maria me contou que ainda guarda o celular usado por Daniel. Trata-se de uma forma de ainda contar com um pedacinho do que foi dele, um meio que ele utilizava para falar com ela. Uma das mais belas formas de entender essa conservação da memória, me foi fornecida por Nívia, ao associar a lembrança do filho e aos girassóis que ele a havia ajudado plantar.

Eu tenho alguns girassóis plantados, na rua e aqui fora, em todo lugar que eu vejo um girassol, eu sinto que é a presença do meu filho. Hoje a gente passou em uma rua aqui em cima, que é uma rua que eu sei que ele passou. Quando eu vejo um girassol eu sei que é onde meu filho passou, e ele passou naquela rua ali. Eu sei que tá nascendo outro girassol, é outro lugar onde ele passou. Eu vejo ele como uma semente, e tá brotando outra sementinha. Lá em casa, a gente brincava de semente do bem, como o filme, A Corrente do Bem.

No filme, fala sobre fazer bem para algumas pessoas, e elas fazem bem pra outras pessoas e vai fazendo uma corrente. Que é o que acontece com o girassol, você planta um com uma semente e quando o girassol nasce, ele aponta para o sol o tempo inteiro, quando ele morre, você vê a quantidade de sementes que tem em uma flor. São muitas sementes, então é como se fosse a extensão da corrente do bem, a gente vai multiplicando as coisas, eu acredito nisso. (Nivia)

Buscar conforto na religião como muitas mães fazem, principalmente, na igreja evangélica, plantar girassóis e guardar um celular, são maneiras de procurar a presença dos filhos e são formas de acalantar o coração que dói de tanta saudade. Apesar do *trabalho do tempo* ser fundamental diante o luto, a saudade e a dor não passam, por isso, é tão importante estabelecer técnicas que ainda permitam o exercício dessa maternidade, seja na luta por justiça, em uma caminhada de quilômetros, embaixo de um sol forte, que refaz o trajeto do assassinato do filho, na conservação dos pertences, na fé e até no contato com a terra, pela plantação de flores.

Apesar do relato repetitivo de que uma mãe morre um pouco quando enterra o filho, essa morte não é dada na relação com o jovem, uma vez que, não se deixa de ser mãe, o cuidado e o afeto com esse filho continuam, no entanto, são feitos pela via da memória. Para nos aprofundarmos na discussão sobre parentesco, memória e reorganizações nas vidas cotidianas, o próximo item trará uma análise sobre as modificações nas famílias a partir do *evento crítico*.

3.3. O parentesco diante a perda: as transformações em uma família pelo luto e as relações com fantasmas

Se até agora destacamos o sofrimento das mães pela perda dos filhos, gostaria de analisar, nesse ponto, o modo de como a dor pela morte de um familiar é sentida por toda uma família. De que forma o sistema do parentesco sofre com a ausência de uma pessoa que fazia parte das dinâmicas da vida e a quem se amava? Desse modo, meu objetivo é perceber desde as transformações nos fazeres cotidianos, na vida e no modo de como a noção de presente e de futuro foi alterada. Para isso, intenciono voltar na discussão sobre maternidade para pensarmos a paternidade e produzir uma breve análise sobre parentesco, para apreendermos sobre a existência de dois seres em um e a relação entre tempo e parentesco.

Ao etnografar o parentesco na sociedade americana, David M. Schneider (2016) considera que a família, nesse modelo, é definida como uma unidade natural. Diante dessa natureza, existe o papel do feminino e do masculino na manutenção desse arranjo familiar. “As mulheres têm a características dos acalentos que faltam aos homens. Os homens tendem a uma disposição agressiva que estaria ausente nas mulheres” (SCHNEIDER, 2016, p.52). A luz de Schneider, no contexto da pesquisa a mãe, enquanto mulher, pode (e deve) ser emocional e sentir um luto intenso pela perda de um filho Já ao pai compete sentir o luto, sem externalizar seus sentimentos, ajudando os familiares, performatizando sua virilidade. Diz o ditado: “homem não chora”. Luciene me atentou para essa diferença. Os pais acabam deixando de integrar a Rede não porque não querem, mas pelo motivo de que foram ensinados, desde crianças, a conter as emoções. Sendo assim, eles utilizam outros meios para extravasar o luto, seja pela culpabilização da mãe ou pelas drogas.

A maioria [das mães] que eu conheço, o casamento delas acaba, porque nem quando é pai, muitas das vezes esse pai culpa essa mãe, quando não é pai, não entende. Essa mulher entra no estado que não consegue mais ter uma vida normal com o marido. É uma dor tão grande que ela tira todo o ânimo, todo o sentimento da gente, a gente só consegue focar na dor. É o vazio aqui dentro do coração, muito grande. Muitas das vezes o pai fica pior do que a mãe até. A gente tem casos de pais da Rede de Mães que estão em estado lastimável, que não conseguiram retomar a vida, ou que são alcoólatras, outros que vão para as drogas, outros que tiveram um infarto, a saúde não aguentou. (Luciene)

A antropóloga Marilyn Strathern (1995; 2015) analisa a os papéis e a diferenciação do gênero no modelo do parentesco. O estudo de Strathern (1995) analisa a forma de como o gênero é tratado etnograficamente no contexto da parentalidade, especificamente, a partir da ascensão de novas tecnologias reprodutivas. Apesar de ser um debate extenso no campo biotecnologia, que não cabe ao tema trabalhado aqui, acredito que é interessante compreendermos parte da discussão. Tendo em vista a ascensão das técnicas de reprodução assistida, especialmente, a inseminação artificial, a concepção de um filho não é mais geradora da parentalidade, segundo Strathern (1995). Percebendo essa quebra da tradição do parentesco, a pesquisadora buscou identificar a maneira pela qual o gênero é visto pela sociedade euro-americana nesse processo, na medida em que “[esse termo] sempre designa pessoas para um ou outro papel” (STRATHERN, 1995, p.306). Ou seja, ou pais ou mães.

Sendo assim, a Strathern (1995) apresenta um debate acerca da “Síndrome” do Nascimento Virgem. Na época, as mulheres na Europa que recorriam à inseminação por

doador foram associadas a uma “aura de perversão”. Desse modo, como a autora identificou, as mulheres que buscavam ter filhos sem relações sexuais com homens foram representadas como uma ameaça à paternidade. Inclusive, a antropóloga discute sobre uma secção da Lei de Embriologia e Fertilização Humanas do Parlamento Britânico, que declara a necessidade da criança gerada através desses tratamentos em ter um pai. No entanto, a lei negligência casos de homens que queiram ter filhos por meio desse modelo. Para Strathern (1995), isso evidencia que para euro-americanos é inconcebível que uma criança nasça sem mãe, os pais podem abandonar os filhos desde o nascimento sem que sejam vistos como monstros ou ameaças ao sistema social, ao contrário das mães.

Pensar o gênero diante o novo contexto de organização dos arranjos parentais, contribuí, de acordo com Strathern (2015), para o exercício de comparação de pessoas nos relacionamentos procriativos, o papel do pai e o papel da mãe. Por meio dessa diferenciação de funções, Strathern (1995) percebe que a dimensão assimétrica do gênero cria o parentesco na experiência euro-americana.

Essa disparidade dos papéis da mulher e do homem, são perceptíveis nas lutas dos familiares de vítimas de violência do Estado. Por exemplo, na Argentina existe o coletivo formado pelas *madres* e *abuelas* da *Plaza de Mayo*, mas não os *padres* e *abuelos*. Pode ser que existam homens nesses coletivos que também tiveram seus parentes desaparecidos no período da ditadura militar argentina, mas o nome dado ao movimento é feminino e o protagonismo das mulheres também se faz mais forte. Já na Rede, essa análise torna-se ainda mais visível, uma vez que o grupo é chamado de Rede de Mães e Familiares e não de Pais (englobando mães e pai) e Familiares, isso evidencia a superioridade da figura materna na relação com os filhos e na luta. Além disso, o grupo não conta com presença masculina.

No entanto, a não participação de pais no coletivo e a atribuição do trabalho cultural do luto às mulheres, não quer dizer que o sofrimento do homem seja menor e que a quebra do modo de vida familiar não seja um elemento que desestruture sua vida. Assim como não existe filho no passado para as mães, não existe para os pais. Como define Schneider (2016), o parentesco de sangue é material e natural, já o casamento, por exemplo, não é nem um e nem outro, o que pode ser encerrado, ao contrário das relações de sangue. De acordo com o autor, os americanos argumentam que existe ex-marido, ex-mulher, ex-sogra, mas não existe ex-filho, ex-pai ou ex-mãe. Maria me apontou essa

confusão, na medida em que ela não sabia mais qual era seu status de parentesco com o filho assassinado.

E quando, assim, eu me vi órfã, eu falo que nós somos órfãs, a mãe é órfã, não existe nada que defina a situação de uma mãe que perde o filho, eu comecei a lidar diferente, foi quando a minha vida mudou totalmente. A lei natural da vida é os filhos enterrar seus pais, e não uma mãe enterrar seu filho, ainda mais novo. (Maria)

Desse modo, existe uma suspensão da noção de família que antes se tinha. Se existe uma noção de que uma família é “desfeita” quando um dos membros sai de casa, seja pelo divórcio ou quando os filhos crescem e seguem suas vidas, conforme Schneider (2016), podemos compreender que essa percepção tende a ser muito mais acentuada com a morte de um filho, por exemplo. Não são apenas as vidas individuais que são transformadas, mas toda a família sente a perda. Ao questionar Elisabete sobre as mudanças em sua família após a perda de Victor, ela me contou sobre o adoecimento do marido e da filha, além do próprio.

Antes era uma coisa, era tudo normal, a gente era muito feliz. Depois acabou, desestruturou tudo. Eu adoeci e meu esposo adoeceu. Minha filha estudava e já não estuda mais, não quis procurar mais trabalho, nem cuidava direito do Gabriel [neto de Elisabete], agora que ela tá melhorando um pouco. Ela não voltou nem mais para a faculdade, porque ela não tem vontade, não tem vontade de fazer nada. Ela praticamente parou tudo. Eu consegui andar um pouco mais por causa das psicólogas, porque eu sempre tô lá. Ela e meu esposo não entendem, eles não quiseram acompanhar, falaram que eles não são doentes, que não tem problemas. Foi bem difícil, agora tá melhorando um pouquinho. Antes eu trabalhava na DiSantinni, agora eu não consigo mais trabalhar. Andei trabalhando com meu esposo, mas agora eu tive que parar por conta da diabetes, tá dando vários tipos de complicações e aí eu parei um pouco. (Elisabete)

Já Luciene precisou entrar em outra luta após a morte de Raphael. Seu filho mais novo, o qual ela relata que era o mais próximo do irmão assassinado, desenvolveu dependência química. Além de lidar com a dor pela perda de um filho, Luciene enfatizou seu sofrimento em ter que lutar pela vida do seu caçula. Ela e sua família já passaram por momentos em que o rapaz ficou desaparecido. No entanto, ela enfatiza que sua família não foi destruída pela união entre eles.

Eles destruíram as vidas de 29 famílias. Trouxeram sequelas seríssimas para dentro da minha casa, para meu filho caçula que era muito agarrado com o irmão. A dependência química. Eu vejo meu filho se destruindo, como ele não tinha coragem para suicidar, ele busca uma maneira de destruir a própria vida. O sofrimento que ele passou lá atrás, fez ele buscar na droga o consolo para o sofrimento e ele encontrou. É isso o que a droga faz, te tira a sensação de dor, te anestesia da dor, do sofrimento, de frustração. Foi isso que ele buscou. **Esses homens não tiraram só a vida do Rafael, eles só não destruíram minha**

família completamente, porque eu e meu marido e meus filhos, somos muito unidos. Mesmo passando todas as provas e lutas, minha família continuou unida. (Luciene)

Não só são as mães que sentem a perda de forma intensa. As famílias sentem as consequências desse sofrimento que é enterrar um parente cedo demais. Enquanto a filha de Elisabete entrou em depressão e abandonou a faculdade e os cuidados com o filho, o filho de Luciene buscou consolo nas drogas. Trajetórias de vida e famílias são reformuladas após uma morte. A vida de Maria foi inteiramente mudada com o assassinato de Daniel, em vários trechos da entrevista, ela repetiu que a sua vida foi transformada. Enquanto transcrevia as páginas que rederam da conversa, percebi que ela enfatizou em seis momentos diferentes que sua vida depois do assassinato do filho era outra. São encontradas frases como essa: “a partir daquele momento a minha vida mudou muito”; “foi quando minha vida mudou totalmente” e “minha vida virou de cabeça para baixo”.

E assim, minha vida mudou totalmente, agora eu não vivo de recurso meu, porque sou agora dependente [casou novamente há um ano], **eu sustentava meus filhos, minha casa, construí minha casa com meu trabalho, meus filhos. Agora é totalmente diferente**, quando eu posso, eu ajudo minha neta que é que tem 3 anos, e ajudo minha outra neta, que vive aqui, que é o que me dá forças pra eu pensar em viver mais, minha inspiração é a minha neta, é a que mora aqui perto, ela tem 4 anos. Ela me dá muito carinho. (Maria)

Em nossa conversa realizada por vídeo, ela estava em um quarto com um filho e a neta. Estavam juntos no mesmo ambiente porque era o único da casa com ar-condicionado e era uma tarde de muito calor. Em algum momento da entrevista, para me mostrar a guinada da sua vida, mostrou-me um pote vazio. Ela relatou, em concordância com o filho que estava ao lado, que aquele recipiente já armazenou muito dinheiro, dos tempos fartos em que ela era proprietária de seu próprio salão e amava o que fazia. Se antes, ela morava apenas com os filhos e provia dinheiro para a casa com um salão de beleza, agora ela está casada e morando em cima da casa da sogra, com o marido, abandonou a residência onde viva. A vida e a família de Maria não tiveram apenas transformações individuais causadas pelo sofrimento, como também a sua casa e o seu núcleo familiar, foi alterado.

A pesquisadora Janet Carsten (2014) ponderou, com base em Sahlins, acerca da ampla categoria que reflete a *mutualidade do ser* nos sistemas de parentesco. Através desse termo, Carsten (2014) busca ir além para pensar o *espessamento e a diluição*, ampliando as relações entre *temporalidade e substância* e a forma de como estão

incorporadas ao parentesco e o que elas evocam⁴¹. É interessante a apreensão dos conceitos de *mutualidade* e *temporalidade* para compreendermos um pouco mais o elo entre os vivos e os mortos em uma família.

É frequente ouvir de mães as palpitações e o “instinto” que precedem o recebimento de notícias ruins sobre os filhos. Maria relatou um aperto no peito antes de descobrir sobre a morte do filho. Recentemente, conversei com uma mãe que estava com um filho internado em um hospital, em estado grave, por causa de uma batida de carro. Na volta de uma festa com os amigos, o motorista teria cochilado ao volante e ocasionado uma batida em um poste no Arco Metropolitano. Todos os passageiros, estavam sem cinto e dormindo no momento do acidente, ninguém se machucou de forma grave, exceto, o adolescente.

A mãe me contou que dias antes teria tido uma revelação em sonho de que algo ruim aconteceria com um de seus filhos, e que, certamente, seria com o do meio. Na madrugada do acidente acordou sentido um peso em seu peito, começou a orar. Não sabia que o adolescente tinha saído do trabalho e ido para a festa. Quando a notícia chegou pela manhã sabia, dentro de si, que seu filho tinha se acidentado. Esses exemplos são importantes para a definição de *mutualidade do ser*⁴², uma vez que pode ser compreendida intuitivamente, segundo Carsten com base em Sahlins, os parentes compartilham uma *mutualidade*, sendo membros uns dos outros.

Para Carsten (2014), existem dois pontos importantes que devem ser incorporados à *mutualidade do ser*. Um deles seria a diversidade de substâncias, como o sangue, os ossos, a terra e os alimentos. Já analisamos que o leite materno e o sangue são substâncias relevantes para o campo, uma vez que organizam, no relato de mães discussões sobre a dor e a empatia. O parentesco seria constituído por meio dessas substâncias e da *temporalidade*. A noção de tempo – presente, passado e futuro – “têm a capacidade de construir e ampliar o parentesco para além do aqui e agora e de trazer ou evocar

⁴¹ “As observações de Michael Lambek em *Kinship as gift and theft* (Lambek 2011) iluminam como o conhecimento de uma determinada família ao longo de muitas décadas pode lançar luz sobre os caminhos em que a morte traz um rearranjo das relações entre os vivos – envolvendo um espessamento, em alguns casos, ou uma diluição ou ruptura em outros” (CARSTEN, 2014, p.106).

⁴² Carsten (2014) conta que sua mãe uma vez relatou que quando era jovem, durante uma viagem, enquanto ia pegar um trem para outra cidade, sentiu que algo ruim estava acontecendo em casa. Ela voltou e descobriu que o irmão havia acabado de ser diagnosticado com leucemia e morreu algumas semanas depois.

relacionamentos no passado, bem como aqueles no futuro” (CARSTEN, 2014, p.108). Essas temporalidades podem, inclusive, serem imaginativas.

As mães tendem a imaginar como seria o futuro se seus filhos estivessem vivos, quantos anos eles teriam ou se já teriam lhes dado netos. Para mostrar sua indignação com o Estado pela morte do filho, Nivia apontou para o caçula, que estava no mesmo ambiente que ela, para me mostrar que ele nunca poderia se tornar tio.

Tiraram a vez do meu filho de ser tio, tiraram minha oportunidade de ser avó. Não interessa a educação que eu dei, se acham melhor de julgar o que acham certo e errado, a pessoa, “ah, não vai fazer o que eu quero”, então vou lá e matar. Pior ainda é saber que uma pessoa dessa é um braço do Estado. (Nivia)

Além da relação entre passado, como a destruição de uma família que viva bem, e futuro, a destruição da possibilidade em ser avó, existe uma relação com o presente. Os aniversários, tanto de vida quanto de morte, e as datas comemorativas são extremamente lembrados e sentidos.

Viver, uma família não vive mais depois que perde. A alegria da casa vai embora, o dia das mães nunca mais é igual, o dia dos pais, o aniversário nunca é igual. Passar aquela data que seu filho faz aniversário e ele não tá ali dentro do seu lar não é mais igual. Nada é igual, o Estado tirou isso de nós, ele enterra as mães vivas. (Ilsmar)

Enviei uma mensagem no WhatsApp de Sylvania cinco dias após o aniversário de 16 anos da morte do irmão. Esse contato deveria ter sido feito antes, mas como sabia dos preparativos para a semana virtual do dia 31 de março, marco de 16 anos da chacina de 2005, e da dor que os familiares sentem nesse período, acabei adiando a tarefa. No texto enviado perguntei como estava se sentindo e se teria sua autorização para usar seu nome neste trabalho, já que, até o momento não havíamos tido chances de conversar virtualmente, por isso, usaria o que ela tinha me contado em outras ocasiões em 2019. Com surpresa, recebi a ligação de Sylvania. Ela queria desabafar pelo o que vinha sentindo, um dia antes teria sido o aniversário de 45 anos de Renato. Com certeza, em suas palavras “teria sido um dia de comemoração e um churrasco delicioso que só ele sabia fazer”. Sylvania imagina que hoje o Renato estaria morando com sua namorada da época, na casa que ele estava construindo e que, certamente, ela seria tia.

Essa seção discutiu as modificações que são feitas em uma família e as relações de parentesco performadas após a morte de um familiar próximo. Por meio da paternidade e da maternidade percebemos o papel do pai e o da mãe nessa família. Em seguida,

interessei-me em compreender as mudanças nas vidas desses familiares e o relacionamento com os mortos por meio da *mutualidade do ser* e da imaginação que envolve as *temporalidades*. Ao estudar essas transformações na família e no parentesco, compreendo que essa noção pode abranger outras pessoas, superando os laços de sangue. O compartilhamento dos filhos mortos na Rede e a forma de tratamento entre as mães faz com que eu questione se o sentido de família pode ser aberto após esse *evento crítico*, passando a englobar as companheiras da luta.

3.4. Resistir para existir: a importância da união das mulheres na vivência do luto

No início da produção desse trabalho acreditei que havia um amplo sentido de família entre as integrantes da Rede. Presumi que a união entre elas fosse tão estreita que se assemelhasse a uma nova dimensão de parentesco criado pela via da dor e do sofrimento. De fato, é nítido que existe uma criação de uma *comunidade emocional* entre essas mulheres, como também existe uma relação *matrifocal* com os filhos mortos. No entanto, o meu erro inicial foi não levar em consideração de que elas estão organizadas em um coletivo, um grupo político de militância. Assim como todo coletivo, por mais “horizontal” que seja, existem relações e disputas de poder que podem gerar desentendimentos e conflitos.

Ao mesmo tempo em que as brigas e conflitos acontecem, existe uma mobilização muito grande em promover ajudas, das mais variadas, entre as integrantes do grupo. No entanto, não considero que esses dois eixos, o vínculo de família e de organização política, sejam opostos. Ainda no final de 2019 presenciei uma situação de atrito entre elas, mas acabei deixando passar, naquela época estava encantada pela ideia da estrutura de um coletivo feminino e na potencial hipótese de que elas estavam unidas em laços que mais pareciam de parentesco.

Bem no finzinho do ato do Dia de Finados, que aconteceu na praça dos Direitos Humanos em Nova Iguaçu e eu estava presente junto com poucas mães e alguns integrantes do Fórum Grita Baixada. Perguntei se uma das mães havia comunicado no grupo de WhatsApp delas sobre o convite que eu tinha feito para que elas fossem à UFRRJ apresentar o documentário *Nossos Mortos Têm Voz*. Minha fala foi recebida com olhares entre elas que expressava certo descontentamento com a atitude da companheira

em não ter passado o recado. Uma delas disse: “ela é fogo! ”. Pelo o que percebi, não ter repassado o convite não foi entendido como esquecimento, mas como um ato proposital.

Com as conversas que tive, especificamente, com duas mães recentemente, lembrei desse conflito passado. O principal problema relatado foi sobre as disputas entre as integrantes da Rede. Em desabafo, Nivia me contou que “às vezes é até difícil dialogar com sua companheira, que quer te ver como concorrente”. Narrou que as fotos no banner do coletivo, produzido por volta de 2018, apresentam na prática esse desentendimento.

Algumas mães, que entraram na Rede depois da confecção do material, não contam com as fotos de seus filhos nele, o que elas consideram um absurdo quando o banner é levado para algum lugar importante, como os atos. Outro ponto de tensão também foi na organização de um evento em uma escola para falarem sobre o tema da resistência. Apenas cinco mães da Rede poderiam ser selecionadas para terem seus filhos lembrados na apresentação, essa escolha também foi motivo de briga, pois outras também queriam participar.

Disputas pelo poder dentro desses grupos também foram observadas por Desirée Azevedo (2016), que trabalhou as dinâmicas Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Segundo Azevedo, apesar de existir uma legitimidade conferida pelo parentesco, nem sempre há uma unificação em relação ao que a categoria considera como positivo, podendo ter a eficácia da política de parentesco abalada pelas discordâncias internas do movimento. Portanto, apesar das mães da Rede estarem unidas pela mesma dor e luta, não são todas as decisões do coletivo que irão agradar a todas. As escolhas feitas pelas que estão há mais tempo no grupo são vistas como mais poderosas do que pelas recentes, o que não quer dizer que serão recebidas com unanimidade.

Quando questionei Maria, perguntando se ela via a Rede como uma família, ela me confessou de que toda a semana briga e faz as pazes com uma companheira, que é a que soma mais tempo no coletivo. Um dos motivos de uma discussão seria pela abertura da Rede para a entrada de pessoas não enlutadas, como pesquisadores.

Vamos citar um exemplo aqui: eu sou enlutada e você não é, aí você quer botar a minha camisa, quer vestir o meu luto. Só que você quer vestir o meu luto pra você usar os meus dados, levantar dados em cima de mim e depois me descartar. É isso, tem essas coisas, os oportunistas. A Rede tinha que melhorar, tinha que fazer uma seleção melhor das pessoas, essas coisas. A Rede tem que acolher, tem que pegar vocês, como formandos da universidade e dar

prioridade a vocês, não pegar pessoas que já são formadas, que gostam de, vamos dizer assim: eu vou fazer uma história da Maria e vou ganhar dinheiro em cima dessa história da Maria, entendeu, não é desse jeito. Eu visto a camisa porque eu sou enlutada. (Maria).

De acordo com Azevedo (2016), por mais que existam pessoas nesses coletivos que não são familiares, mas que estão dispostas a contribuir, existem fronteiras que os “não familiares” não devem ultrapassar, mesmo quando eles são engajados nessas organizações. Para Maria, para além da quebra dessa fronteira ainda existe um oportunismo de pessoas que se aproximam para lucrar sobre seu sofrimento. Deparei-me algumas vezes com essa barreira, por exemplo, ainda em 2019 quando aconteciam reuniões presenciais do grupo, perguntei se poderia acompanhar algumas, o que me foi negado. Por respeito a esse espaço colocado, acompanhei reuniões abertas, geralmente, em companhia de integrantes do Fórum Grita Baixada.

No entanto, apesar de existirem conflitos que são resultados da atuação coletiva, essas dinâmicas são deixadas de lado quando o grupo define suas expectativas na luta pela vida, pela justiça e pela memória dos mortos, as dores das integrantes e a indignação por suas perdas são igualadas. A Rede para além de compor uma atuação política nas arenas públicas, é tomada por relações de compromisso, solidariedade e companheirismo entre as integrantes. Várias vezes a importância da Rede foi associada às relações mútuas de ajudas e parcerias entre as mulheres.

De ajuda mesmo é somente a Rede. **A Rede ocupa um lugar muito importante**, sempre tá nos auxiliando. Se precisar de um advogado, ela consegue um. A gente precisa de um medicamento, eles fazem de tudo, procuram sempre estarem atentos pro que a gente tá precisando. Sempre dá suporte, para todas as mães que tão precisando, como cesta básica. É um lugar muito importante. Um dos objetivos da rede é o apoio e o acolhimento. **Existe a coisa de ligar uma para a outra, desabafar, ligar e falar o que aconteceu e pedir apoio, problemas de saúde, com o marido, com o filho. A gente desabafa uma com a outra.** (Elisabete)

O apoio que vai desde a realização de tarefas práticas, buscar por um advogado ou fazer vaquinha para comprar um remédio, à escuta dos desabafos, demonstram a união do coletivo para além das dinâmicas demandadas por uma organização política. São mulheres que sofrem a mesma dor, enfrentam o mesmo luto e podem falar a mesma língua. Por meio dessa linguagem do sofrimento, elas se entrelaçam em uma *comunidade emocional*. É através dessa relação mútua de companheirismo e empatia, apesar dos conflitos, que os filhos mortos se tornam compartilhados. A expressão “filhos da Rede”, que ouvi diversas vezes em conversas e nos atos, elucida bem esse ponto. Por causa desses

filhos comuns ao grupo e das práticas de amparo, indico a existência de uma relação *matrifocal* e de parentesco entre elas.

Eu vejo a rede como uma segunda família, em vários momentos que a gente se apoia entre si, nós passamos a ter um relacionamento afetivo, a dor nos une, nos aproxima uma das outras. Todas essas mães e familiares se unem e se abraçam, é uma união dentro da dor por amor àqueles que se foram, gera amor por aqueles que estão dentro da luta. Passam a ser pessoas que fazem parte da sua vida. Preenchem uma lacuna que seria muito mais difícil se você estivesse sozinha, com uma lacuna aberta sem ninguém pra te dar uma mão para te segurar. (Ilsimar)

Essa dor que as unem em uma comunidade mostra a intensificação de um laço comunitário. A filósofa Judith Butler (2003) considerou que esse fortalecimento de uma relação entre membros comunitários pode ser considerado como um laço de parentesco. Nesse sentido, o parentesco rompe as definições usuais, baseadas nas substâncias e no sangue por exemplo, para ser construído por meio de amizades intensas. Isso abriria o significado de parentesco para a concepção de um conjunto de laços comunitários que não são reduzidos à família tradicional. Desse modo, a comunidade gerada pela via do sofrimento, também trabalha na criação de laços que escapam outros moldes de parentesco.

Além dessa visão da Rede enquanto família existe a dimensão de uma união pela sobrevivência. Resistir à dor, às doenças e às transformações individuais e no âmbito da casa, não são coisas fáceis de enfrentar, principalmente, se fosse uma caminhada solitária. A parceria entre mulheres é vista como uma zona de escape à solidão do luto. Por meio do apoio entre elas, da organização de tarefas do coletivo e das sessões coletivas de psicoterapia, elas encontram uma forma de viver o luto e a luta coletivamente, o que fornece uma válvula de escape da vontade de passar o dia inteiro na cama, como Ilsimar me relatou. A luta dessas mulheres também é na resistência de se manterem vivas em meio a tanta dor e vulnerabilidade.

Eu falo sempre a Rede de mães é a minha vida, o ar que eu respiro. Se eu tirar essa rede da minha vida, vai me faltar o ar para continuar, porque ***é de lá que eu tiro força pra continuar sobrevivendo, pra continuar tendo força para caminhar***, é lutando pelas coisas novas para o território, é indo de encontro a essas mães e dizendo que elas podem e têm uma possibilidade de sobreviver a tudo isso. (Luciene)

Quando perguntei a Luciene o que dava forças para ela seguir, ela listou três coisas: sua família, a Rede e Deus. Um dos propósitos da vida da Luciene é a militância, seu total envolvimento na manutenção da Rede, a luta pela construção do coletivo, que

ela travou desde 2005, e, recentemente, sua entrada para a disputa do cargo de vereadora em Nova Iguaçu, além de marcarem o surgimento de um sujeito político, demonstram que sua vida foi tomada pela importância da resistência e da política como um meio de sobreviver a dor pela morte de um filho e pela entrada subsequente de outro na dependência química.

Essa vida na resistência, que só pode caminhar se for coletiva na medida em que precisa do encontro de outras mulheres na formação e nas dinâmicas de uma rede, encontra amparo na teoria de Butler (2018b), que considera que a vida na resistência traz à tona um novo modo de viver, cujo pode ser mais possível e que se opõe à distribuição desigual da condição precária. A união dessas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade e de precariedade encontra na resistência um modo de sobrevivência.

Em todas as entrevistas virtuais, perguntei se as companheiras da Rede eram vistas como uma família, quatro mães e me responderam que existia essa dimensão familiar entre elas, outras duas negaram esse contexto e ainda indicaram alguns problemas do coletivo. Por mais que eu estivesse muito inclinada a considerar um sistema de irmandade entre elas sem nenhum tipo de conflito, essas negativas me mostraram um outro lado do grupo de mães e familiares que nem sempre é apreendido.

Os conflitos que vão desde emplacar a memória de seu próprio filho em meio a tantas outras histórias, à entrada de pessoas “não-autorizadas” na Rede, demonstram que, assim como toda organização política, existem disputas pelo poder. No entanto, todas as respostas, incluindo aquelas que não enxergavam um intenso laço entre elas, afirmaram a consistência da importância de uma formação coletiva no enfrentamento à dor e ao sofrimento, o compromisso em oferecer ajuda à outra mãe e o compartilhamento dos filhos mortos e do luto. Apesar dos conflitos, os filhos da Rede continuam tendo voz e mães⁴³.

A violência é capaz de afetar o tecido social para criar novas rotinas, como também alterar a sociabilidade local. Conforme percebi durante a pandemia de Covid-19 que estamos vivendo, a Rede se articulou para além dessas *comunidades emocionais*. A resistência e a tentativa de ajudar o próximo que também vive em vulnerabilidade,

⁴³ Referência ao grito de guerra geralmente entoado nos protestos: “Nossos Mortos têm Voz; Nossos Filhos Têm Voz; Nossos Filhos têm Mães”

marcaram agências durante a crise sanitária. Nas conversas, relatos sobre mobilizações que visaram ajudar famílias que moram no mesmo bairro eram mencionados com certo orgulho. Apesar das frequentes reuniões presenciais terem sido substituídas por chamadas de vídeo, inclusive as sessões de terapia, o grupo se mobilizou ativamente na distribuição de kits e insumos para a comunidade.

Como a Rede é composta por mulheres de diversos municípios da Baixada, a solidariedade às famílias que precisaram de apoio durante a quarentena foi disseminada em alguns locais. O Fórum Grita Baixada teve destaque nessa mobilização, o coletivo foi procurado pelo Viva Rio para formar núcleos na Baixada de distribuição de cestas básicas. A Ilsimar e Elisabete foram indicadas a articuladoras de um núcleo em São João de Meriti pelo Fórum. Elas cadastraram cerca de 50 famílias para receberem os alimentos e, posteriormente, um Ticket Alimentação por três meses. Elas também foram indicadas para liderar a iniciativa da ONG Criola no mesmo município, que por meio do projeto Agora é a Hora, auxiliaram mais de 80 mulheres chefes de famílias em três meses para receberem cestas de alimentação e realizarem o cadastramento no Auxílio Emergencial. Além desses projetos, elas também receberam apoio de outras empresas e organizações para realizarem doações de alimentos e produtos de higiene pessoal, como as Lojas Americanas e a Unicef, a Ambev, a Danone, entre outras.

A movimentação foi tanta que Ilsimar decidiu fazer uma campanha em seu Facebook. A iniciativa “Alimente um Irmão”, criada por ela e uma amiga, arrecadou alimentos que foram transformados em quentinhas por suas mãos, para serem distribuídas para pessoas em situação de rua. Também foram arrecadados casacos, roupas e cobertores que ela lavou e armazenou em sua casa para a doação. O coletivo extrapolou sua configuração inicial, um grupo destinado ao suporte de mães e familiares de vítimas da violência estatal, que passou a atuar em outros projetos pela comunidade durante a crise do coronavírus.

De acordo com Butler (2018a), as pessoas que têm suas vidas consideradas *enlutáveis* pelo Estado, muitas vezes contestam os esquemas de valores atribuídos à vida como uma forma de afirmar o seu valor coletivo. Dessa forma, por meio de persistências e resistências “os não passíveis de luto por vezes se reúnem em sublevações públicas de luto, motivo pelo qual em tantos países é difícil distinguir um funeral de uma manifestação” (BUTLER, 2018a, p.132). É através da resistência que enxergo a beleza

política no ato da Rede na sua mobilização em oferecer algum conforto a determinados membros da comunidade.

Outras mães da Rede também estiveram à frente dessas organizações de distribuição de alimentos, roupas e produtos. No entanto, a atitude de Maria chama atenção. Quando perguntei como ela estava vivendo na pandemia, ela confessou que é um dos piores desafios de sua vida. Emocionada, relatou o dia em que internou e enterrou uma vizinha.

Na pandemia foi um dos piores desafios da minha vida, porque assim, eu internei uma pessoa e enterrei. Eu e meu vizinho, que é motorista, que fomos levar, que socorremos. Internamos ela no hospital em Itaguaí e três dias depois ela morreu. E eu enterrei, porque ela não tinha parente. Eu entrei com um pedido na Defensoria Pública da União e a Defensoria me deu um alvará pra mim enterrar, pra não ser enterrada como um indigente. E no cemitério só tinha eu, o caixão e os coveiros lá e o motorista, só. Foi uma experiência bem dolorida, porque nós não somos nada. Peguei covid, mas nem senti os sintomas, só descobri após quando eu fiz um exame de sangue e o médico me falou. Foi algo que passou batido, mas assim, eu internei uma pessoa com covid, levei ela pro hospital no meu colo, que morreu dois dias após, enterrei essa pessoa, era impossível de eu ter nada. Mas assim, Deus me livrou. Eu lidei com muita gente, aqui morreu muita gente, foi o pior desafio da vida. (Maria)

Saber que não é passível de luto pelo Estado, que “não é nada”, fez com que Maria, que mora em um bairro extremamente empobrecido, se mobilizasse em prol de uma vizinha, mesmo sabendo que ela poderia se contaminar. Além disso, Maria também organiza frequentemente em sua comunidade projetos de doação. Com certa alegria, ela me mandou fotos vestida de “vovó Noel” para doar brinquedos arrecadados por conta própria para crianças de seu bairro. As atitudes de Maria também são comparadas a de outras integrantes da Rede, que apesar de se enxergarem como não *enlutáveis*, tendo filhos, irmãos ou sobrinhos assassinados brutalmente por agentes do Estado, colocam-se à disposição para ajudar outros indivíduos, que muitas vezes estão passando por situações parecidas com as delas durante esse período extremamente difícil.

Em síntese, se antes eu conseguia compreender apenas os laços formados entre as mulheres da Rede, a pandemia permitiu colocar luz sobre as mobilizações e os vínculos que existem entre elas e seus vizinhos. Essas movimentações não são novidades que foram adquiridas pela maximização da precariedade e da vulnerabilidade dada pela crise sanitária nas periferias, auxiliar pessoas que moram na mesma comunidade sempre foi habitual para Maria, por exemplo. No entanto, a pandemia fez com que essas redes de ajuda se tornassem, ainda mais, necessárias. Dessa maneira, é nítido que existe uma organização que extrapola a configuração inicial da Rede. Essas mulheres não se fecham

apenas em seus lutos, elas conseguem olhar para além da própria dor e mobilizarem-se pela atenuação da dor do próximo.

CONCLUSÃO

No momento de finalização deste trabalho, o Brasil chega a 13,9 milhões de casos de covid-19 e 372 mil perdas para o vírus. Escrever sobre o luto e a dor, em meio a tantas mortes, inclusive a do meu avô em maio do ano passado, não foi tarefa fácil. A escrita desse trabalho atravessou o adoecimento da minha família e de interlocutores, incertezas sobre o melhor caminho metodológico a seguir, abalado pela pandemia, e muitas inseguranças sobre a minha própria capacidade em escrever uma dissertação.

Escrevi o primeiro capítulo ao fim de 2019 e início de 2020. Ao retomar a leitura para efetuar ajustes e correções, deparei-me com outro mundo. Quando podíamos ir a campo sem medo, abraçar interlocutores, assistir aulas presencialmente e ainda comemorar em um bar o fim do semestre. Apesar de me manter pessimista quanto ao andamento das vacinações e a retomada de atividades impossibilitadas pelo vírus, dado ao governo genocida ao qual estamos submetidos, busco ter esperanças.

As metodologias aplicadas a esse trabalho marcam duas épocas: a pré-pandemia e a pandemia. Enquanto em 2019 pude participar de atos, reuniões e conversar pessoalmente com as integrantes da Rede, em 2020 e 2021 meu trabalho foi restrito ao online. Dado o *home office*, ao qual tenho o privilégio de poder fazer, ao contrário da minha família que trabalha presencialmente, meu quarto foi transformado em sala de aula, escritório, local para realizar entrevistas virtuais e até em estúdio de dança, em uma reaproximação com o ballet em uma tentativa de conter a ansiedade.

Por quase um ano trabalhei na função de estagiária em jornalismo e, posteriormente, como jornalista na Fiocruz. Em incontáveis ocasiões, realizei entrevistas por telefone. Ir a campo, por volta de 2017, e até bem antes, deixou de ser comum aos jornalistas. Sendo assim, elaborávamos uma pauta, que deveria conter perguntas que precisavam estar no texto que seria publicado no site ou na revista. Para ser sincera, geralmente, antes das perguntas serem feitas ao entrevistado, já sabíamos o que seria respondido. Exceto na produção de grandes reportagens, que ganhavam maior tempo para serem apuradas e escritas. Para a produção das matérias semanais e mais factuais, dado o tempo corrido no cotidiano de uma redação, era comum “bater” o texto com os espaços das falas dos entrevistados em branco, que seriam preenchidos depois da entrevista.

Com a minha ida para a área das ciências sociais e aproximação com a antropologia, descobri novos modos de fazer o trabalho de campo. Ao invés de me preocupar em buscar falas que ilustrassem o que eu já sabia, fiquei atenta às subjetividades que podiam ser percebidas em contato com minhas interlocutoras, como a troca do uniforme da Rede para uma camisa comum antes de ir para casa. No entanto, dada a pandemia, enxerguei uma volta à entrevista à distância. Fiquei muito preocupada sobre a forma na qual isso pudesse impactar meu trabalho. No entanto, a orientação de Alessandra Rinaldi e de textos da antropologia, foram essenciais para que eu notasse um outro modo de realizar entrevistas e elaborar perguntas.

Formulamos questões que favorecessem respostas que não fossem fechadas e que apontassem direções e interpretações diferentes. A pergunta sobre trajetórias de vida, que redeu diferentes respostas, é um bom exemplo do êxito das entrevistas. É claro que fazer uma entrevista em um quarto, com tantas outras coisas acontecendo pela casa, com os latidos dos meus cachorros, as obras nos vizinhos, o carro do ovo passando e a instabilidade na conexão da internet, não foi nada fácil. Contudo, o trabalho conseguiu ser escrito. Obviamente, não da forma exata em como imaginei, mas é a dissertação que foi possível ser feita em meio a tanto caos. E eu me orgulho dela.

Lembro que quando formulei o projeto de pesquisa para a entrada de mestrado, escrevi muitas hipóteses que não apareceram no meu campo. Naquela época, apostava em uma marcação, dentro da Rede, das mães que teriam filhos lidos como inocentes e as mães de “bandidos”. Essa dinâmica não foi encontrada no campo. O único movimento que me mostrou essa relação foi pela discussão da errada culpabilização das mães pelas escolhas do filho. Já para a qualificação, acreditei em uma relação de irmandade, sem muitos conflitos, entre as familiares da Rede. Essa questão também foi reformulada, na medida em que consegui compreender que elas estão organizadas politicamente em um grupo de militância, que assim como tantos outros, conta com conflitos e dinâmicas de poder.

As contribuições trazidas no primeiro capítulo permitiram perceber a lógica das violências na qual famílias estão sujeitas na Baixada Fluminense. Pela relação dinâmica entre grupos de extermínio, milícias e o tráfico em um mesmo território, notamos a especificidade da atuação da Rede, cujo coloca familiares de vítimas e seus algozes em uma mesma vizinhança.

O segundo capítulo analisou a atribuição da política das emoções ao gênero feminino e o modo em que a maternidade é colocada como superior na *luta* de familiares. Além disso, percebemos como o luto se torna compartilhado por uma comunidade e a forma em que a dor, por ele provocada, atinge os corpos de mulheres. Os conceitos de *trabalho de tempo*, *conhecimento venenoso* e *evento crítico* da Veena Das foram importantíssimos nessa seção, na medida em que proporcionou um estudo sobre os modos de fazer vida após o trauma de ter perdido uma pessoa amada.

Se existe uma especificidade na atuação da Rede na Baixada Fluminense, certamente, existe uma diferença na criação de filhos e na produção de uma maternidade possível nas periferias, foi essa questão que guiou os primeiros passos do último capítulo. Ademais, também analisei as transformações no parentesco e o gerenciamento de uma maternidade nas ausências, por meio da memória. Em sequência, trabalhei o relacionamento e as dinâmicas das integrantes da Rede enquanto coletivo de militância e diante a pandemia.

Esse trabalho, no entanto, não será encerrado aqui. Além de buscar a consolidação da minha relação com minhas interlocutoras, colocando-me disponível a elas, busco continuar meus estudos na área durante o doutorado. O objetivo será alargar o escopo da pesquisa, buscando entender o funcionamento de coletivos de familiares de vítimas de violência do Estado em outras periferias do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano da vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALVES, José Claudio. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. 1998. 190f. Tese (Doutorado Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ALVES, José Claudio. **Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Ed. Consequência. 2020
- ARAÚJO, Fábio. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. **“A única luta que se perde é aquela que se abandona”:** etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: uso e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos**, Uberlândia, n. 5, pp. 45 – 64. 2004.
- BATISTA, et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkklykydO/view>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, Povo e Polícia**. São Paulo: Brasiliense/Cedec, 1983.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (org.) **Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. A Sociologia da Capacidade Crítica. Tradução de Marcos de Aquino Santos. **European Journal of Social Theory**. 1999
- BRASILIENSE, Daniele. **As tessituras narrativas do jornal O Globo sobre o acontecimento “chacina da Candelária”**. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 21, pp. 219 – 260, 2003.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018a.
- _____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018b
- _____. **“Vida precária: os poderes do luto e a violência”**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades.** [Entrevista concedida a] George Yancy. Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCAR**, São Paulo, n. 6, pp. 103 – 118, jul/dez. 2014.

CATELA, Ludmila. Desaparecidos e Direitos Humanos: entre um drama nacional e um dilema universal. *In*: Novaes, Regina; Lima, Kant (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói: UFF. p.203-266. 2001.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. Introdução: verdades parciais. *In*: _____. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 2016. p. 31 – 61.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 37, pp. 9 – 41, jul/dez. 2011.

_____. **Vida e Palavras: a violência e a sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**. FILO: UBA. n. 27, p. 19 – 52.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2000

ENNE, A.L.S. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representações sociais e identidades. 2002. 502f. Tese (Doutorado Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

_____. O ‘Caso Mão Branca’ na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional. *In*: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais do XVIII Intercom. São Paulo: Intercom, 2005.

_____. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciberlegenda**. Niterói, n.14, p.1 – 26, 2004.

ESCURI, Giulia. **Faltam 29: uma análise da cobertura de O Globo a respeito da Chacina da Baixada Fluminense (2005)**. 2018. 95f. Monografia (Graduação em Jornalismo). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

_____. Mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense: a luta por memória e justiça. *In*: **44º Encontro Anual da Anpocs**. 2020.

_____. O feminino e o luto: as dinâmicas de luto e luta das mães e familiares de vítimas de violência do Estado. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, João Pessoa, n.57, v.19, p.69-79. dez.2020

FASSIN, Didier. Another Politics of Life Is Possible. **Theory, Culture & Society** 26 (5): 2009, p. 44–60.

FERNANDES, Camila. “Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. **Etnografias Contemporâneas**, ano 6, n. 10, pp. 154-178. 2020

FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: as instituições de Estado e as políticas de acusação sexual. **Revista Mana**, Rio de Janeiro. pp.366-390. 2019

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 285-316

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2012.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3 – 24

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, Pp. 223 – 244. 1984.

GUEDES, Moema; CORDEIRO, Marina. **Confinamento, desigualdade e trabalho: o cuidado como atributo feminino**. 2020. Disponível em: <http://ppgcs.ufrj.br/confinamento-desigualdade-e-trabalho-o-cuidado-como-atributo-feminino/> Acesso em: 04 de abril de 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Aspectos socioeconômicos da covid-19: o que dizem os dados do município do Rio de Janeiro?** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200731_nt_diset_n72.pdf Acesso em: 10 jan. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1995.

LACERDA, Paula. O Sofrer, o Narrar, o Agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 49-75, jul./dez. 2014

LEITE, Márcia. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro – Reflexões na pandemia, pp. 1 – 16. 2020.

LUTZ, Catherine. “Engendered Emotion: gender, power and the rethoric of emotional control in American discourse”. In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Eds.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69 – 91. 1990.

- LUTZ, Catherine. “Engendered Emotion: gender, power and the rethoric of emotional control in American discourse”. In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Eds.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69 – 91. 1990.
- MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: a explicitação da política de precarização e de exposição à morte. 2020.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Amor nos tempos de cólera**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**. Rio de Janeiro, n.32, pp.123 – 151. dez.2016.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova** [online]. n.79, 2010, p.15-38.
- PINA- CABRAL, João. A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social. In: **Análise Social**, 1993.
- _____. “Turning to life. A comment”. **HAU. Journal of Ethnographic Theory** 8 (30): 2018, p. 522 – 529.
- PINTO, Nalayne; ROSA, Iris. Me avisa quando chegar? Insegurança, Violência e Mobilizações em um campus universitário. In: **32ª Reunião Brasileira de Antropologia**. 2018, Brasília/DF.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, pp. 200 – 212. 1992.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.2, n.3. pp. 3 – 15. 1989.
- SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 55, pp. 1 – 41. 2019.
- SCHNEIDER, David. **O parentesco americano: uma exposição cultural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016[1980].
- STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 3 (2): 303-29, 1995
- _____. **Parentesco, Direito e o Inesperado: parentes são sempre uma surpresa**. São Paulo: Ed. Unesp. 2015
- VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed.140, 2019
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.37, pp. 79 – 116, jul/dez. 2011.

VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago. 2019

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. 2016. In: ZANELLO; PORTO (org.) **Aborto e (não) desejo de maternidade: questões para a psicologia**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. 2016.

Sites:

A Baixada Fluminense grita Paz. Fonte: Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/a-baixada-fluminense-grita-paz>>

Acesso em: 27 de maio de 2020.

Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Fonte: Centro Técnico Científico (PUC-Rio). Disponível em:

<<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/#:~:text=Apesar%20da%20proximidade%20dos%20n%C3%BAmeros,esse%20valor%20ficou%20em%2038%25.&text=Entre%20os%20cerca%20de%2030,%2C%20aproximadamente%2055%25%20tiveram%20alta.>> Acesso em 04 de maio de 2021.

Dois anos após a chacina na Baixada Fluminense, acusados estão presos. Fonte: G1, 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL16215-5606,00-DOIS+ANOS+APOS+CHACINA+NA+BAIXADA+FLUMINENSE+ACUSADOS+ESTAO+PRESOS.html>>. Acesso em 05 de junho de 2020.

Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: Casa Fluminense. 2020. Disponível em: <http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf> Acesso em 15 de abril de 2021.

Municípios do Rio estão com risco muito alto para covid-19. Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/municipios-do-rio-estao-com-risco-muito-alto-para-covid-19#>> Acesso em 11 de abril de 2021.

MUNIZ, et al. **Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras.** Fonte: Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/#Link1>> Acesso em 04 de maio de 2021

Policial é condenado a 543 anos por chacina no RJ. Fonte: Folha de São Paulo [online], 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2408200627.htm>>. Acesso em 06 de junho de 2020.

RODOVALHO, Beatriz. **O Brasil que pouco se mostra por aqui, exhibe outros lados lá fora.** Fonte: Carta Capital [online]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-brasil-que-pouco-se-mostra-por-aqui-exibe-outros-lados-la->

[fora/?fbclid=IwAR3_PuKKVAPLfhlcIvzI58SUvtTZ8Y1kNZwWAAeYZ8ArfyI6m564HcyyFtA](https://www.facebook.com/fora/?fbclid=IwAR3_PuKKVAPLfhlcIvzI58SUvtTZ8Y1kNZwWAAeYZ8ArfyI6m564HcyyFtA)>. Acesso em 06 de junho de 2020.

Filmografia Consultada

NOSSOS mortos têm voz. Direção: Fernando Sousa; Gabriel Barbosa. Rio de Janeiro – RJ: Quiprocó Filmes, 2018.